



SANDRA BEATRIZ RATHKE

CONSTRUINDO MEMÓRIAS
O FILÓ DE VILA FLORES, RS COMO RECURSO PATRIMONIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL

Porto Alegre
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

SANDRA BEATRIZ RATHKE

CONSTRUINDO MEMÓRIAS
O FILÓ DE VILA FLORES, RS COMO RECURSO PATRIMONIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Profa. Dra. Luísa Gertrudis Durán
Rocca

Porto Alegre
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora Márcia Brabosa
Vice-Reitor Pedro Costa

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Maria Mielniczuk de Moura
Vice-Diretora Vera Regina Schmitz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Coordenadora Ana Carolina Gelmini de Faria
Coordenadora substituta Anna Paula Moura Canez

CIP - Catalogação na Publicação

Rathke, Sandra Beatriz

Construindo memórias: o Filó de Vila Flores, RS
como recurso patrimonial para o desenvolvimento local
/ Sandra Beatriz Rathke. -- 2024.

152 f.

Orientadora: Luísa Gertrudis Durán Rocca.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Filó de Vila Flores, RS. 2. Patrimônio cultural.
3. Museologia social. 4. Turismo cultural. 5.
Desenvolvimento local. I. Durán Rocca, Luísa
Gertrudis, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Rua Ramiro Barcelos, 2705, sl.203
Bairro Santana - Porto Alegre - RS
CEP: 90035007
Telefone (51) 3308-2163
E-mail: ppgmuspa@ufrgs.br

SANDRA BEATRIZ RATHKE

CONSTRUINDO MEMÓRIAS
O FILÓ DE VILA FLORES, RS COMO RECURSO PATRIMONIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Profa. Dra. Luísa Gertrudis Durán
Rocca

Aprovado em 19 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Maria Dalla Zen

Profa. Dra. Áurea da Paz Pinheiro

Profa. Dra. Fernanda Rechenberg

Profa. Dra. Luísa Gertrudis Durán Rocca (UFRGS) - Orientadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Luísa Duran Rocca por toda a dedicação em direcionar a minha pesquisa nestes dois anos e pelos conteúdos ministrados por ela na disciplina “Patrimônio e Sociedade”, que foi essencial para a articulação teórica de parte da minha pesquisa.

À minha banca de exame de qualificação e banca examinadora desta dissertação, Ana Maria Dalla Zen, Áurea da Paz Pinheiro e Fernanda Rechenberg, pelas valiosas contribuições para a dissertação.

Aos docentes e à secretaria Josiane Lima do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS pela acolhida e pelos ensinamentos ministrados nas disciplinas e seminários.

Aos meus colegas do Mestrado pelas trocas sobre museologia e patrimônio.

Aos amigos da biblioteca da Fabico que sempre me apoiaram na minha trajetória acadêmica, especialmente, ao Ismael Maynard Bernini pelos bons conselhos.

A todos os membros do grupo do Filó de Vila Flores, minha imensa gratidão, por me receberem com tanto carinho e pelas valiosas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Salete Fiori por sua rica entrevista, à Andressa Conte e à Makielen Zandoná Ceccato por toda a disposição em sanar minhas dúvidas em relação ao turismo e ao Filó de Vila Flores.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo avaliar a potencialidade do Filó de Vila Flores, RS, como recurso patrimonial para o desenvolvimento local desde uma perspectiva de museologia social e do espírito do lugar. Para tanto, a metodologia teve como base a pesquisa etnográfica, com saídas de campo, observação participante e realização de entrevistas baseadas em registros de história oral, complementadas com pesquisa bibliográfica para o embasamento do contexto histórico da imigração e colonização italiana. Como evento turístico, o Filó de Vila Flores retoma as vivências dos tradicionais filós com uma performance que inclui a história local, canções italianas e gauchescas, jantar com polenta, brincadeiras e orações. Para compreender a relação dos referenciais culturais com o território, realizou-se o mapeamento dos recursos patrimoniais materiais do município de Vila Flores, sobretudo das capelas, e a análise dos saberes e valores culturais que norteiam os elementos identitários e a memória coletiva dos ítalo-brasileiros. O campo teórico fundamentou-se em cartas e declarações internacionais patrimoniais para traçar reflexões sobre a relação entre patrimônio e turismo, discutindo aspectos positivos e negativos que podem se caracterizar tanto como oportunidades quanto ameaças. Para delinear as discussões sobre o desenvolvimento local, conceitos sobre museologia social e musealização foram apresentados como campos científico e técnico para uma proposta de criação de museu de memória na casa do artesão, local de performance do filó. Como resultados, propõem-se ações de educação patrimonial, de inventário participativo e reconhecimento da *dressa* e do jogo da mora como patrimônio imaterial da cultura de matriz italiana.

Palavras-chave: Filó de Vila Flores. Patrimônio cultural. Museologia social. Turismo cultural. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This research aimed to evaluate the potential of the Filó in Vila Flores, RS, as a heritage resource for local development from the perspective of social museology and the “*spiritu loci*”. In order to get this goal, the methodology was based on ethnographic research, with field trips, participant observation, and interviews based on oral history records, complemented by bibliographic research to support the historical context of Italian immigration and colonization. As a tourist event, the Filó in Vila Flores revisits the experiences of traditional filós with a performance that includes local history, Italian and gaucho songs, a polenta dinner, games, and prayers. To understand the relationship between cultural references and the territory, the material heritage resources of the municipality of Vila Flores were mapped, especially the chapels, and the knowledge and cultural values that guide the identity elements and collective memory of Italian-Brazilians were analyzed. The theoretical field was based on international heritage documents to outline reflections on the relationship between heritage and tourism, discussing positive and negative aspects that can be characterized as opportunities and threats. To outline discussions on local development, concepts of social museology and musealization were presented as scientific and technical fields for a proposal to create a museum of memory in the artisan's house, where filó is performed. As a result, actions of heritage education, participatory inventory, and recognition of the dressa and the mora game as intangible heritage of Italian culture are proposed.

Keywords: Filó de Vila Flores. Cultural heritage. Social museology. Cultural tourism. Local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Colônia Alfredo Chaves, 1885 (região verde).....	42
Ilustração 2 - Localização geográfica de Vila Flores, RS.....	45
Ilustração 3 - Mapas turísticos de Vila Flores, RS.....	46
Ilustração 4 - Vale do Rio das Antas.....	47
Ilustração 5 - Paróquia Santo Antônio.....	47
Ilustração 6 - Vila Capuchinhos.....	48
Ilustração 7 - Casa Fiori e exposições.....	49
Ilustração 8 - L'Arte Ceccato.....	50
Ilustração 9 - Capitel Divino Pai Eterno.....	51
Ilustração 10 - Capela de São Caetano	51
Ilustração 11 - Capela São Roque.....	52
Ilustração 12 - Capela de Pedra de São Jorge e seu interior.....	53
Ilustração 13 - Campanário da Linha Aimoré e a antiga Igreja	54
Ilustração 14 - Igreja e campanário da Capela São Lourenço	55
Ilustração 15 - Capela Nossa Senhora do Caravágio (à esquerda) e a sapopema (à direita)	56
Ilustração 16 - Capela Sagrado Coração de Jesus e seu interior.....	56
Ilustração 17 - Antiga casa de pasto com a cruz de ferro (à esquerda) e a cruz de ferro atualmente (à direita)	57
Ilustração 18 - Casa do Artesão.....	66
Ilustração 19 - Recepção aos turistas com lampião.....	71
Ilustração 20 - Propaganda de migração ao Brasil.....	73
Ilustração 21 - Objetos de trabalho.....	76
Ilustração 22 - Objetos feitos com palha de milho (cestas, chapéus e chinelo) e canudos de palha de trigo (palheta).....	77
Ilustração 23 - Roda de fiar.....	77
Ilustração 24 - Mulher em seu trabalho artesanal.....	78
Ilustração 25 - Demonstração da fé	79
Ilustração 26 - Polenta sendo servida ao cantar de <i>La Bella Polenta</i>	80
Ilustração 27 - Brincadeira do chinelo de três (à esquerda) e jogo da mora (à direita).....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSODITA	Associação dos Difusores do Talian
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MTur	Ministério do Turismo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PPGMUSPA	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
RCI	Região Colonial Italiana
RQCII	Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETUR	Secretaria de Turismo e Cultura
SHRBS	Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Memória coletiva dos ítalo-brasileiros: a construção da italianidade.....	16
1.2 O filó italiano no Rio Grande do Sul: estado da arte.....	21
1.3 Justificativa.....	30
1.4 Objetivos.....	31
1.5 Metodologia.....	32
1.5.1 Relatos de um percurso etnográfico.....	33
1.5.2 As entrevistas.....	35
2 IMIGRAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE MATRIZ ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL.....	37
2.1 O município de Vila Flores e a criação do lugar.....	41
2.2 Recursos patrimoniais materiais de Vila Flores, RS.....	44
2.3 Recursos patrimoniais imateriais da cultura de matriz italiana: entre saberes e valores.....	58
3 O FILÓ DE VILA FLORES: espaço e artefatos.....	66
3.1 Os atores sociais.....	68
3.2 A performance do Filó de Vila Flores.....	71
4 PATRIMÔNIO E TURISMO: UMA DELICADA RELAÇÃO.....	84
4.1 O patrimônio cultural.....	84
4.2 Patrimônio e turismo cultural.....	90
4.3 O turismo de experiência na serra gaúcha.....	101
5 MUSEOLOGIA SOCIAL & DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	108
5.1 Conceituando a musealização.....	114
5.2 Construindo memórias para o desenvolvimento local: contribuições da museologia social.....	118
5.3 Gestão cultural e turística do Filó de Vila Flores para o desenvolvimento local.....	124
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICE A - Termo de autorização para uso de imagens.....	149
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	150
APÊNDICE C – Questões para entrevistas.....	151
ANEXO A – Declara o Município de Vila Flores Capital Estadual do Filó.....	152

1 INTRODUÇÃO

Mencionar sobre as motivações que me levaram a propor esta pesquisa estão relacionadas com minha atuação profissional, por um lado, e com o contexto de imigração, por outro. Em 2015, me formei como Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e desde 2016, exerço a profissão como Bibliotecária no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) Câmpus Veranópolis, localizado na serra gaúcha. Durante a minha trajetória profissional comecei a participar de projetos que buscam fomentar ações pelo reconhecimento da cultura local e regional, das memórias, tradições e costumes dos ítalo-brasileiros e da valorização cultural linguística. Nesse contexto, em 2017, propusemos a primeira edição do ‘Campeonato de Bisca¹. revitalizando a cultura do *Talian*’, coordenado pelo prof. Leandro Käfer Rosa, com o propósito de fomentar o reconhecimento das tradições da cultura de matriz italiana e de sua referência linguística. O *talian*, como patrimônio imaterial da diversidade linguística, é a língua mais falada na região. Como explica Posenato:

Especialmente no sul, mas também em outros estados do Brasil, ocorreu uma fusão dos falares dos diversos grupos de imigrantes italianos Vênetos, lombardos, trentinos e friulanos, que constituíram mais de 95% dos imigrantes estabelecidos nas colônias brasileiras como pequenos proprietários rurais. Este linguajar peculiar, que incorporou também vocábulos do português, denomina-se *talian*, constituindo-se a língua mais falada neste País, depois do português (Posenato, 1996, p. 270).

Em 2022, realizamos a segunda edição do campeonato trazendo como atividade complementar o painel de saberes com Alcione Moraes Jacques, professora do Câmpus Veranópolis, uma das pesquisadoras do projeto piloto do inventário do *talian*; o Edgar Maróstica, radialista, agente cultural e difusor da língua *talian* na região; e Fernanda Tomasi, produtora cultural do documentário “*Talian: la nostra vera lingua madre*”. Também estiveram presentes no painel de saberes autoridades dos municípios da região. Na ocasião, a secretária de Turismo e Cultura

¹ A bisca é um jogo de cartas, muito comum entre os imigrantes italianos, em que se utiliza o baralho espanhol de 40 cartas. Nessa disputa, que reúne 04 (quatro) jogadores divididos em duplas, o objetivo é acumular mais pontos que a dupla adversária em uma dinâmica que contempla o descarte e a captura de cartas da mesa. Fonte: Regulamento do Campeonato de bisca.

de Vila Flores, Makielen Zandoná Ceccato, falou sobre o evento turístico do filó que ocorre no município. Desse painel nasceu o meu interesse em compreender mais sobre a cultura do filó, que se concretiza na proposição desta pesquisa.

Por outro lado, o processo de imigração de alemães apresentam vários aspectos convergentes com a imigração de italianos para o Brasil, seja por políticas brasileiras, seja para buscar condições de vida melhor em outro país. Como descendente cresci em uma região de colonização alemã onde tradições, costumes e a língua (dialeto) persistem ao longo do tempo para a manutenção de nossas memórias e identidades. Assim como se mantém as tradições dos encontros nos filós italianos, descendentes alemães também realizam encontros sociais com jogos de bolão, jogos de damas, jogos de loto, domingueiras e jantares dançantes. Passei minha infância e adolescência imersa neste universo de confraternização social e cultural, o que traz uma motivação pessoal em estudar a cultura de matriz italiana, essencialmente, para o reconhecimento destes singulares encontros culturais.

Apresentadas minhas motivações, esta pesquisa tem como proposta registrar os referenciais culturais, materiais e imateriais, desta tradição, bem como, aprofundar o entendimento sobre o filó como prática turística, tendo como objeto de estudo, o Filó de Vila Flores, RS. Composto por membros da comunidade que se organizaram por meio do Coral Municipal, o Filó de Vila Flores começou a integrar o roteiro turístico Termas e Longevidade da microrregião da serra gaúcha, que desde 1997, por iniciativa de governança da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), conta com a participação de grupos culturais, empreendedores locais, e poder público/privado de municípios da região da uva e do vinho para promover o turismo na região. Inicialmente, o grupo do filó passava pelas comunidades do município levando a tradição de seus antepassados. Para atender as demandas turísticas, a prefeitura cedeu para o grupo, que conta com 24 membros, um espaço na Casa do Artesão, localizada na Rua Luiz Roncatto, 31, bairro São Luiz, Vila Flores, Rio Grande do Sul. Em 2017, foi formalizada a Associação Cultural Italiana Filó de Vila Flores. O filó tem duração de 3 horas, e recebidos à luz de lampiões, os turistas são convidados a experienciar a cultura dos ítalo-brasileiros com música, oração, brincadeiras e um jantar com um bom vinho.

A conjuntura do filó está relacionada com as tradições trazidas da Itália e revivificadas em solo brasileiro. Quando os primeiros imigrantes italianos chegaram no Brasil e receberam lotes de terras do Governo Imperial, os mesmos tiveram que derrubar as matas, abrir estradas, construir suas próprias casas e tornar as terras produtivas para a atividade agrícola para poderem sobreviver na sonhada América, onde acreditavam encontrar fartura e abundância. Isolados dos centros urbanos e comerciais, no meio da floresta, os imigrantes acabaram estabelecendo entre eles um espírito de solidariedade para enfrentar os tempos difíceis. Nesse contexto, as famílias se reuniam para superar a solidão, compartilhar as experiências, cantar, jogar, rezar, confraternizar (Costa; Costella; Salame Pe.; Salame, Pa., 1986). Esses encontros entre famílias marcaram tradições ao longo do tempo conhecidos como filó. Como Battistel e Costa explicam: “A festa é a liturgia que se fez presente em toda a vida italiana. Por índole pessoal e por necessidade de superar a solidão, o italiano criou uma tradição de encontros noturnos chamados filós, de visitas domingueiras, de encontros familiares festivos” (Battistel; Costa, 1982, p. 50).

O conceito de filó pode ser compreendido como encontros sociais que ocorriam entre famílias vizinhas e amigas, à noite, geralmente, aos sábados e domingos, marcados pela necessidade de socialização, produção artesanal e lazer. Nesses encontros, os imigrantes e descendentes se reuniam para contar causos, compartilhar notícias da Itália, rezar, confeccionar trabalhos artesanais, brincar, jogar bisca, *trissete* e *quadrilho*, e entoar canções italianas, acompanhado por um típico jantar com muito vinho e comida colonial (Battistel; Costa, 1982, 1983a, 1983b; Battistel, 2013). No dicionário talian-português, Luzzatto define filó como “reunião familiar, sarau” (Luzzatto, 2000, p.132).

Frei Arlindo Itacir Battistel e Rovílio Costa, ao publicarem as coleções “Assim vivem os italianos”, registraram a vida social e cultural dos ítalo-brasileiros, trazendo ricas histórias e ilustrações sobre imigração, trabalho, educação, culto à morte, religião, canções, histórias, arquitetura, artesanatos, vestimentas, culinária, brincadeiras e lazer, incluindo os filós. Alguns depoimentos registrados por Battistel (2013), demonstram a posição que as mulheres ocupavam nos filós, lhes sendo atribuído a tarefa de fazer trança e, inclusive, havendo resistência por parte dos pais em deixarem as jovens moças participarem desses encontros.

O filó era assim: fazia-se trança para bolsas, para chapéus, comia-se pinhão, amendoim, ora numa, ora noutra família amiga. Uma noite ia-se num lugar, uma noite em outro. Falava-se muito de antigamente. O pai contava coisas de sua vida. Do tempo da juventude, como foi o namoro e também cantava-se muito canções italianas. Havia também jogos, mas eram mais para homens. As mulheres ocupavam-se fazendo trança, mas cantava-se assim mesmo. Os homens jogavam cartas, faziam outras brincadeiras, contavam estórias...(Maria Testa Costella, p. 253. *In*: Battistel, 2013).

De noite, rezava-se o terço, duas três ave-marias, depois ia-se ao filó, onde se ficava uma ou duas horas, ia-se para casa, ia-se para a cama, isto aos sábados e domingos, quando a gente estava um pouco melhor. Em quatro ou cinco, ao sábado à noite, acendia-se o lampião de querosene, à noite, e apagava-se de manhã, ao clarear o dia. Jogava-se “quatrilha”. Se éramos quatro, jogávamos “quatrilha”; se éramos cinco, “cinquilha [...]” (João Sartori, p. 270. *In*: Battistel, 2013).

O filó era uma festa importante, porque, nele, às vezes, fazia-se um bailezinho, inventava-se alguma coisa, havia gaita; um tio meu tinha uma gaita de fole e quando ia nas famílias, dançavam e se divertiam (Ernesto Melatti, p. 272. *In*: Battistel, 2013).

Fizemos filó, mas levamos oito dias para pedir ao pai de irmos ao filó. Não tínhamos costume de ir a outros lugares, porque pedir ao pai para ir ao filó era como dar-lhe uma cacetada na cabeça, o que ele acharia até melhor, porque, acredito, ofender-se-ia menos. Então, fomos a filó lá na *nona* [...] (Emília Battistel Bolzan, p. 520. *In*: Battistel, 2013).

Fazíamos filó se era para dobrar palhas, senão, não. Nem me deixava fazer filó. Ir nas outras famílias não nos deixava. Fazer farras, rir, brincar, nunca permitia. Não sei por quê. Eu por mim, acho que ele não confiava em nós moças (Teresinha Battistel Boaretto, p 541. *In*: Battistel, 2013).

As restrições impostas às mulheres e jovens moças permite observar que a família era baseada em uma estrutura patriarcal. “A família patriarcalmente conduzida era sinal de prosperidade e também os provérbios ensinam que o homem não pode perder o controle da casa e da família [...]” (Beneduzi, 2004, p. 238). Essa estrutura familiar patriarcal também “representava a manutenção dos valores trazidos da sociedade de origem”, e configurava como uma “estratégia de integração” influenciado, principalmente, pela Igreja Católica (Herédia, 2005, p. 240).

Ribeiro (2004), por sua vez, observa que o filó constitui o espaço privilegiado para o canto associativo, sendo que o canto popular aparece como uma das manifestações culturais mais expressivas na Região Colonial Italiana (RCI), no Nordeste do RS. Como a autora descreve, esses encontros sociais ocorriam nas cozinhas ou cantinas domésticas, sobretudo, nas áreas rurais. As mulheres faziam *dressa*, trança de palha de trigo, ou crochê e os homens jogavam cartas, conversavam ou ainda podiam fazer cabos para enxada ou tecer cestos de vimes.

As crianças costumavam brincar com sabugos de milho. E entre um vinho e outro, se entoavam canções populares. Posenato (1983, p. 46) relata que:

O filó sempre foi o grande encontro de famílias e amigos. À noite, era o encontro de amigos, com momentos de conversa animada, jogo de baralho, bom vinho, amendoim, pinhão, batata, brodo² ou café colonial com *cróstoli* e docinhos caseiros. As conversas giravam em torno de tudo o que dizia respeito à cosmovisão familiar: lavouras, plantações, namoros, bodas, doenças, mortes, e, por que não fofocas. Geralmente, os homens, a certa altura do filó, se davam ao jogo de baralho, enquanto, as mulheres, na cozinha, faziam suas conversas animadas disto, daquilo, daqueles, daquelas ...Nada escapava (Posenato, 1983, p. 46).

Conseqüentemente, as tradições dos filós passaram por adaptações, acompanhadas das transformações nas estruturas econômicas e sociais. Na Itália, os filós ocorriam nas estrebarias junto ao calor dos animais nas noites frias de inverno. No contexto brasileiro, essa tradição é retomada no espaço da cozinha junto ao calor do *fogolar*. A arquitetura doméstica da migração italiana caracteriza-se pela relevância do espaço da cozinha e da sala de jantar, unidos e estruturados, ao redor do fogão. O filó é ressignificado nas colônias italianas brasileiras no séc. XIX, onde vizinhos encontravam-se para suportar a saudade da terra natal e confraternizar. O êxodo rural do pequeno agricultor (Battistel; Costa, 1982), a industrialização, as novas tecnologias, a globalização e a forte influência do turismo no campo patrimonial acarretaram novas mudanças na forma de fazer filó e, à vista disso, os espaços e as relações sociais foram transformados. Migot (2001, p. 46) descreve que:

Para realizar o apelo da sociabilidade e realizar-se humana e socialmente, o homem cria rituais e cenários, faz-se ator e espectador, numa multiforme objetivação da sociabilidade, nas circunstâncias de espaço e de tempo em que lhe for dado viver. Reinventa o passado, a tradição e personaliza o presente. Por mais humilde que seja, por mais distante que se encontre de suas primeiras raízes, deixa de ser apenas um dado, um ser natural para tornar-se um ser cultural e histórico.

Trazendo as sagras como manifestações da sociabilidade humana entre os colonos ítalo-brasileiros que viviam e vivem nas capelas no meio rural, Migot comenta que os fatos sociais das pequenas comunidades nas capelas eram pouco difundidas, porém “os modernos meios de comunicação explodiram estes ninhos

2 Brodo é um caldo caseiro feito com carne ou frango.

reservados e aconchegantes. Por isso, a *sagra* não se repetirá, a não ser como mostra do passado em eventos culturais. Da mesma forma o *filò*, que constituía uma necessidade vital de intercomunicação” (Migot, 2001, p. 61). Essa intercomunicação do filó que antes ocorria em um cenário familiar transforma-se em novas formas de intercomunicação por meio de filós comunitários e turísticos, na atualidade, e de filós como mostra do passado em eventos culturais.

Nardi (2007), comenta que os filós atuais apresentam características diferentes dos filós originais, adaptados e reinventados, para a preservação da identidade sociocultural e para interesses turísticos. O filó como confraternização cultural dos imigrantes e descendentes italianos, a partir da organização social das comunidades locais e regionais, ressignificam as memórias e heranças culturais trazidas da Itália, como prática social e cultural para a preservação de histórias, dos saberes e fazeres, da língua e dos artefatos dos antepassados para as gerações futuras, lembradas ao longo do tempo como manutenção de uma tradição que evoca as memórias coletivas. À vista desta conjuntura, esta pesquisa, entrelaça abordagens conceituais entre memória, turismo, patrimônio e museologia, apresentadas ao longo dos próximos capítulos.

Esta dissertação, portanto, está organizada em seis capítulos, começando pela parte introdutória que traz além dos objetivos e da justificativa, o recorte temático que foi pautado em memórias coletivas, o estado da arte que buscou identificar trabalhos sobre filó, seja como objeto de pesquisa principal ou parte de pesquisa ampla da cultura de matriz italiana e, por fim, a metodologia que se baseou em uma pesquisa etnográfica, utilizando-se técnicas de observação participante, saídas de campo e entrevistas.

O segundo capítulo intitulado Imigração e a formação das colônias de matriz italiana no Rio Grande do Sul apresenta o contexto de imigração e formação das colônias italianas na serra gaúcha, complementado com o histórico de Vila Flores e os recursos patrimoniais materiais existentes no município, finalizando com uma análise sobre os saberes e valores que permeiam os recursos patrimoniais imateriais da cultura de matriz italiana, que constituem os referenciais culturais presentes na performance do Filó de Vila Flores.

O terceiro capítulo sobre Filó de Vila Flores: espaço e artefatos trata dos resultados de pesquisa de campo, abordando o espaço de performance, os artefatos presentes e as pessoas que integram o grupo de atuação. Finalizo o capítulo com uma descrição detalhada do roteiro de performance que foi registrado por meio de observação participante e com uso de gravações de vídeo.

O quarto capítulo intitulado Patrimônio e turismo: uma delicada relação teve o propósito de apresentar conceitos sobre patrimônio, turismo cultural e de experiência, tendo em vista que o Filó integra a rota turística Termas e Longevidade com cinco municípios da região, sob a governança da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), que congrega trinta e dois municípios. A partir dos conceitos trazidos, faço um apontamento no capítulo cinco, para o alcance das boas práticas turísticas no campo patrimonial, observando recomendações de cartas e declarações patrimoniais.

O quinto capítulo denominado Museologia social & desenvolvimento local apresenta o contexto teórico da própria museologia social e sobre o conceito de musealização para discutir uma proposta de musealização do filó por meio de ações educativas, levando em consideração as relações sociais e culturais. Neste capítulo trago recomendações no campo museal e patrimonial como resultado de investigação sobre o Filó de Vila Flores.

Finalizo com as considerações finais em que retomo reflexões sobre os objetivos da pesquisa trabalhados ao longo desta dissertação.

1.1 Memória coletiva dos ítalo-brasileiros: a construção da italianidade

Partiu-se do conceito de memória coletiva como tema definidor desta pesquisa, que tem a tradição como fio condutor no reconhecimento de heranças culturais da prática cultural do Filó de Vila Flores, RS. Partindo desse pressuposto, compreende-se o filó como uma construção social da memória coletiva, conceito proposto por Maurice Halbwachs (1877-1945) em sua obra póstuma “*La mémoire collective*”, publicado em 1950, cinco anos após a sua morte em campo de concentração nazista (Duvignaud, 1990). Para o autor, a memória coletiva acontece em sociedade, cujas memórias individuais recebem influências da interação do indivíduo com seus grupos sociais de referências. Aplicado ao contexto dos

descendentes italianos, a memória coletiva recebe as influências dos grupos de referência de convívio, cujas tradições se mantêm viva, no tempo presente, mas adaptada e reinventada como instrumento de reivindicação identitária.

A tradição, como resultado dessa dinâmica social, remonta às práticas, crenças, costumes e elementos culturais que são herdadas do passado e transmitidas no presente, “[...] é o valor atribuído pelas gerações presentes ao que é transmitido pelas gerações do passado que constitui a tradição” (Boudon; Besnard; Cherkaoui; Lécuyer, 1990, p. 458). Mesmo nas sociedades modernas ou industriais, as crenças, os objetos ou modelos transmitidos pelo passado passam por adaptações, cuja “transmissão traz consigo a reinterpretação das tradições por cada geração” (Boudon; Besnard; Cherkaoui; Lécuyer, 1990, p. 458).

Hobsbawm e Ranger (2008), caracterizaram as tradições nas sociedades industriais e modernas, como práticas de natureza ritual e simbólica, mantendo-se uma continuidade artificial com o passado e, por conseguinte, designado pelos autores como tradições inventadas, cujos valores e normas de comportamento são legitimados pela repetição. Para Hobsbawm e Ranger, as tradições podem ser classificadas em três categorias superpostas:

[...] a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridades; c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento (Hobsbawm; Ranger, 2008, p. 18).

Para Duthwaite e Bottomore (1996), as tradições estão relacionadas com as “mais importantes esferas da vida humana, como o PARENTESCO, a religião, a comunidade organizada, e aos níveis superiores da cultura, como a literatura e a arte” (Duthwaite; Bottomore, 1996, p. 777). Os autores corroboram que as tradições não são estáticas e nem imutáveis, sendo que, as mudanças provocadas pelas guerras, revoluções, migrações têm gerado o desejo de defender, proteger e até disseminar tradições. As tradições estabelecem uma relação intrínseca com a identidade e memória coletiva de grupos sociais, revivificadas pelas lembranças, experiências e histórias compartilhadas. Jacques Le Goff (1924-2014) ao debater sobre memória, em verbete publicado na Enciclopédia Einaudi sobre “Memória -

História”, v.1, em 1984, explica que a memória coletiva se institui em manipulações conscientes ou inconscientes, seja pela recordação seja pelo esquecimento, por interesses de poder:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Le Goff, 1990, p. 410).

Por outro lado, Halbwachs (1990) analisa a memória coletiva como um processo de construção social, cuja memória individual é influenciada pelas vivências e interações do sujeito com grupos sociais de referência como escola, igreja, família, trabalho e demais grupos. Assim, as lembranças individuais não ocorrem de forma isolada, são resultantes da interação social do sujeito com seu grupo social de referência. “No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (Halbwachs, 1990, p.51). As recordações individuais, mesmo que cada indivíduo apresente uma perspectiva, são determinadas pelo ponto de vista dos outros, são os grupos sociais que determinam o que será recordado. A lembrança individual também necessita de uma comunidade afetiva para que seja reconstruída a partir das relações sociais e dos grupos de convívio.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p. 51).

Diferente da memória histórica, a memória coletiva “[...] retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 1990, p. 81-82). O autor também destaca que nas cidades menores, como é o caso de Vila Flores, os hábitos locais resistem às transformações e a memória coletiva “[...] tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais” (Halbwachs, 1990, p. 136), nas quais as tradições se mantêm mais estáveis. Os espaços, os objetos nesses espaços carregam ao mesmo tempo a

marca individual e dos outros. “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem” (Halbwachs, 1990, p. 133).

Apresentando também a distinção entre memória e história em sua obra “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Pierre Nora corrobora com Halbwachs ao considerar que a memória sempre emerge dos diferentes grupos sociais aos quais o indivíduo pertence e convive. “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente; a história uma representação do passado” (Nora, 1993, p. 9). Nora observa que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Outro importante estudo é “Memória e sociedade: lembranças de velhos” (1979) de Ecleia Bosi sobre o retrato da realidade social de oito trabalhadores, acima de 70 anos, na cidade de São Paulo. Bosi recorre aos fundamentos dos quadros sociais da memória de Halbwachs, como visto, cuja memória individual é influenciada pela memória de grupos sociais e “esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade” (Bosi, 1979, p. 18). Bosi destaca que:

[...] o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar (Bosi, p. 23).

Nas regiões de colonização italiana é possível notar que a memória individual é influenciada pelas relações dos sujeitos com seus grupos de convívio social, que têm nos referenciais culturais o elo vivido no presente, especialmente, entre grupos de terceira idade. Os valores culturais comuns no imaginário coletivo dos descendentes italianos baseiam-se, principalmente, na construção étnico cultural do mito da italianidade (Beneduzi, 2004). O Filó de Vila Flores é um exemplo de ato vivo de memórias coletivas expressas pelo ato performático para a transmissão do

conhecimento e de uma presentificação do passado (Beneduzi, 2005; 2009; 2020) que incorpora uma convenção étnico cultural para a preservação das memórias coletivas. A nostalgia a esse passado imaginário das tradições do país de origem (Beneduzi, 2005), passam por uma adaptação e invenção das tradições (Hobsbawm; Ranger, 2008) pra a preservação da identidade sociocultural dos ítalo-brasileiros. O filó se constitui em uma experiência que permitirá a sensação de uma rememoração, de reinvenção das tradições coletivas, a partir das “[...] releituras das canções, dos ditados populares, enfim, de processos de ressignificação do social, os quais relacionam-se dialeticamente às próprias dinâmicas de sociabilidade e sensibilidade da vida quotidiana das localidades de imigração” (Beneduzi, 2004, p. 302). Essa representação da italianidade toma força após a publicação do álbum comemorativo dos cinquenta anos da imigração italiana (1925). Beneduzi observa que:

Na verdade, cada evento apresentará fragmentos do real vivido pelos imigrantes no tempo, ressignificados em novas narrativas que buscam vender uma determinada italianidade. Nesse ponto, é essencial compreender melhor o modo como a memória individual e coletiva vão sendo construídas e reelaboradas, produzindo representações do grupo étnico e identidades. Mesmo tendo em vista um consumo, estas memórias devem estar em sintonia com a autorrepresentação da comunidade e, também, com a forma como esta é percebida pelos outros, aqueles que serão parte dos consumidores (Beneduzi, 2020, p. 97).

As representações produzidas no contexto social de um grupo étnico cultural como presentificação do passado evocam as memórias coletivas como forma de integração, mas cada memória individual é influenciada pelas vivências e interações do sujeito com grupos sociais de referência (Halbwachs,1990). Nesse sentido, o sujeito em relação com seu grupo de referência performa uma autorrepresentação da memória coletiva, incorporando os valores culturais comuns no imaginário dos ítalo-brasileiros. Esse contexto teórico sobre memória e identidade étnico cultural evidencia a complexidade que permeia o campo conceitual que se articula entre memória individual e memória social. Essencial para delinear reflexões sobre lembranças rememoradas pelos membros do filó em sua performance narrativa, que compõem uma memória comum aos seus membros (Halbwachs,1990), e aos

demais sujeitos da sociedade, como uma construção social que entrelaça uma memória de pertencimento identitária, uma memória coletiva.

1.2 O filó italiano no Rio Grande do Sul: estado da arte

Para apoiar a compreensão sobre o presente estudo foi realizado um levantamento do estado da arte com os termos filó, filò, filó italiano e filò italiano em repositórios institucionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Taquari (Univates), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico. A seguir são apresentadas as pesquisas que contribuem para a contextualização sobre o estudo do filó, das referências culturais materiais e imateriais associadas, bem como, de conceitos relacionados ao patrimônio cultural e turismo.

Beneduzi (2004), na tese de História “*Mal di paese: as reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D’Eu (1884-1925)*”, analisou a ressemantização das práticas culturais vênetas, pela ressignificação identitária da cultura italiana por meio do imaginário popular e cotidiano entre a nostalgia do passado Vêneto e o tempo presente nas colônias das regiões de imigração italiana na serra gaúcha, sobretudo, na antiga colônia Conde D’Eu, atual município de Garibaldi. A pesquisa traz um mapeamento das transformações na cultura rural vêneta durante o processo de unificação da Itália até a segunda metade do séc. XIX, a partir da análise de fábulas, lendas, cantos, superstições, religiosidade e práticas culturais como filó, que são reelaboradas em solo brasileiro.

Assim, no contexto vêneto, os filós constituíam-se em encontros campesinos que ocorriam no calor natural das estrebarias junto aos animais nas noites frias de inverno. Entre o trançar, fiar e costurar como necessidade econômica e doméstica, os filós também foram motivados pelas necessidades de sociabilidade e manutenção das tradições, de trocas de experiências e recordações de vivências passadas, bem como, de momentos que propiciavam encontros amorosos, razão pelo qual o filó era atacado por sacerdotes e pela Igreja, por propiciar um local que ia contra os bons costumes. Mas, como explica Beneduzi: “[...] o filò torna-se o

centro de tessitura de um processo de construção identitário. A memória coletiva passa a produzir com os fios das narrativas experienciais ou fantásticas uma realidade na qual a comunidade se reconhece e, também, dá-se a conhecer” (Beneduzi, 2004, p. 174). Por fim, Beneduzi faz uma análise do processo de construção identitária que se consolida nas comunidades coloniais italianas da serra gaúcha a partir da articulação dos lugares de memória da italianidade: o mito civilizatório do bom imigrante, a religião e a figura do colono associado à bravura, honradez e trabalho. Assim, a rememoração e manutenção das tradições evocam um sentimento de nostalgia com as vivências passadas que se vinculam à terra de partida. O filó se constitui em uma experiência que permitirá a sensação de retorno, de reinvenção das tradições coletivas, a partir das “releituras das canções, dos ditados populares, enfim, de processos de ressignificação do social, os quais relacionam-se dialeticamente às próprias dinâmicas de sociabilidade e sensibilidade da vida cotidiana das localidades de imigração” (Beneduzi, 2004, p. 302).

Nardi (2007), na dissertação de Geografia “O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico”, investigou o turismo em espaço rural por meio da Geografia Cultural na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana (RQCII), localizada na área Central do Estado, formada pelos municípios de Silveira Martins, Nova Palma, Ivorá, Faxinal de Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine e Pinhal Grande. Região, nas quais destacam-se três modalidades de turismo: o turismo ecológico, o cultural e o agroturismo. Nardi apresenta os principais atrativos turísticos mapeados na RQCII como as trilhas, as caminhadas e os passeios náuticos ecológicos, os festivais, a gastronomia, o artesanato colonial, o turismo religioso, o Museu do Imigrante Italiano de Vale Vêneto, o Parque Histórico de Dona Francisca, e o Filó Cultural Italiano da Amizade e da Paz realizado em Silveira Martins. Realizado, geralmente, no salão comunitário, o referido filó conta com a participação de pessoas que levam um prato da gastronomia tradicional para ser compartilhado em uma mesa coletiva. Nardi esclarece que “os filós de hoje se constituem em uma espécie de adaptação dos costumes noturnos de sociabilidade dos imigrantes para um novo contexto, determinado pelo século XXI e suas pretensões culturais e turísticas” (Nardi, 2007, p. 120). Para o autor, os filós atuais apresentam características diversas dos filós originais, sendo recriado, adaptado,

reinventado para preservação da identidade sociocultural, e por conseguinte, ao interesse turístico. Conclui que o turismo em meio rural torna-se importante para promover o desenvolvimento de territórios rurais em fase de estagnação, no entanto, observa que o turismo na RQCII requer melhorias em infraestrutura geral (rodovias, pontes, sinalização, ampliação de cobertura de sinal de telefonia celular); qualificação de pessoal e investimento na autoestima das pessoas locais; investimento em preservação e restauração patrimonial; resgate das tradições com fidelidade às tradições originais sem descaracterizar o território com cenários artificiais, estabelecendo-se assim um equilíbrio entre cultura e turismo.

Filippon (2007), na dissertação de mestrado em Letras e Cultura Regional “A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar” investigou a transformação da arquitetura das casas do imigrante italiano e seus descendentes, na Região Colonial Italiana (RCI)³, por meio da história italiana, da iconografia e literatura ficcional das obras “A Cocanha”, “O Quatrilho” e “A Babilônia” de José Clemente Pozenato. Como explica Filippon:

A primeira obra narra a saga de um grupo de italianos que partem do porto de Gênova em 1883, com destino ao Brasil, em busca de uma vida nova, em que o tempo da narrativa se estende até a virada do século. A segunda obra trata de uma questão familiar, um jogo, a troca de casais, retratado entre 1909 e meados de 1930. A terceira, prossegue no tempo, narrando a história da família oriunda destes casais, focalizando as questões políticas, ideológicas e econômicas, no período do início do Séc. XX até o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Filippon, 2007, p. 11).

Na obra de ficção “O Quatrilho”, o autor descreve a cena de um filó que ocorre na casa do personagem Aurélio Gardone, que junta os homens mais velhos para jogar quatrilho e os mais jovens a apreciar o jogo, enquanto, as mulheres se acomodam em volta do *fogolar*. Filippon descreve que: “A descrição do filó desvela aspectos tipicamente culturais da RCI. Os homens se divertiam jogando cartas e as mulheres disputavam as prendas domésticas e colocavam as notícias em dia” (Filippon, 2007, p. 78). Ainda, segunda a autora, nas pequenas comunidades rurais, os modos de lazer apresentam uma diferença nos dias atuais. “Enquanto que os homens jogam cartas nos bares, as mulheres encontram-se na missa para a oração e troca de informações” (Filippon, 2007, p. 78). Além disso, a cozinha é um espaço

³ Abrange os municípios localizados na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul.

essencial na casa do imigrante italiano, um lugar de encontros sociais, quando as pessoas ficavam ao redor do *fogolar* para fazer as lidas diárias e terem seus momentos de lazer. Nas três obras analisadas, Filippon conclui que as narrativas manifestam a presença de “fortes elementos imateriais nos ambientes vividos [...]”, cujas casas apresentadas nas obras constituem “espaços cheios de significados decorrentes da interação de seus moradores, que carregam consigo seus valores, seus hábitos, sua cultura” (Filippon, 2007, p. 138).

Gomes e Laroque (2010), no artigo “História e cultura dos italianos e seus descendentes: o costume do filó em localidades do Vale do Taquari/RS”, analisaram os elementos da cultura italiana, presentes nos filós comunitários de Encantado e Doutor Ricardo, por meio da gastronomia, das canções, da língua, da religião. Os autores trazem um panorama da imigração italiana no Brasil e da formação das colônias no Rio Grande do Sul, destacando os elementos culturais trazidos pelos italianos como: o uso do dialeto de cada região de origem, resultando em hibridismo cultural do ponto de vista linguístico, que acabou por formar um dialeto próprio⁴; a formação social em torno da igreja como fator de integração e identidade cultural; a tradição da oralidade que preservou histórias e memórias dos imigrantes; a culinária, em especial, a polenta como “traço da identidade dos descendentes italianos”; as canções como “celebração de coragem diante das dificuldades” (Gomes, Laroque, 2010, p. 37-38). Assim, o filó no contexto brasileiro é ressignificado nas colônias italianas, onde vizinhos encontravam-se para suportar a saudade da terra natal e dividir notícias vindas de parentes e amigos da Itália por meio de cartas, suportar a solidão e amenizar o sofrimento causado pela imigração, bem como estimular a troca de produtos da terra e preservar a manutenção do artesanato doméstico. Nos dias atuais, como explicam Gomes e Laroque, muitos municípios realizam os filós comunitários, tornando-se uma grande confraternização. Em Jacarezinho, interior de Encantado, cada família leva um prato de comida típica artesanal para confraternizar e relembrar histórias dos antepassados, não sendo permitido levar alimentos e bebidas do mercado. Já no município de Doutor Ricardo, além da gastronomia, também tem apresentação de teatro e dança italiana nos filós comunitários.

⁴ Com a fusão do português e várias línguas regionais italianas, sobretudo, de Vêneto, formou-se uma nova língua, o *Talian*.

No Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Design Estratégico intitulado “Tecendo histórias: o Filó de Vila Flores como uma experiência turística compartilhada”, disponibilizado por Ceccato (2011), o estudo baseia-se em uma projeção de cenários futuros como manutenção do “produto turístico Filó de Vila Flores”. Conforme Ceccato, os encontros familiares nas comunidades têm sido cada vez menos frequentes devido às mudanças com a chegada dos meios de comunicação de massa, as redes sociais, a ida dos jovens para as grandes cidades em busca de qualificação e trabalho. Nesse sentido, o filó nos dias atuais acabou se adaptando, com foco em apresentações artísticas para um grande público. O Filó realizado em Vila Flores é um dos principais atrativos que desenvolve o turismo no município pela experiência que proporciona aos turistas, associado à emoção (Ceccato, 2011). Nesse sentido, em sua pesquisa, Ceccato projeta quatro possíveis cenários: o “cenário filho” que demandaria o envolvimento dos jovens para a preservação da cultura dos imigrantes italianos e, por conseguinte, da manutenção e continuidade do filó; o “cenário incerto” que pela incerteza do futuro, o filó se modernizaria, se tornaria um evento grandioso e midiático; o “cenário link” que conectaria o filó real com o virtual. Nesse cenário os jovens seriam as peças-chaves para divulgar e compartilhar a experiência do filó nas redes sociais; o “cenário ótimo”, que envolveria as crianças, os jovens e a própria comunidade do município para transmitir a cultura do filó para as futuras gerações. Levando em consideração o envolvimento de jovens para a preservação da herança cultural italiana, escolas têm participado do Filó de Vila Flores, com adaptação para o público jovem e seu enfoque educativo.

Porto (2015), na tese “O Cancioneiro Popular da Imigração Italiana: a leitura como processo de construção de sentidos na performance da canção”, analisou a construção de sentidos atribuídos na performance das canções que compõem o acervo “Cancioneiro Popular da Imigração Italiana” criado por meio do Projeto “Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS)”, vinculado ao Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul. Tal acervo contém 400 canções interpretadas pelos imigrantes na região da serra gaúcha. Conforme Porto, o canto popular aparece como a manifestação mais significativa dos traços de identidade dos descendentes italianos

e da manutenção da memória italiana, bem como, de agregação social em celebrações coletivas como as sagras⁵ e filós. Em relação às performances das canções:

[...] o canto em grupo até a década de 1980 era predominantemente espontâneo. Bastava um indivíduo começar a cantar entre um grupo que outras pessoas o acompanhavam, encaixando as vozes naturalmente, conhecimento adquirido a partir da experiência de cantar e ouvir. Atualmente, a prática das canções está geralmente associada a uma situação de apresentação de um grupo coral para um público. Esse público tem, em sua grande maioria, pessoas que também cantam e participam de coros, no entanto, só cantam entre o seu grupo coral, isto é, enquanto seu grupo não está se apresentando, ficam na situação de meros espectadores das canções. Exceções acontecem, conforme comentado anteriormente, nos momentos de confraternização antes e após a apresentação dos coros, quando os cantores se misturam e cantam, entre grupos, quaisquer canções que lembrem (Porto, 2015, p. 111).

Porto ainda observa que no contexto atual as interpretações das canções se restringem aos grupos de corais e festividades religiosas, e eventualmente, a formação de corais também acontece nos filós com formato de festa gastronômica aberta aos turistas. Ademais, Porto descreve que: “As formações não organizadas na atualidade acontecem geralmente após os encontros de corais ou filós contemporâneos, nos quais após as apresentações, os grupos cantam entre si, quaisquer repertórios que conheçam” (Porto, 2015, p. 173). Dessa forma, as práticas culturais atuais apresentam um “forte caráter de politização no processo de formação de sentido das canções e, conseqüentemente, na memória dos descendentes de imigrantes italianos” (Porto, 2015, p. 173), sendo que, os aspectos político, patrimonial e turístico associados às canções devem ser considerados, mas, nem por isso diminuem a importância da herança cultural, formador da identidade dos descendentes italianos.

Zanella (2017), na dissertação de mestrado em Turismo e Hotelaria, “Relações entre turismo de experiência e patrimônio cultural imaterial: um estudo sobre as experiências memoráveis do Filó Talian”, analisou as experiências memoráveis vivenciadas pelos turistas nos filós em Concórdia (SC) e Vila Flores (RS), tendo como objetivo reconhecer o Filó Talian como patrimônio imaterial no

⁵ “Sagra: designação da festa do padroeiro ou da padroeira, nas frações rurais (capelas), em que foram assentados os imigrantes italianos, no séc. XIX, no Rio Grande do Sul” (Migot, 2001, p. 46).

turismo de experiência. Zanella traz uma contextualização das transformações do filó surgido na Itália e sua adaptação no Brasil, bem como, a identificação dos filós realizados em Santa Catarina (4) e no Rio Grande do Sul (12), divididos em: a) filó memorativo, evento fechado realizado entre famílias e amigos e convidados especiais para reviver o costume; b) filó comunitário, aberto a um grande público da comunidade e realizado em salões e ginásios do município; c) filó turístico, aberto ao público com limite de pessoas por evento e mediante agendamento e compra de ingresso. A autora ressalta a importância de preservar, conservar e difundir o filó também em outras localidades de cultura italiana. Nas entrevistas realizadas, Zanella descreve que o filó proporciona uma experiência que evoca emoções, envolvimento, lembranças do passado e o retorno à infância, sendo que, a fuga da rotina diária ou o escapismo é um dos motivos mais destacados em pesquisas sobre turismo.

Santos e Camilotto (2017), no artigo “Conhecimento científico entrelaçando prática sociocultural do filó e relações de hospitalidade: um estudo bibliográfico” trazem uma revisão de literatura sobre a prática do filó na perspectiva da hospitalidade/acolhimento. Como resultado, os filós concretizavam-se em encontros de comunhão, celebração e trocas, ou seja, momentos em que as pessoas conversavam sobre o cotidiano, comiam e bebiam, expressavam sua fé, jogavam, faziam artesanato ou ferramentas de trabalho para o campo e cantavam suas dores e esperanças, estabelecendo assim, relações de hospitalidade e acolhimento. Em outro artigo de Santos e Camilotto (2020), intitulado “Laços sociais intracomunitários na prática sociocultural do filó doméstico”, as autoras analisaram as relações de hospitalidade/acolhimento tendo como comunidade-alvo de pesquisa a população do município de Arvorezinha, RS. Por meio de análise de categorização dos enunciados das vinte e cinco entrevistas que foram realizadas, Santos e Camilotto apresentam quatro categorias resultantes da análise: a casa, espaço de convivência onde ocorre o filó, sobretudo, na cozinha; o sentido, que compreende o sentido atribuído aos encontros no filó pela motivação e prazer de estar junto; as relações interpessoais e sociais, que remetem aos processos de troca e diálogo; os rituais, que compreendem os ritos de convite, preparo, chegada e despedida nos encontros dos filós, sendo que a oferta de alimentos e bebidas pelo anfitrião aos convidados e

o fogão a lenha como lugar de partilha destacam-se nos filós. Como resultado, a definição de filó é apresentada por Santos e Camilotto (2020, p. 373), a partir da “incidências de falas dos entrevistados⁶”:

Filó (T) é uma forma de convivência entre pessoas (encontro) (G) constituída através de visita/reunião (d1), que acontece à noite (d2), no interior das residências, sobretudo nas cozinhas (d3), congregando amigos, vizinhos e/ou familiares (d4), com a finalidade de união (d5), em que ocorre conversa com trocas de ideias e relatos de histórias (d6), jogos de cartas (d7), momentos de expressão de religiosidade (d8) e oferta de alimentos e bebidas (d9), sendo que os convidados são recebidos pelos anfitriões (d10) e, posteriormente, esses retribuem a prática (d11), dependendo, ou não, de convite prévio (d12) (Santos; Camilotto, 2020, p. 373).

Giordani (2020), na dissertação “A alimentação como mecanismo de construção da identidade: o caso dos imigrantes italianos no RS”, analisou a relação da alimentação com as semelhanças e as diferenças nas migrações que ocorreram em 1875 e 1945 e cuja bagagem cultural alimentar trazida pelos imigrantes para o Brasil foram transmitidas aos descendentes, assim como, mantidos nos dias atuais nas associações e em práticas culturais reinventadas dos filós. Por meio de sua pesquisa etnográfica, Giordani apresenta três diferentes aspectos do filó: a) os filós realizados na Itália e nos primeiros anos de colonização no RS como prática social entre vizinhos e amigos que moravam próximos para terem seus momentos de lazer frente aos pesados afazeres do campo, de lida com as terras, trato dos animais e trabalho doméstico, e em estrebarias nas noites frias do inverno de uma propriedade particular para poderem se aquecer; b) os filós realizados nas sociedades italianas que buscam preservar as tradições e práticas da cultura italiana. Os eventos dos filós podem variar de associação para associação, sendo, em geral, acompanhado de jantar e música; c) o filó turístico em que Giordani descreve a sua experiência na participação do Filó de Vila Flores. Como explica Giordani, inicialmente, o filó de Vila Flores era realizado na casa dos vizinhos e com o aumento do número de participantes começaram a realizar o filó no ginásio da cidade e depois “os moradores de Vila Flores começaram a batalhar pelo reconhecimento do Filó como prática cultural e patrimônio da cidade, conquistando, junto à Assembleia Legislativa

⁶ A definição foi construída com base em quatro elementos de categorização: “Termo (*definiendum*): a coisa a ser definida; Cópula: verbo ser; Gênero (*genus*): a classe (ou ordem) de coisas a que pertence o termo; Diferenças (*differentiae*): tudo aquilo que distingue a coisa representada pelo termo de outras coisas incluídas na mesma classe” (Santos, Camilotto, 2020, p. 368).

do RS, o título de ‘Capital Estadual do Filó’” (Giordani, 2020, p. 82). Ainda como relata a autora referente ao Filó de Vila Flores: “Hoje, o pensamento continua voltado e focado para a preservação do filó enquanto cultura e para atrair turistas, disseminando sua existência entre outras etnias [...]” (Giordani, 2020, p. 82).

Scapin (2022) na dissertação “Escola e museu: a relação entre educação e patrimônio cultural, em Vila Cruz/RS, geoparque quarta colônia” buscou identificar os principais patrimônios culturais herdados da colonização italiana em Vila Cruz, localidade do interior do município de Nova Palma, RS, a partir das práticas de educação patrimonial desenvolvidas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella e o Museu de Vila Cruz como espaço de salvaguarda, exposição e estudos (Scapin, 2022, p. 13). Como resultado de sua dissertação, a autora elaborou uma cartilha de educação patrimonial. Os principais patrimônios culturais de Vila Cruz apresentados são as Casas de Pedra, os Capitéis e a Capela Santa Cruz, os Casarões e o Filó Cultural. Segundo Scapin:

Sob o viés imaterial, os Filós Culturais sobressaem-se com a gastronomia farta, com a musicalidade espontânea, com a linguagem carregada, com a convivência descomprometida, com os hábitos e os costumes ainda vivenciados. Enfim, tradições enraizadas num passado marcado por desafios e conquistas, alegrias e esperanças, apontando os ditames da atualidade (Scapin, 2022, p. 11).

O Filó Cultural de Vila Cruz caracteriza-se como filó comunitário por ser aberto ao público local, tanto para alunos e professores da escola local e outros convidados que se encontram para relembrar histórias sobre o passado, entoar canções, saborear pratos típicos, apreciar objetos em exposição e adquirir artesanato, em uma proposta que visa a preservar, valorizar e conhecer a memória e identidade da cultura local por meio de educação patrimonial.

Por fim, em análise ao estado da arte, observa-se que os estudos de filós, seja como objeto de pesquisa principal ou inseridos em uma pesquisa ampla da cultura de matriz italiana, podem trazer enfoques sobre imigração, identidade cultural, patrimônio cultural, imaterialidade e turismo. O filó não é uma prática exclusiva de Vila Flores, mas, o município tem a distinção oficial ao ser declarado Capital Estadual do Filó. O filó, portanto, se constitui em prática cultural destinada a preservar e divulgar a “singularidade” dessa cultura de matriz italiana.

1.3 Justificativa

Esta pesquisa se torna relevante, por um lado, por trazer aspectos museológicos para reflexão sobre a prática tradicional do Filó de Vila Flores e, por outro, por entrelaçar reflexões sobre o uso de recursos patrimoniais nas práticas turísticas para o desenvolvimento local. Assim, busca-se avaliar como a museologia pode contribuir para que os membros do grupo do filó, detentora e gestora de sua herança cultural, possam reinterpretar a prática cultural, à luz da musealização do filó e do registro das memórias como instrumento metodológico, bem como, de ações de educação patrimonial como ferramenta de engajamento e sensibilização dos jovens como atores sociais da preservação do legado cultural do filó. Partindo desse pressuposto, como proposta de musealização do espaço de performance do Filó de Vila Flores, em uma abordagem de museologia social, busca-se delinear caminhos para uma proposta de museu de memória por meio de diferentes ações que envolvem a educação patrimonial. Dessa forma, compreende-se a potencialidade do Filó de Vila Flores como uma prática da museológica social, tendo em vista que, atores da comunidade local atuam como protagonistas tanto de interpretação quanto da transmissão da performance narrativa. A singularidade dos vários aspectos culturais da memória da cultura de matriz italiana também pode ser analisada sob a perspectiva da construção de identidade e delimitação de territórios, onde gestores públicos, famílias, grupos culturais e religiosos de Vila Flores gerenciam seu patrimônio cultural para a preservação e transmissão dos valores simbólicos da cultura de matriz italiana.

Por outro lado, torna-se relevante tecer reflexões sobre o turismo no contexto de práticas tradicionais e do patrimônio cultural, onde Vila Flores é um dos municípios que integra o roteiro turístico Termas e Longevidade gerenciado pela Atuaserra, que tem como base um modelo de turismo de experiência voltado a proporcionar experiências memoráveis e fomentar a economia local e regional na serra gaúcha. Vila Flores, RS foi declarada a Capital Estadual do Filó pela Lei nº 14.949, de 10 de novembro de 2016 (Anexo A), pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2016). Embora, o impacto desta titulação possa contribuir com políticas culturais e para o reconhecimento do filó no campo do

patrimônio, o debate que se entrelaça entre patrimônio, cultura e turismo, suscita uma avaliação sensível de modo que as heranças culturais, os patrimônios paisagísticos, naturais e arquitetônicos não sejam afetados por uma espetacularização cultural⁷ (Carvalho, 2010), entendido como um processo de descaracterização e invenção para se ajustar a padrões de consumo impostos pela globalização.

1.4 Objetivos

Tomando como ponto de referência o objeto de estudo, levanto o seguinte problema: **Como se constitui a relação entre a prática cultural do Filó de Vila Flores e o turismo? Quais os valores simbólicos subjacentes à reinterpretação dos referenciais culturais presentes no Filó? Quais as perspectivas de manutenção do Filó para a preservação da memória social dos ítalo-brasileiros? Quais alternativas podem ser pensadas em face à turistificação do Filó?** Partindo da problemática, esta pesquisa tem como norte o alcance do objetivo geral em **avaliar a potencialidade do Filó de Vila Flores-RS como recurso patrimonial para o desenvolvimento local desde uma perspectiva museológica e do espírito do lugar**. Para o alcance do objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar os recursos patrimoniais culturais do município de Vila Flores;
- b) verificar a narrativa construída na prática do Filó de Vila Flores;
- c) interpretar os valores simbólicos subjacentes às referências culturais, materiais e imateriais, que compõem o Filó de Vila Flores;
- d) sintetizar as relações socioculturais estabelecidas entre o Filó de Vila Flores e o turismo cultural;
- e) avaliar a potencialidade da casa do artesão, local de prática do filó, em tornar-se um museu de memória viva.

⁷ Conforme Carvalho (2010, p 47), o termo espetacularização é definido pelo autor “[...] como a operação típica da sociedade de massas, em que um evento, em geral de caráter ritual ou artístico, criado para atender a uma necessidade expressiva específica de um grupo e preservado e transmitido através de um circuito próprio, é transformado em espetáculo para consumo de outro grupo, desvinculado da comunidade de origem”.

1.5 Metodologia

Esta dissertação se caracteriza como pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, ao qual, se busca entender o contexto em que os fenômenos ocorrem, tornando-se relevante como metodologia para o delineamento de estudos exploratórios, visto a alcançar uma nova compreensão do problema a ser investigado (Gil, 2021). Desse modo, objetiva-se compreender o contexto social, cultural e territorial em que o Filó de Vila Flores é realizado, em um estudo de natureza etnográfica, complementado com análise teórica de materiais bibliográficos disponíveis na Biblioteca Pública Mansueto Bernardi no município de Veranópolis.

O método etnográfico é “[...] composto de técnicas e de procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado” (Eckert; Rocha, 2008, p. 1). Para isso, foram utilizadas técnicas de observação direta/participante, conversas formais e informais, pesquisa baseada em registro história oral e diários de campos. Como explicam Eckert e Rocha: “[...] a observação direta é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana” (Eckert; Rocha, 2008, p 2). A observação participante desta pesquisa se tornou essencial para ter uma relação direta com os interlocutores em seu espaço de cenário cultural para compreender o contexto do campo de pesquisa. A observação participante é caracterizada pela:

[...] participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo que está sendo estudado. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual o pesquisador chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (Gil, 2021, p. 88).

De modo complementar, Ecléia Bosi (1979) descreve a relação entre pesquisador e objeto de pesquisa em seu método de pesquisa sobre a lembrança de velhos. Essa dupla relação sujeito e objeto, mencionada por Bosi, instrumentaliza-se na presente pesquisa por meio de entrevistas direcionadas e observação participante, em meu papel como sujeito que indaga e procura saber sobre a relação

entre filó e o desenvolvimento local e para ouvir e registrar as lembranças dos membros do Filó a partir de suas experiências pessoais nos encontros sociais e culturais. A primeira etapa desta pesquisa foi visitar alguns pontos turísticos de Vila Flores, essencialmente, a área central do município, tendo em vista, que as capelas estão localizadas em áreas rurais distantes, o que dificultou uma exploração maior. A segunda etapa foi a participação em dois encontros do Filó de Vila Flores ainda no ano de 2023. No ano de 2024, realizei a entrevista individual com Salete Fiori e entrevista coletiva com três integrantes do grupo do filó.

1.5.1 Relatos de um percurso etnográfico

Nessa primeira etapa de escrita do projeto, participei da performance do Filó de Vila Flores em 1º e 22 de abril de 2023. O primeiro contato foi com a então Secretária de Cultura e Turismo, Makielen Zandoná Ceccato, por telefone e e-mail, em meados de janeiro de 2023, para poder obter informações e autorização para entrada em campo. Não obtendo um retorno imediato, entrei em contato pelo WhatsApp com Alide Gallina Luzzato, responsável pelo agendamento turístico do Filó de Vila Flores, explicando a minha pesquisa. Ficou, então, agendado um primeiro encontro que foi realizado em fevereiro com Makielen Ceccato. Gentilmente, ela disponibilizou os materiais publicitários dos pontos turísticos de Vila Flores e seu trabalho de conclusão de curso de especialização em Design Estratégico sobre o Filó de Vila Flores. Essa primeira aproximação foi importante para compreender que o grupo do Filó é uma associação que administra os eventos de forma independente, com agenda aberta de março a novembro, parando nos períodos de férias, de dezembro a fevereiro. O agendamento, portanto, é realizado para grupos fechados de turistas para até 45 participantes, sendo possível a participação de outras pessoas quando há vaga disponível.

Na primeira ocasião, em 1º de abril de 2023, por contratempo, não consegui chegar ao local no horário de início do Filó, perdendo a parte das narrativas que são contadas pelo grupo sobre a imigração e colonização italiana. Em atraso, fui me misturando aos turistas, no papel de turista observadora. No momento do jantar pude me aproximar do grupo do filó para me apresentar, ocasião em que fui muito

bem recebida. Já em casa, passei a refletir sobre a minha primeira participação no filó. Entre expectativas, emoções e percepções, fatores no domínio pessoal explorado por teóricos do turismo, revelo que a minha experiência trouxe alguns momentos de encantamento: o momento em que a polenta é mexida enquanto os atores entoavam a canção “*La Bella Polenta*”; o momento do jantar em que os turistas conversavam entre si e dançavam enquanto mais canções eram entoadas, o meu vislumbre aos objetos antigos expostos no espaço do filó, a imagem da mulher sentada no baú de lenha enquanto tecia a *dressa*; e a brincadeira do chinelo de três pés quando os turistas foram convidados a brincar. Também senti uma certa frustração naquela noite, pois, tive uma expectativa grande em assistir pela primeira vez o jogo de mora. Jogo que acabou não ocorrendo por ausência de um dos membros do grupo do Filó. Esse é um dado importante a se considerar em uma perspectiva de análise social, uma vez que, evidencia que são poucos os detentores do saber da arte da mora.

Posto isso, fui mantendo contato com a Alide para marcar uma segunda ida ao filó, solicitando para ela me agendar uma noite em que tivesse o jogo da mora, retornando, assim, no dia 22 de abril de 2023. Nesta segunda participação, fui como pesquisadora bastante preocupada em registrar e gravar cada detalhe do roteiro do filó para transcrição da mesma. E, novamente, houve momentos de encantamento. Encantamento pelas narrativas que havia perdido no primeiro encontro. Ah! Como é bom ouvir histórias! E houve momentos de emoção, em que precisei segurar as lágrimas enquanto via aqueles homens em seus trajes típicos, com calça social, suspensório e chapéu de palha. Quanta saudade bateu de meu pai e avô! Naquela noite voltei pra casa radiante, pois, a minha expectativa havia sido atendida. Naquela noite, pela primeira vez, pude ver o jogo da mora. O jogo da mora que tanto almejava ver!

É importante salientar, que nesses dois momentos de ida ao filó, as experiências pessoais acabam sendo distintas. Por um lado, houve um encantamento parcial, em meu papel de pesquisadora que se coloca distante por não estar integralmente imersa na cultura de matriz italiana e, por lado, houve momentos que mexeram com emoções pessoais por lembrar alguns aspectos

comuns de minha cultura de origem, como a lida na roça, os chapéus de palha, as confraternizações ainda vivas.

1.5.2 As entrevistas

As entrevistas, com base em técnicas de história oral, tiveram como objetivo compreender a relação do grupo social com a prática do filó. “A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (Delgado, 2009, p. 23). As narrativas expressas como fontes orais constituem importantes instrumentos de preservação da memória coletiva e de “[...] transmissão das heranças identitárias e das tradições” (Delgado, 2009, p. 21).

A ideia inicial era poder realizar a entrevista coletiva, em formato de roda de memória, com os 24 membros do grupo, o que acabou não ocorrendo por falta de tempo livre da maioria dos membros. Dessa forma, durante a pesquisa foi necessário realizar adaptações. Procedeu-se, então, à entrevista com três membros do grupo do filó. Os resultados das entrevistas foram transcritas em forma de citações ao longo da dissertação para complementar a pesquisa bibliográfica.

A primeira entrevista foi realizada em 17 de abril de 2024 com Salete Fiori, proprietária da Villa do Pão, que esteve à frente do turismo em 1997, quando foi iniciado o levantamento junto à comunidade de Vila Flores para mapear pontos turísticos e acervos que hoje integram o roteiro turístico Termas e Longevidade. A entrevista teve duração de 40 minutos, quando Salete relata com bastante entusiasmo a consolidação do turismo em Vila Flores e o seu papel à frente disso. Igualmente, foram realizadas conversas informais com a secretária de Turismo e Cultura e a Diretora de Cultura de Vila Flores para compreender como se constituiu a atuação da Atuaserra e Termas e Longevidade nos espaços patrimoniais para o desenvolvimento do turismo. As entrevistas foram gravadas com auxílio do aplicativo URecord e as transcrições foram realizadas com o uso da ferramenta google Pinpoint.

Para agendar as entrevistas com o grupo do filó, o contato foi com Alide Gallina Luzzato, responsável pelo agendamento do filó, ainda em abril de 2024, via

WhatsApp, para avisar que precisaria realizar entrevistas. Retomei a conversa em 10 de julho para vermos a possibilidade de um encontro. Obtive uma resposta de agendamento para o dia 13 de agosto, ocasião em que me encontrei a Alide, a Benedita Zandoná Ceccato, presidenta do Filó e a Zelia Brandalise Fiori, secretária. O encontro ocorreu na casa do artesão, na sala da secretaria de turismo e cultura. Sentados em volta à mesa, inicio as primeiras perguntas (Apêndice C), gravadas pelo aplicativo Urecord. O encontro não seguiu um roteiro fechado de perguntas e respostas, pelo contrário, à medida que eu questionava sobre algo, as respostas intercalavam-se entre as três participantes, como em uma conversa informal, em que as mesmas, por vezes, retomavam lembranças de suas infâncias em relação às tradições dos filós. A entrevista teve duração aproximada de 1h35min, finalizada com uma demonstração de como fazer *dressa*, trabalho artesanal que acabei trazendo para casa como recordação do grupo.

2 IMIGRAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE MATRIZ ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

A formação das colônias no Rio Grande do Sul (RS) teve a migração de diferentes povos vindos da Europa, constituída, essencialmente, com a migração de açorianos, alemães e italianos, e teve seu marco inicial com a política brasileira imigratória durante o período imperial e republicano (Herédia, 2001). No século XVIII, “milhares de açorianos foram trazidos para o sul, para ocuparem as terras disputadas à Espanha” (Posenato, 1983, p. 31). Em 1824, ocorreu a imigração alemã que ocuparam o principal centro colonial no RS, em São Leopoldo (Posenato, 1983, p. 31). Dentre as motivações para atrair trabalhadores europeus estavam: a instauração de uma agricultura subsidiária com trabalhadores livres e sob o regime de pequena propriedade; aumentar a população no Brasil para favorecer a implementação de indústrias e comércios; formar um exército para garantir a segurança nacional e servir para a política expansionista nas províncias cisplatinas; substituir a mão de obra escrava com o movimento abolicionista; e criar uma classe média de homens livres (Manfroi, 1975). A substituição da mão de obra escrava teve como principal motivação o branqueamento da raça (De Boni; Costa, 1979).

A política de imigração do século XIX também coincidia com os interesses latifundiários, principalmente, com a expansão cafeeira, mas, os imigrantes cooptados para as fazendas de café não eram homens livres e proprietários de suas terras. Em São Paulo, o processo de imigração apresentava como principal objetivo substituir a mão de obra escrava nas fazendas de café, enquanto, o processo migratório no Rio Grande do Sul foi baseado no regime de pequena propriedade visando à formação de colônias agrícolas (Herédia, 2001). Nessa conjuntura brasileira de colonização, a migração de italianos para o Brasil também coincidia com a crise econômica e política que se instaurava na Itália no século XIX, que teve como fator determinante o *Risorgimento*, movimento político e ideológico, “inspirado nos ideais revolucionários franceses” (Manfroi, 1996, p. 49), que resultou na unificação da Itália. Como explica Herédia:

Antes do processo de unificação italiano, que transformou a Itália num reino unido, o território que compunha a península itálica estava dividido em reinos, ducados e repúblicas. A divisão política das regiões geográficas estava assim constituída: o domínio austro-húngaro que envolvia as regiões da Lombardia, do Trentino e da Venécia; o domínio da Casa de Sabóia que abrangia parte da Lombardia, o Piemonte e a Liguria; o domínio do Vaticano, a Emilia-Romagna, e ainda a existência de ducados que haviam se estabelecido como regiões autônomas. Apenas em 1861 a Itália foi unificada e teve seu primeiro rei: Vitor Emanuel II (Herédia, 2005, p. 234).

A unificação da Itália agravou os problemas econômicos, sociais e políticos existentes com a crise agrária e contribuiu para a expansão do capitalismo, sobretudo nas regiões campestres do norte da Itália, o que levou à emigração em massa de italianos para outros países em busca por sobrevivência. “A emigração acabou sendo uma resposta à crise agrária que a Itália vivia e foi utilizada para promover a colonização agrícola no Sul do Brasil” (Herédia, 2005, p. 236). Partindo dessa conjuntura, a imigração de italianos para o Brasil intensificou-se a partir de 1875 com a chegada de imigrantes em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. A ocupação das terras, principalmente, na serra gaúcha, culminou com a expulsão dos povos indígenas (Posenato, 1983). Os imigrantes que chegaram no RS “provinham quase que exclusivamente do norte da Itália: 54% eram vênnetos, 33% lombardos, 7% trentinos e 4,5% friulanos” (Posenato, 1983, p. 32). A maioria dos primeiros imigrantes italianos estabeleceu-se em São Paulo para trabalhar nas fazendas de café, com baixos salários, e como mãos de obra substituta à escravidão. Sem autonomia e liberdade nos cafezais paulistas, “desapareceu a língua, as tradições, a religião foi deturpada, desapareceram os cantos e as festas [...]” (Battistel; Costa, 1983, p. 599). Tal fenômeno se deu de forma oposta com a chegada dos imigrantes no Rio Grande do Sul, “onde os italianos, como pequenos proprietários, desenvolveram sua autonomia econômica, protegendo sua identidade étnica” (Battistel; Costa, 1983, p. 599).

Aos imigrantes que aqui chegavam eram oferecidas viagens pagas até as colônias, lotes rurais que deveriam ser quitados no prazo de 5 a 10 anos, assistência médica, sementes, ferramentas para o trabalho, auxílio financeiro, liberdade religiosa e nacionalização. Contudo, nas viagens de travessia do oceano, os imigrantes se depararam com condições precárias de superlotação dos navios, doenças que

atingiam, principalmente, crianças e idosos, falta de assistência médica e casos de mortes frequentes (Manfroi, 1975).

Em 1885, entraram no Brasil, 21.765 italianos; em 1887, 40.157; em 1888, 104.353; em 1891, 132.326, não baixando, jamais, dos 30.000 por ano, até o fim do século. Mais de quatro quintos dos imigrantes vindo no Brasil, dirigiram-se para São Paulo. Entre 1875 e 1935, entraram no Brasil cerca de 1,5 milhões de italianos (De Boni; Costa, 1979, p.38).

Especificamente, nas terras devolutas do Estado do Rio Grande do Sul várias colônias se formaram para receber os imigrantes que aqui chegaram: a) em 1875, foram criadas as colônias Fundos de Nova Palmira (que em 1877, passaria a ser denominada de Colônia Caxias), Conde d'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves); b) em 1877, o Governo criou a quarta colônia, denominada Silveira Martins, nas terras das matas próximo a Santa Maria; c) em 1880, foi criada a colônia de Encantado; d) em 1884, a colônia Alfredo Chaves, atual município de Veranópolis; e) em 1886, a colônia de Antônio Prado; f) em 1892, a colônia de Guaporé (Costa, 1998; De Boni; Costa, 1979).

Vindos pela esperança de serem proprietários de suas terras, devido à pobreza que assolava sua pátria, os imigrantes que se deslocaram para o Nordeste do Rio Grande do Sul, RS, tiveram que adentrar uma região coberta por uma densa mata e enfrentar o isolamento geográfico dos grandes centros urbanos e comerciais nos primeiros tempos de colonização (Manfroi, 1975; De Boni; Costa, 1979). Aos poucos este isolamento geográfico foi dando espaço a intercâmbios comerciais com os alemães, junto aos vales do Rios Caís e Sinos (Molon, 2001). Não obstante, em 1879, o governo suspendeu toda a ajuda para os imigrantes, conservando apenas a venda de lotes coloniais a créditos e trabalho remunerado durante 15 dias por mês, para construção de estradas. Nesse novo cenário, os colonos italianos depararam-se com uma nova realidade de poucos recursos, encontrando na solidariedade e no trabalho, forças para sobreviver. Bergamaschi (2007, 23), explica que a propriedade da terra representava aos colonos imigrantes segurança, estabilidade, liberdade, poder e ascensão social, que encontraram no Brasil a esperança para prosperar. Nesse contexto, a família também constituiu-se como valor para a conquista e sucessão familiar de posse das terras e de atividades comerciais. A economia de subsistência e emancipação econômica nos primeiros tempos de colonização foi

baseada na agricultura, com comercialização de produtos como o milho, trigo e banha, e na indústria doméstica para produção e conservação de alimentos e fabricação de ferramentas e utensílios de trabalho (Molon, 2001).

O trabalho era, portanto, uma necessidade primeira para os imigrantes, enquanto, a escolarização dos filhos era uma preocupação secundária ou mesmo ausente pois, os filhos precisavam auxiliar nas lavouras.

Mandar os filhos à escola representava um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário, que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam seus estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão ...A perda de mão-de-obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinara que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas, nem como meio para um futuro feliz da família dos imigrantes. A autêntica segurança era a terra, pois dela, podia obter a produção necessária à própria sobrevivência (Costa; Costella; Salame Pe.; Salame, Pa., 1986, p. 76).

A instrução dos filhos não era uma preocupação primeira, no máximo queriam que seus filhos aprendessem a ler, escrever e contar. A instrução escolar nas colônias italianas se deu por iniciativa dos missionários Capuchinhos da Província de Savóia, que chegaram ao Rio Grande do Sul em 1896, e estabeleceram-se, inicialmente, em Garibaldi. Não conseguindo atender a todas as regiões, os Capuchinhos solicitaram ajuda a outras congregações religiosas francesas, sendo atendidos pela vinda das Irmãs de São José, os irmãos Maristas e os irmãos Lassalistas. “O objetivo dessas congregações era transmitir conhecimento científico e religioso. Não fosse o seu trabalho, os imigrantes teriam perdido o senso religioso e a instrução profana que continuou de geração em geração”, explicam Costa; Costella; Salame Pe.; Salame, Pa. (1986, p. 77).

Por outro lado, o isolamento nas colônias italianas favoreceu a preservação do dialeto e das tradições e costumes trazidos pelos imigrantes. “O isolamento geográfico permitiu, sem muitas influências externas, recriar no Brasil, uma Itália similar em tudo, com destaque para os setores produtivos, religiosos, sociais e de alimentação” (Molon, 2001, p. 458). Nos núcleos urbanos, porém, “as influências da comunidade brasileira impuseram muito rapidamente seus padrões culturais [...]” (Posenato, 1983, p. 514), desencadeando um processo de aculturação.

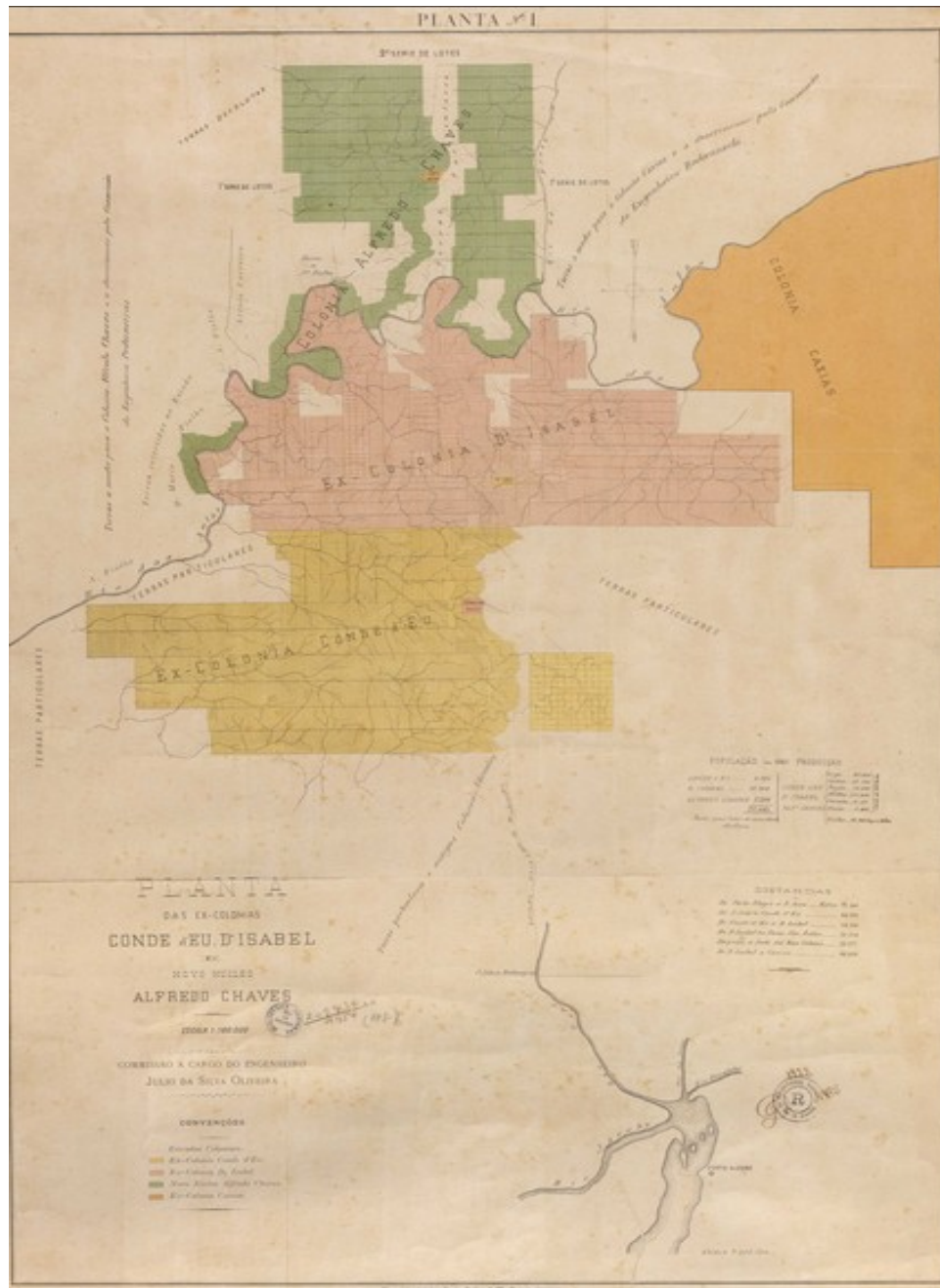
Para superar as dificuldades e se manterem unidos, os imigrantes se fortaleceram, principalmente, na fé. Em várias linhas, designação de limites das colônias de terras, os imigrantes começaram a se juntar para construir as capelas e as igrejas. A capela tem como sentido, o “local onde são realizados atos sagrados e profanos”, de encontros da comunidade, enquanto, “a igreja é local de ritos de passagem e de trabalho”, como observa Giron (2007, p. 47). Junto às capelas eram construídos os salões de festas, o cemitério, as escolas e, posteriormente, as bodegas. Tal forma de organização social em torno da capela fortaleceu a construção identitária e de integração dos imigrantes, que permitiu a eles superarem os traumas da imigração (Manfroi, 1975).

A herança cultural trazida pelos imigrantes evoca elementos centrais como religião, família e trabalho, cujos valores culturais são lembrados e fortalecidos nos encontros familiares e festas comunitárias. Giron (2007), explica que há uma relação direta entre as festas de família e as histórias de família, que tem por finalidade celebrar (repetir) um passado e comemorar (lembrar juntos) os antepassados. Conseqüentemente, essa nostalgia ao passado é ressignificada nos atuais filós por meio do tecer de uma cesta, da polenta servida, da fé renovada, das canções entoadas e das histórias lembradas.

2.1 O município de Vila Flores e a criação do lugar

O contexto histórico de Vila Flores, RS, teve sua origem no povoamento da colônia Alfredo Chaves, antiga Roça Reúna, fundada em 1884 por Dr. Júlio da Silva Oliveira, chefe da Comissão para divisão das terras, abrangendo em seu território monte Vêneto (Cotiporã), Bela Vista (Fagundes Varela), Pinheiro Seco (Vila Flores) e Capoeiras (Nova Prata). Elaborado na época por Dr. Júlio da Silva de Oliveira, a planta a seguir, datada de 1885, ilustra a ex-colônia Conde d’Eu (atual Garibaldi), ex-colônia D. Izabel (atual Bento Gonçalves), ex-colônia Caxias e o novo núcleo Alfredo Chaves (região verde). Em 1885, conforme informações da planta, Alfredo Chaves contava com 2.392 habitantes. As principais produções desta época foram trigo, centeio, feijão, milho, cevada, arroz, vinho (BNDigital do Brasil, [1992]).

Ilustração 1 – Colônia Alfredo Chaves, 1885 (região verde)



Fonte: BNDigital do Brasil, [1992].

Em 1898, Alfredo Chaves foi desmembrado de Lagoa Vermelha e elevado à categoria de município autônomo, passando a chamar-se Veranópolis (IBGE, 2011). Em 1920, Pinheiro Seco passou a denominar-se Vila Flores, em homenagem à família Fiori, uma das primeiras famílias de imigrantes italianos a estabelecer-se no local. Já em 1955, Vila Flores foi elevada à categoria de Distrito de Veranópolis, pela

Resolução 240/55. Somente em 1988, pela Lei Estadual nº 8.627/88, Vila Flores desmembrou-se de Veranópolis, passando à categoria de município (IBGE, 2011).

As primeiras famílias italianas e polonesas chegaram por volta de 1885 na então colônia de Alfredo Chaves e Pinheiro Seco (Costa, 1998). Nos primeiros anos de colonização, os imigrantes sobreviveram da atividade agrícola com as sementes que recebiam do Governo Imperial, ao mesmo tempo, em que precisavam recorrer à caça para se alimentarem (Battistel; Costa, 1982). À medida que os imigrantes foram progredindo com uma economia baseada na agricultura, surgiram também as primeiras indústrias e comércios em Pinheiro Seco como olarias, moinhos, engenhos para aproveitamento de madeira, ferrarias, carpintarias, sapataria e curtume, indústria de laticínios, frigorífico, atafona⁸, alfaiataria, transporte e casa de pasto (Longhi; Rigo, 1981).

O transporte de madeira era realizado pelos balseiros que desciam pelo Rio das Antas até Porto Alegre. Do mesmo modo, carreteiros e tropeiros transportavam porcos, banha e mercadorias produzidas pelas indústrias locais até Montenegro (Longhi; Rigo, 1981). Pela sua localização entre Alfredo Chaves e Capoeiras, Pinheiro Seco serviu como local de pouso e alimentação para tropeiros e carreteiros que passavam pela região. Esses descansavam em casas de pasto, uma espécie de pousada/hotel, que também forneciam serviços de ferragem para os animais de tração e de montaria. A mais importante casa de pasto da época é o da Casa Fiori, ainda em funcionamento, hoje como casa do pão (padaria).

O crescimento populacional de Vila Flores ocorreu naturalmente como em tantos outros povoados de imigração italiana, por meio de uma organização social que se formou em torno de uma capela. Assim, construiu-se primeiro um capitel, depois uma capela e, por fim, uma igreja paroquial dedicada a Santo Antônio de Pádua na região central. Devido à falta de padres no início da colonização italiana, as cerimônias religiosas eram conduzidas por um “padre leigo” escolhido pela comunidade dentre aquele imigrante que sabia ler e escrever razoavelmente. Assim sendo, as práticas religiosas delinearão a formação das comunidades italianas com

⁸ Engenho de moer grãos. “A atafona industrializava a mandioca, extraindo da mesma a farinha, o polvilho, a tapioca, sagú e outros derivados, que eram consumidos no próprio lugar, sendo que os excedentes eram enviados para fora, a fim de serem comercializados” (Longhi; Rigo, 1981, p. 41).

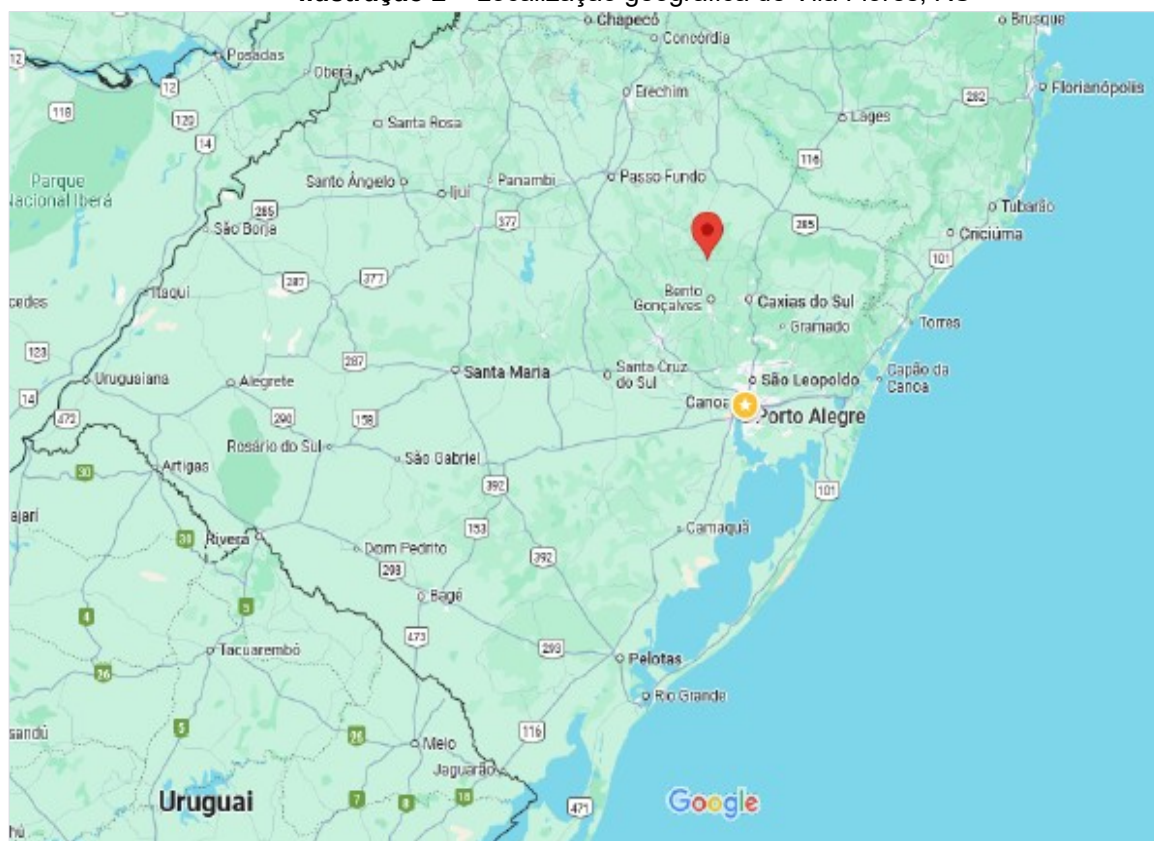
a reza do terço em família ou em comunidade e com as procissões e celebrações religiosas (Longhi; Rigo, 1981).

A devoção dos imigrantes italianos deu origem a várias capelas⁹ nas colônias italianas, com nomes de santos de sua devoção, formando uma estrutura social peculiar. Vila Flores é formada atualmente com as seguintes capelas: Capela de Pedra São Jorge, Capela Sagrado Coração de Jesus, Capela Nossa Senhora do Caravágio, Capela São Lourenço, Capela Nossa Senhora do Carmo. Além das capelas, Vila Flores também possui o Campanário da Linha Aimoré, a Cruz de Ferro, o Santuário Divino Pai Eterno. A formação das capelas como pequenas comunidades que se organizaram em torno de uma igreja, constituem estruturas sociais importantes para a continuidade das tradições trazidas como herança cultural da Itália. As celebrações religiosas como as sagras e o filó constituíram as principais atividades de lazer com a formação das comunidades em torno das capelas como na Capela Senhora do Caravágio [1886], na Capela Nossa Senhora do Carmo [1887] e na Capela Nossa Senhora da Saúde [1886/87] (Longhi; Rigo, 1981). Essa característica cultural religiosa dá a Vila Flores o título de “Terra da fé, pão e vinho”, que também faz parte do material publicitário do roteiro turístico Termas e Longevidade - Serra Gaúcha.

2.2 Recursos patrimoniais materiais de Vila Flores, RS

Localizada na serra gaúcha, entre os municípios de Veranópolis e Nova Prata, na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, Vila Flores tem uma população estimada de 3.646 habitantes, com área territorial de 107,703 km², localizada a 175 km de distância de Porto Alegre (IBGE, 2022a). De acordo com as classificações de raça/cor definidas pelo IBGE, 3.165 são pessoas brancas, 121 pretas, 355 pardas e 5 indígenas (IBGE, 2022b). O PIB per capita no ano de 2021 era de R\$ 87.335,42 ficando na posição 61 entre os municípios do estado (IBGE, 2021).

⁹ As capelas dão nome ao lugar, em geral, localizados nas pequenas comunidades de imigração italiana que se formaram no interior dos municípios da serra gaúcha.

Ilustração 2 – Localização geográfica de Vila Flores, RS

Fonte: Google mapas, 2024.

Vila Flores integra a “Região Uva e Vinho” da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), com outros 31 municípios, que tem como finalidade promover e impulsionar o turismo regional como política pública de governança para “[...] planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada” (Atuaserra, 2022, online). Nesse contexto, Vila Flores participa do “Roteiro Turístico Termas e Longevidade” com os municípios de Cotiporã, Nova Prata, Protásio Alves e Veranópolis. Em seu material publicitário, Vila Flores traz os três elementos que simbolizam a cultura e tradição italiana: fé, pão e vinho (Termas e Longevidade, 2017a). Além da criação dos materiais publicitários, também foram elaborados mapas turísticos do município para fomentar o turismo da região e consolidar o roteiro Termas e Longevidade. Tais mapas indicam os principais recursos patrimoniais de Vila Flores.

Ilustração 3 - Mapas turísticos de Vila Flores, RS



Fonte: Termas e Longevidade, 2017a.

Vila Flores contempla recursos patrimoniais materiais e turísticos urbanos e rurais¹⁰, como parques, capelas, visitação pública a casas de família e a própria paisagem natural da região, cercada por uma exuberante natureza. Destaca-se a paisagem da rodovia RS 470, do Vale do Rio das Antas, trecho entre Bento Gonçalves e Veranópolis, que possui uma das mais belas paisagens naturais da região. A contemplação desta paisagem é a primeira experiência memorável que o visitante de fora tem antes de chegar em Vila Flores. Infelizmente, devido às intensas chuvas de maio de 2024, boa parte desta paisagem foi devastada pelos desmoronamentos de terra, sendo necessário uma restauração da natureza desse trecho da rodovia, como em vários outros pontos paisagísticos da região, inclusive em Vila Flores.

10 A paisagem urbana e rural pode ser acessada pelo *Tour Virtual Vila Flores, RS*. Disponível em: <https://serraturvirtual.com/360/vilaflores/>.

Ilustração 4 – Vale do Rio das Antas

Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Na área urbana, os principais recursos incluem a Igreja matriz, a Vila Capuchinhos, a Villa do Pão, a Casa do Artesão, o Paradoiro Lagos Vila Parque, além do restaurante Mascaron Paradoiro decorado com objetos antigos em homenagem à história da imigração italiana. Localizada no centro, destaca-se a Igreja Santo Antônio que deu origem à história de Vila Flores com a chegada dos primeiros imigrantes, primeiro com a construção de um capitel, depois a capela e, em 1951, com a fundação da paróquia. Em 2018, pela Lei municipal nº 2216, de 18 de setembro de 2018¹¹, a praça junto à igreja matriz recebeu o nome do Frei Adelar Primo Rigo.’

Ilustração 5 - Paróquia Santo Antônio

Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

¹¹ Informações fixadas na placa na praça da Matriz.

Ao lado da paróquia Santo Antônio localiza-se a Vila dos Capuchinhos, que abrigou um seminário construído a partir de 1946 e inaugurado em 15 de março de 1949. Na década de 1970 o seminário passou por reformas e, em 1980, iniciaram novas obras que foram inauguradas em 1982. Na década de 2000, o seminário transformou-se em uma pousada, um complexo turístico com enoturismo, passeio ao Picolo Jardim ao som de cantos gregorianos, águas termais e acomodações aconchegantes (Vila Capuchinhos, 2023). Junto à Vila tem a capela *Chiesa dela Porciúncula*, “pequena igreja abandonada e em ruínas, dedicada a Santa Maria dos Anjos, numa pequena ‘porção de terra’, nas proximidades de Assis, restaurada por Francisco, onde viveu e morreu em 1226”¹²

Ilustração 6 - Vila Capuchinhos



Fonte:

Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Próximo à Vila Capuchinhos, localiza-se a Casa Fiori que foi edificada em 1913, com tijolos feitos à mão e secos ao sol, por Joaquim e Antonia Fiori. O estabelecimento funcionou como casa de secos e molhados¹³, casa de pasto para

¹² Informações do quadro localizado ao lado da entrada da capela.

¹³ Armazém que vendia alimentos, tecidos, botões, louças, roupas, ferragens, bebidas, entre outros.

os tropeiros, casa de encontros e festividades, e hospedou políticos como Leonel Brizola¹⁴. Desde 1996, funciona a padaria Villa do Pão na casa Fiori com produtos coloniais, pão, cuca, biscoitos, bolos, geleias, vinhos, café, salgados, entre outros produtos. A Villa do Pão mantém em exposição objetos, fotografias e mobiliários da família Fiori (atualmente na quinta geração), com mesas próximas às exposições para o visitante tomar um café colonial.

Ilustração 7 - Casa Fiori e exposições



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Na área rural, os principais recursos patrimoniais e turísticos abarcam a L'Arte Ceccato, a Arteria (um atelier de artesanato místico e trilha ecológica), o Divino Pai

14 Informações fixadas na placa turística.

Eterno e os centros comunitários com suas capelas. A *L'Arte Ceccato*, localizado na Linha Aimoré, é um ateliê de arte em cerâmica com peças produzidas de forma artesanal. O atelier fica na propriedade da família Ceccato, membros do grupo Filó de Vila Flores. O turista é convidado a visitar mandalas curativas e o relógio de ervas medicinais, além de ouvir histórias da família, mediante visita guiada e paga (Termas e Longevidade, 2017b).

Ilustração 8- L'Arte Ceccato



Fonte: Termas e Longevidade, 2017b.

Localizado na Linha Visconde de Pelotas São Jorge fica o capitel Divino Pai Eterno construída pela família Zancaro como desejo de Glória, filha de Lino Zancanaro e Arpalice Comachio Zancanaro, depois de receber um terreno dos pais na comunidade de São Jorge. A escolha de Glória foi inspirada após assistir pela TV uma missa da Rede Vida, de Trindade, Goiás, que a fez lembrar momentos passados de devoção de seus pais ao Pai Eterno (Termas e Longevidade, 2017c, online).

Ilustração 9 – Capitel Divino Pai Eterno

Fonte: Atuaserra, [20--].

Dentre alguns desses centros comunitários citam-se São Caetano, Nossa Senhora do Carmo, São José, São Roque e Nossa Senhora Aparecida. A capela São Caetano foi fundada pelos imigrantes por volta de 1886 na Linha Duque de Caxias. De início a comunidade de São Caetano fazia suas orações e a reza do terço, aos domingos, sob os galhos de uma árvore sapopema. Posteriormente, foi construída uma capela de madeira, por volta de 1917, e uma nova capela em alvenaria em 1964. A comunidade era conhecida pelas festas com passarinhadas¹⁵, acompanhada de polenta e um bom vinho, que nunca faltava (Longhi; Rigo, 1981). A atual capela data do ano 2012.

Ilustração 10 – Capela de São Caetano

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Flores, [2020a].

¹⁵ A passarinhada consistia em passarinhos assados. Atualmente, conhecido como galetto.

A Capela Nossa Senhora do Carmo teve sua formação por volta de 1887 na Linha Aimoré. Antes da chegada dos imigrantes italianos, havia na comunidade, algumas famílias de origem alemã, de religião protestante, com costumes de enterrar os mortos em casa. Essas famílias alemãs não se ambientaram com os italianos por motivos de língua, crenças e cultura, motivo pelo qual acabaram emigrando para outras regiões. Como de tradição, a primeira construção com a chegada dos italianos foi a capela e os encontros de filós com jogos (de cartas, mora, bocha), cantorias e as conversas sobre as dificuldades do dia a dia (Longhi; Rigo, 1981).

A capela São José localiza-se nas proximidades do rio da Prata, na linha Quinta de Nova Prata, mas pertence à paróquia de Santo Antônio de Vila Flores. Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao local por volta de 1890, fundando a primeira capela por volta de 1892. Como na Capela Nossa Senhora do Carmo, o local já era habitado por famílias alemãs antes da chegada dos imigrantes italianos. A capela São Roque também situa-se próxima ao rio da Prata, nas proximidades da ponte que liga o município de Veranópolis a Antônio Prado. As primeiras famílias chegaram por volta de 1887, fundando a primeira capela em 1890 (Longhi; Rigo, 1981). Na Capela Nossa Senhora Aparecida, já habitada por algumas famílias alemãs e afrodescendentes, os primeiros imigrantes italianos chegaram somente no início do século. Devido aos desentendimentos, as primitivas famílias que ali se encontravam acabaram emigrando para outras regiões (Longhi; Rigo, 1981).

Ilustração 11 - Capela São Roque



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Flores, [2020b]

Além dos centros comunitários mencionados, têm-se as capelas que foram tombadas como patrimônio histórico municipal. Uma das mais importantes é capela de São Jorge. Em 1893 foi construído primeiro um pequeno capitel de madeira na comunidade. Em decorrência da infestação de gafanhotos em 1905, que ocasionou uma devastação nas plantações, os imigrantes se mobilizaram para a construção da gruta dedicada a Nossa Senhora de Lourdes (em Veranópolis) e para a construção da Capela de Pedra de São Jorge como “pagamento de promessa pela salvação da comunidade após o assalto dos gafanhotos” (Hoffmeister, 2017e, online). Inaugurada em 1916, a Capela de Pedra de São Jorge foi benta pelo Padre Mateus Pasquali. A estátua dedicada a São Jorge foi esculpida no próprio local, em cedro puro, pelo “santaro¹⁶” Antônio Triches. Nos altares laterais foram esculpidas as imagens de Nossa Senhora do Rosário e de São José, também em cedro pelo mesmo santeiro, formando um conjunto de arte sacra (Hoffmeister, 2017e, online). É a mais antiga capela de Vila Flores, tombada como patrimônio histórico do município de Vila Flores pelo Decreto Executivo nº 424, de 10 de maio de 1994, na administração do prefeito Antonio Costella e vice Dirceu Fiori¹⁷. A Capela fica localizada a 2 km de distância do centro de Vila Flores.

Ilustração 12 - Capela de Pedra de São Jorge e seu interior



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Flores, [2020c]

Localizado a 3 km de distância do centro de Vila Flores encontra-se a comunidade da Linha Aimoré que construiu a primeira capela em 1888, dedicada a

¹⁶ Antônio Triches era o santeiro da região de Alfredo Chaves, um colono como os demais que desenvolveu habilidades de escultor. Ficou conhecido pela comunidade como “Santaro Triches” (Longhi; Rigo, 1981, p. 82).

¹⁷ Informações fixadas na placa indicativa junto à Capela.

Nossa Senhora da Saúde. Em 1942, foi construído o Campanário da Linha Aimoré. Além da Nossa Senhora da Saúde, a comunidade também tem como santo padroeiro São Valentim, protetora dos males da epilepsia. Nessa capela ocorriam bastante encontros para jogar cartas, mora, bocha, realizar corridas de cavalo e os tradicionais filós. “No dia da festa de algum santo reuniam-se na casa dos que tivessem o mesmo nome que o santo e lá faziam um filó especial” (Longhi; Rigo, 1981, p. 68). A comunidade da Linha Aimoré ainda mantém vivos costumes de seus antepassados como a realização da Via Sacra e a Procissão *Dei Ciaretti*. O campanário foi tombado em 22 de abril de 1999.

Ilustração 13 - Campanário da Linha Aimoré e a antiga Igreja



Fonte: Ceccato, 2023.

Já na Linha Conde de Porto Alegre, a 8 km do centro de Vila Flores, localiza-se o campanário da Capela de São Lourenço, tombado em 22 de abril de 1999. O campanário foi construído no final do séc. XIX com a chegada dos imigrantes e reconstruída em 1961 com 25 m de altura. Os sinos foram fabricados entre 1904 e 1905 na Alemanha. São Lourenço pertencia ao município de Fagundes Varela no início da imigração italiana. No processo emancipatório, em 1988, a comunidade de São Lourenço passou a pertencer à Vila Flores (Hoffmeister, 2017a, online).

Ilustração 14 - Igreja e campanário da Capela São Lourenço



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Flores, [2020d]

Na linha Marechal Deodoro, a 5 km do centro de Vila Flores, encontra-se a Capela da Nossa Senhora do Caravágio. A comunidade formou-se com os primeiros imigrantes que chegaram no local em 1886, vindos de Treviso, comuna italiana da região de Vêneto. Chefiados por Pedro Carbonera, os imigrantes de um grupo de oito famílias realizaram a primeira prece embaixo de uma sapopema. Na casca da árvore os imigrantes desenharam uma cruz em alto relevo e “queimaram o sírio pascal, doado pelo páraço de Treviso, por ocasião de sua partida” (Longhi; Rigo, 1981, p. 50). A primeira Capela foi construída em tábuas serradas e recebeu a estátua de Nossa Senhora do Caravágio, esculpida em madeira e trazida da Itália. Em 1905 iniciou-se a construção da atual igreja, com tijolos fabricados a mão e paredes medindo 1 m de espessura. Sua inauguração ocorreu em 26 de maio de 1906. Os sinos do Caravagio colocados em um campanário externo foram trazidos da Alemanha entre 1927 e 1928 (Hoffmeister, 2017b, online). Em 30 de abril de 1999 foi tombado como patrimônio histórico pelo município¹⁸.

¹⁸ Informações fixadas na placa turística.

Ilustração 15 - Capela Nossa Senhora do Caravágio (à esquerda) e a sapopema (à direita)



Fonte: Família Carbonera¹⁹, [2020]

Outra Capela de importância histórica na região é a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, edificada com pedras de taipa e decretada como patrimônio histórico do município, em 30 de abril de 1999. A capela localiza-se na Linha Visconde de Pelotas, a 5 km do centro de Vila, próximo ao rio Retiro (Hoffmeister, 2017c, online). Não há uma data precisa da inauguração da capela. A bênção da inauguração foi feita pelo Pe. Mateus Pasquali. Os sinos para a Capela foram trazidos por intermédio do Frei Ismael Reginatto em 1950. Na comunidade eram realizadas três festas: a festa do Sagrado Coração de Jesus, a festa de São José e a festa de Nossa Senhora do Monte Bérico (Longhi; Rigo, 1981). .

Ilustração 16 - Capela Sagrado Coração de Jesus e seu interior



Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Flores, [2020e].

19 Disponível em: <http://www.familiacarbonera.com.br/albuns-de-fotos/outras-imagens-32>

Localizado em Barro Preto, esquina Buarque de Macedo com Linha Marechal Deodoro, a 1 km de distância do centro pela BR 470, encontra-se o Marco da fé de Vila Flores, a Cruz de Ferro, tombado como patrimônio histórico, que foi edificado por iniciativa do padre Dom Mateus Pasquali para celebrar os mais de duzentos anos das Missões Jesuíticas no Brasil. O padre enviou uma carta para Roma solicitando ajuda financeira para a compra da cruz que teve apoio do “Papa Leão XIII, pontífice famoso pela emissão da histórica Bula Papal *Rerum Novarum*”. (Hoffmeister, 2017d, online). A cruz foi confeccionada pelo ferreiro, Sr. Girardi, residente de Veranópolis. “Com o intuito de homenagear um velho amigo seu que cantava, costumeiramente, nas missas, o Padre Pasquali requisitou a colocação do símbolo religioso próximo à morada de Cornélio Pasenato, em 1901” (Hoffmeister, 2017d, online).

Ilustração 17 - Antiga casa de pasto com a cruz de ferro (à esquerda) e a cruz de ferro atualmente (à direita)



Fonte: Ceccato, 2023.

Destaca-se a arquitetura das capelas de imigração italiana que é classificada por Posenato (1983) em quatro períodos. A primeira fase se divide em período primitivo e apogeu: a) primitivo: são as primeiras capelas que foram construídas com madeira rachada ou serrada à mão; b) apogeu: “com paredes de madeira, tijolos domésticos ou pedra”. A arquitetura das capelas dessa fase apresenta duas formas de expressão: “inspiração clássica, derivadas da interpretação renascentista ou

românica”, e, traço espontâneo de iniciativa da comunidade, com uma concepção mais livre sem “derivar do repertório erudito” (Posenato, 1983, p. 317-319).

A segunda fase corresponde à assimilação do gótico introduzido pelos capuchinhos franceses, tornando-se, desta forma, o neogótico, o padrão da arquitetura religiosa, com uma das características a apresentação de arco ogival. Mas, como observa Posenato: “Muitas capelas deste período, em paredes rebocadas, representam arquitetura aculturada” (Posenato, 1983, p. 322). Essa segunda fase apresenta dois períodos: o tardio que se estende até a época do Concílio Vaticano II, com “tendência ao grotesco das formas derivadas do gótico e na mão-de-obra mais grosseira, como na volta ao uso da madeira” (Posenato, 1983, p. 323), e o maneirismo gótico. Por outro lado, as capelas construídas após o Concílio Vaticano II “perderam toda a relação com a imigração italiana, a não ser eventuais campanários separados” (Posenato, 1983, p. 325). As matrizes construídas nas regiões de imigração italiana eram projetados pelos vigários baseados em outras igrejas de estilos históricos. Esses estilos dependiam das origens dos vigários: “se italianos, inspiravam-se no românico, renascentista e bizantino; se franceses (capuchinhos), no gótico” (Posenato, 1983, p. 327).

Assim como, a arquitetura das capelas apresenta suas formas de expressões, a formação social em torno das capelas também apresenta relações simbólicas com elementos de valores culturais locais. Destaca-se a presença da Vila Capuchinhos; a produção de artesãos locais representando os saberes e os modos de fazer da comunidade local; a preservação da paisagem natural; além dos referenciais culturais presentes nas canções italianas e gauchescas (hibridismo cultural) e das histórias lembradas na performance do Filó de Vila Flores. Tais recursos patrimoniais dialogam com o contexto da cultura de matriz italiana, entrelaçados com o patrimônio tangível e intangível, de modo a favorecer o turismo local.

2.3 Recursos patrimoniais imateriais da cultura de matriz italiana: entre saberes e valores

Tratar-se-á nesta seção sobre os recursos patrimoniais imateriais mais expressivos no contexto de Vila de Flores como saberes, modos de fazer, tradições e formas de expressões cênicas, no caso do Filó de Vila Flores, que simbolizam os

valores culturais dos descendentes da cultura de matriz italiana. Conforme Convenção da Unesco (2003), o patrimônio cultural imaterial pode ser entendido como “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (Unesco, 2003,p. 3) Um importante aspecto do conceito de patrimônio cultural imaterial é a transmissão de geração em geração dos conhecimentos e técnicas associadas à cultura de uma comunidade e pelo seu caráter “tradicional, contemporâneo e vivo ao mesmo tempo”, “integrador”, “representativo” e “baseada na comunidade” (Unesco, [2003], online).

Sendo Vila Flores considerado a “Terra da fé, pão e vinho”, o primeiro elemento cultural representativo é a própria expressão da fé e religiosidade. A religião, especialmente, católica, associa-se ao mito civilizatório no imaginário coletivo da italianidade e cria um vínculo com a terra de partida e de recordações afetivas da infância familiar por meio da reza do rosário, comum nas famílias italianas (Beneduzi, 2004). “A igreja católica desempenhou um papel importante no fortalecimento dos valores da cultura italiana” (Mocellin; Mincato, 2007, p. 205), principalmente, na formação das colônias italianas no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, o sacerdote acabou desempenhando um papel essencial de vínculo entre os colonos e a terra de partida, exercendo uma forma de controle na vida coletiva dos imigrantes, que perpassa da vida doméstica até a vida comunitária nas capelas. No início da colonização, quando não havia a presença do clero, as capelas eram administradas por um “padre leigo”, membro da própria comunidade que possuía alguma instrução religiosa e valor moral (Possamai, 2005). Os padres leigos acumulavam várias funções: auxiliavam os doentes e os fabriqueiros²⁰, organizavam as festas, supervisionavam a construção de estradas e pontes, e, posteriormente, passaram a auxiliar os padres (Battistel; Costa, 1983a). É em torno da capela que a vida social, religiosa, econômica e de lazer acontece. A capela se torna a tessitura entre passado e presente (Beneduzi, 2004; Possamai, 2005).

20 “Cuidavam da administração da capela, da bodega e do cemitério” (Battistel; Costa, 1983a, p. 609). Muitas vezes, essa função era desempenhada pelo padre leigo.

A capela e os diversos elementos a ela associados – soar do sino, campanário, queimar de velas, imagens dos santos – possibilita a construção de um espaço não temporalizado que une presente e passado nas sensações do momento vivido. A partir da relíquia, permite uma eternização das experiências religiosas na terra de partida, construindo um tempo que se apresenta entre a história e a memória (Beneduzi, 2004, p. 211).

A construção da capela era imprescindível para a organização comunitária no meio rural e dada a sua importância também gerava conflitos entre os imigrantes em relação a escolha do santo padroeiro e seu local de edificação. “A capela teve sempre prioridade sobre qualquer outra atividade societária” (Battistel; Costa, 1983a, p. 607). Quando os núcleos coloniais eram formados por habitantes de diferentes províncias de origem acabavam escolhendo mais de um padroeiro a fim de solucionar esses conflitos (Beneduzi, 2004; Possamai, 2005). A fé dos imigrantes e descendentes italianos também é materializada com a construção de capitéis em residências particulares ou às margens das estradas, que servem como testemunho de pagamento de promessa, agradecimento de uma graça alcançada ou de pedido de proteção. Muitos capitéis que surgiram no início da colonização evoluíram para capelas. “Nos capitéis se fazia novenas, triduos, rezava-se o terço semanalmente, fazia-se a festa do padroeiro” (Battistel; Costa, 1983a, p. 603). “Assim como a casa representou a afirmação individual do imigrante como proprietário, a religião manifestou sua afirmação coletiva como grupo social” (Posenato, 1983, p. 314).

Para alguns autores, a fé também associa-se a outros referenciais como a família e o trabalho, em uma construção simbólica de valores e do mito da italianidade. Como três elementos centrais que marcarão a construção da italianidade entre os imigrantes têm-se a religião, a família, o trabalho (Bao, 2015; Beneduzi, 2004). Os aspectos dos referenciais culturais do filó compõem um conjunto de representações simbólicas que fazem parte da memória coletiva e, como tal, de um sistema de integração social. Em uma abordagem Durkheimiana, Bourdieu observa que:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social; a integração lógica é a condição da integração moral (Bourdieu, 1989, p. 10).

No contexto histórico da imigração no Brasil, sob a perspectiva antropológica, a italianidade corresponde a “identidade étnica” dos italianos e seus descendentes. “Como tal, também é uma construção social, sobretudo discursiva inserida nesse amplo movimento de constituição, valorização e positivação de identidades culturais promovidas por diversos grupos nas últimas décadas” (Bao, 2015, p. 2). Bao salienta que a italianidade é fragmentada e heterogênea, com diferenças nos dialetos e nos espaços de inserção social e religiosa, bem como, de conflitos no contexto político da unificação da Itália quanto da política brasileira de imigração. Bao sugere pensar em:

[...] em italianidades no plural evidenciando sempre o movimento de invenção da etnicidade em questão e reconhecendo seus fragmentos internos, seus conflitos constituintes e sua contemporaneidade, isto é, sua existência como algo atrelado ao presente e não à narrativa de um passado romantizado ou de uma origem comum reveladora (Bao, 2015, p. 13).

E somada a esses elementos, a italianidade é historicamente consagrada pela instituição de associações étnicas italianas, escolas italianas, a imprensa “italianófila”, a igreja católica, essencialmente, a franciscana, e o consulado italiano no Brasil (Bao, 2015). Beneduzi ao analisar o fenômeno de imigração e a comemoração dos cinquenta anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, discute o processo de construção identitária italiana, que se articula com “três lugares de memória da italianidade: o mito civilizatório, a religião e a figura do colono” (Beneduzi, 2004, p. 175). Notadamente, esses lugares de memória da italianidade também se encontram em espaços de difusão cultural como os próprios lugares de encontros dos filós.

No sentido de recuperar uma geografia das tradições étnicas, marcadas na cultura italiana enquanto lugares de memória de uma ítalo-brasilianidade, faz-se o entrecruzamento de diversos veículos de difusão da cultura rural, tanto dentro quanto fora do espaço do filô. Esse instrumental construtor de uma determinada imagem do imigrante italiano é composto pela interseção de cantos, fábulas, dialeto, religiosidade e construção espacial – domínio da natureza (Beneduzi, 2004, p. 175-176).

O autor complementa que o filô é por excelência um elemento “desse forjar de uma representação étnico-cultural sobre a imigração italiana” (Beneduzi, 2004, p. 244), e como espaço de sociabilidade constitui um símbolo da italianidade reforçando o mito civilizatório e de enaltecimento ao colono, especialmente na serra

gaúcha. Assim, encontra-se associado ao imaginário coletivo o colono trabalhador e o imigrante que “deu certo” trazendo progresso nas terras devolutas da serra gaúcha. “O mito civilizador constituiu-se em uma forma de leitura do processo imigratório, explicando a chegada do imigrante italiano como promotora da aceleração econômica do estado, principalmente a partir da idéia do colono industrioso” (Beneduzi, 2004, p. 243).

Longhi e Rigo (1981, p. 37) afirmam que: “O imigrante italiano é o símbolo do trabalho”. Essa alusão simbólica ao trabalho também pode ser percebida nas narrativas dos membros do Filó de Vila Flores. Mas, o trabalho, essencialmente doméstico, também significava garantia de casamento para as jovens moças. Segundo Benedita²¹ (2023): “Na época, gente, se a moça não fosse prendada, não casava. Precisava saber fazer um pouco de tudo porque tinha que fazer tudo em casa”. Esse padrão de exigência pode ser compreendida como elemento da italianidade baseado em uma estrutura familiar patriarcal (Bao, 2015). Giron observa que: “Nas histórias de família, o trabalho tem mais valor que a religião” (Giron, 2007, p. 49). Corroborando com os valores que expressam a cultura italiana, Mocellin e Mincato (2007), destacam que a igreja católica exerceu influência sobre os imigrantes italianos reforçando esses valores centrados no trabalho, na família e religiosidade.

Tal como, os imigrantes se fortaleceram na fé e na religiosidade para se manterem unidos como comunidade também as cantorias serviram de alento à alma. Muitas canções italianas foram utilizadas para expressar “os sentimentos de indignação, revolta, tristeza e saudade” (Balzan; Santos, 2016, p. 36), daqueles que tiveram que deixar a sua pátria e, ao mesmo tempo, significava a esperança de um novo recomeçar na América. O hábito de cantar entre os imigrantes também significava agregação social tanto nas sagras, nas festas das comunidades quanto nos filós (Porto, 2015). Como destaca a autora:

A identidade dos descendentes de imigrantes italianos é fortalecida pelo convívio social, onde o canto se faz quase sempre presente. Apesar de o contexto em que o canto vem sendo executado estar se modificando através do tempo, existe uma visão identitária que é produzida e mantida através das relações sociais [...]. (Porto, 2015, p. 29).

21 Narração de Benedita Ceccato durante o Filó de Vila Flores em 22/04/2023.

Ribeiro (2004) reafirma que o canto “É um testemunho da origem do povo da Serra gaúcha. Isso vale dizer que o canto reforça, como prática coletiva, um dos traços de identidade dos descendentes dos imigrantes italianos “(Ribeiro, 2004, p. 2). A autora explica que o canto nem sempre foi uma manifestação de alegria entre os imigrantes italianos. Cantar também significava a lembrança de lugares e pessoas queridas, significava esquecer a fadiga do trabalho, ou, não pensar nas dificuldades no início da colonização. E mesmo diante das transformações sociais e econômicas ao longo das décadas, o hábito de cantar permanece com um dos costumes das origens da imigração italiana (Ribeiro, 2004). Muitas canções provenientes das diferentes províncias de origem dos imigrantes acabaram caindo em desuso como as canções infantis e de ninar, as canções ritualísticas do calendário, como exemplo do canto “*dela stela* que eram cantados à época do Natal, do Ano-Novo até a Epifania” (Ribeiro, 2004, p. 5), e dos cantos de ritos domésticos que celebravam o nascimento, o casamento e a vila familiar e coletiva.

Por outro lado, os “cantos líricos, satíricos, narrativos, que exerceram a função de cantos de agregação social” (Ribeiro, 2004, p. 6), de conteúdo e estruturas diversas ainda são lembradas e entoadas no filós, nas sagras, nos corais municipais e nas reuniões familiares e sociais. Ribeiro relata que:

Os italianos, ao emigrarem, trouxeram, em sua bagagem cultural, um amplo repertório de canções populares. Eram canções em sua grande maioria no dialeto de origem do imigrante, a que se somavam os cantos religiosos de função litúrgica ou paralitúrgica, em latim e em italiano. Esse repertório enriqueceu-se pela soma dos cantos das diferentes províncias de origem dos imigrantes, embora se acredita que predominem as procedentes do Vêneto, de onde veio o maior número de imigrantes que se estabeleceram na região. Enriqueceu-se, ainda, pelo acréscimo de alguns cantos compostos na própria RCI (Ribeiro, 2004, p. 5).

Assim como as canções, formou-se na Região Colonial Italiana (RCI) uma língua própria, o *Talian*, da agregação da língua portuguesa do Brasil, com os diferentes dialetos italianos, provenientes, “principalmente, nas regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Venezia Giulia e Piemontes, Emilia-Romagna e Ligúria” (Iphan, 2014). A língua *talian* passa a ser reconhecida como “Referência Cultural Brasileira” a partir de sua inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística em 9 de setembro de 2014. Esses instrumentos legais “[...] possibilitaram, após um grande esforço da comunidade e de pesquisadores, que por meio de um

processo/solicitação fosse possível a inclusão e o reconhecimento *talian* como Referência Cultural Brasileira” (Bernini, 2021, p. 108). A atuação do Iphan com a política patrimonial, sobretudo, do patrimônio imaterial, exerceu uma importante contribuição para a valorização dos dialetos estrangeiros, essencialmente, após a repressão sofrida pelos imigrantes durante o período do Estado Novo (1937-1945), quando Getúlio Vargas instaurou a política de nacionalização. O dialeto italiano, assim como outros dialetos estrangeiros, foram efetivamente proibidos e, em épocas posteriores, desencorajado pelas escolas (Faggion, 2007). Cabe destacar que a preservação da língua ao longo do tempo manteve-se viva pelas diferentes formas de difusão cultural: literatura, teatro, música, *cartoon*, rádios, televisão, redes sociais e o associativismo presente nas comunidades italianas desde o início da imigração, dentre os quais destaca-se a “Associação dos Difusores do Talian (ASSODITA), criada em 2008, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul (UCS). Ela é responsável por iniciar o processo de reconhecimento do talian como Referência Cultural Brasileira” (Bernini, 2021, p 103).

Outro importante referencial cultural presente em diversas culturas é o artesanato que representa os saberes, os valores, os costumes, os modos de fazer das singularidades étnicas de uma comunidade e um território. “Os artefatos artesanais, por meio das formas, cores, texturas, ornamentos, uso e funções apresentam os critérios subjetivos que expressam a identidade cultural do artesão. Tudo isto resulta em um artesanato rico em significações” (Prudencio, 2012, p. 51). O artesanato para confecção de chapéus, bolsas, cestas, entre outros, pode ser produzido a partir de materiais com palhas de milho, vime e trigo. Especialmente, a trança da palha de trigo, conhecida por *dressa*, tem relação significativa com as práticas dos filós. Em entrevistas realizadas com artesãs de Veranópolis e Farroupilha, Prudencio (2012) apresenta a produção artesanal de peças de palhas de milho e trigo. O processo artesanal com palha de milho pode ser realizada com a técnica do nó, com ou sem molde, e técnica do cordão com auxílio de um tear. O processo artesanal com a palha de trigo utiliza a técnica de tranças e costura, com diferentes tipos como trança com quatro palhas, sete palhas e nove palhas (as mais conhecidas).

E por fim, a própria gastronomia caracteriza-se como “um marcador identitário, adotado por um grupo como um símbolo de identificação e distinção, que possui um imaginário social e um sistema simbólico carregado de códigos e significados” (Giordani, 2020, p.97). Os imigrantes italianos foram adaptando os saberes culinários que trouxeram de seu país de origem com alimentos locais. “Dessa forma, a comida regional dos imigrantes italianos deixou de ser a ‘comida da Itália’ e passou a ser a comida da colônia italiana no Rio Grande do Sul” (Giordani, 2020, 121). Dessa elaboração gastronômica própria, algumas receitas são consideradas típicas italianas “como sopa de agnolini, massas, polenta, salames, radicci, pães, queijo, doces, e muito vinho, de preferência de produção local” (Gomes; Laroque, 2010, p. 38). Essa identidade étnica alimentar é revivificada especialmente nas festas de comunidade e nos filós, e somados a outros referenciais culturais como as canções e as manifestações religiosas constituem uma singular representação do imaginário cultural italiano.

3 O FILÓ DE VILA FLORES: espaço e artefatos

Começo por destacar o próprio espaço de ocupação de performance do Filó de Vila Flores, a casa do artesão, lembrando que o município possui o título de Capital Estadual do Filó (Rio Grande do Sul, 2016), e, recentemente, pela Lei municipal 2541, de 05 de julho de 2022, a língua do *talian* ficou instituída como língua co-oficial do município de Vila Flores (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2022). A casa do Artesão, denominada Pedro Christianetti, em sua primeira estrutura, foi edificada com bambu, varas de matos e telhado de capim. Em 1886, Pedro Christianetti construiu uma casa com 3 andares, de tábuas, com 5 m de altura e telhado de zinco. Posteriormente, a casa foi revitalizada, e em 1999, transportada pela prefeitura até o bairro São Luíz²², sua atual localização. A casa do artesão ainda possui uma parte anexa no mesmo molde, que hoje está provisoriamente localizada no Centro Municipal de Eventos Pinheiro Seco – RS 437. A Secretaria de Turismo e Cultura possui um projeto de resgate do anexo da casa (que necessita de reforma) para ser transformado em museu municipal com objetos sacros, e artefatos e ferramentas doados ao município (informação verbal²³)

Ilustração 18 - Casa do Artesão



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

²² Informações fixadas na placa turística.

²³ Depoimento de Andressa Conte, Diretora de Cultura na Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores, realizada em 13 de agosto de 2024.

Na parte superior da casa, com estrutura em madeira, está alocada a Secretaria de Turismo e Cultura (Setur) de Vila Flores, e no ambiente ao lado, funciona o comércio do artesanato local com trabalhos em barro, cerâmica, palha e tecido. Bordados, toalhinhas de crochê para decoração, bonecas de tecidos ou de palha, bichinhos de pelúcia, almofadas, flores artesanais, e bolsas, chapéus, cestos de palhas (artesanamente produzidos com a arte da *dressa*), dentre outros tipos de trabalhos, compõem os saberes de técnicas de artesãos de Vila Flores.

Na parte inferior da casa do artesão, com estrutura de tijolos, ocorre o Filó de Vila Flores, sob agendamento prévio para, aproximadamente, 30 a 45 pessoas participantes. O porão divide-se em dois ambientes: o primeiro de recepção aos turistas, quando as histórias e as anedotas são contadas, e o segundo com fogão a lenha, quando os visitantes são chamados para jantar. Os objetos “expostos ao olhar” (Pomian, 1984) formam um conjunto representativo de artefatos que por si só simbolizam os valores culturais transmitidos pelas narrativas dos atores sociais. Objetos que fizeram parte de um passado de travessia do oceano pra chegar na sonhada América, de um passado de desbravamento das matas, das primeiras plantações, da construção das primeiras casas, dos utensílios domésticos ou de decoração, e do cotidiano nas antigas colônias. Objetos que tiveram diferentes funções agora se misturam em um mesmo ambiente para registrar uma memória coletiva: malas de madeira, cortina de fuxico, objetos de palha de trigo (bolsa, chinelo, chapéu, etc.), travesseiros forrados com palhas de milho, maços de palhas de trigo, cestas de vime, pipa de vinho, roda de fiar e tear, baldes de madeira, imagens de santos, lampiões, matracas, pilão, saraquá, enxada, foice, serrote, dentre outros objetos.

Os objetos expostos e utilizados para a performance do filó passam a designar não apenas a evolução das atividades humanas, mas também a ressignificar as experiências culturais de um passado coletivo.

O objeto reflete vivências e simbolismos que envolvem universos mentais, em atribuições de sentidos caracterizadas por fluxos imagéticos de diferentes graus de subjetividades, desde simples experiências de ‘estar-no-mundo’ até a aura criada pelo próprio artefato, na sua condição de ícone, na tarefa de comunicar experiências culturais (Dohmann, 2013, p. 33).

Dohmann (2013), observa como os artefatos e objetos atuam nas relações sociais e no despertar de sentimentos de posse e paixão que os bens materiais exercem sobre a vida dos indivíduos, que ele denomina como “uma alma nas coisas”, “mediante os aspectos memoriais que as coisas encerram enquanto expressão da materialidade de uma cultura em determinados grupos sociais, em razão do fortalecimento das suas raízes e vínculos com o espaço em que situam” (Dohmann, 2013, p. 34). Os artefatos etnográficos refletem os modos de vida e as técnicas de produção de determinado grupo social ao longo do tempo, dotados de significação, que estabelecem relações sociais de um tempo passado que se quer preservar e de um tempo presente que permanece vivo. Objetos que estabelecem a comunicação com o mundo invisível (Pomian, 1984), a exemplo, da fé e religiosidade expressa nos objetos sacros e capitéis, um dos traços mais representativos da cultura de matriz italiana, objetos de trabalhos que reavivam o imaginário do italiano trabalhador, objetos que demonstram as técnicas de produção artesanal. A própria casa do artesão é dotada de significação que os atores sociais lhes agregam, um lugar de memória (Nora, 1993), um potencial espaço cultural para promover o desenvolvimento local.

3.1 Os atores sociais

Parte importante do processo de valorização, preservação e comunicação das heranças culturais são os atores sociais que detém os saberes e as vivências da memória coletiva, além do próprio público visitante que usufrui do conhecimento transmitido. O grupo do Filó de Vila Flores é integrado atualmente por 24 membros da comunidade local, apresentados a seguir com seus nomes completos, faixa etária aproximada e ocupações²⁴:

- Benedita Zandoná Ceccato (Presidenta do Filó de Vila Flores), 75 anos, professora aposentada das séries iniciais. Artesã em cerâmica profissional.
- Alide Gallina Luzzato (responsável pelos agendamentos), 74 anos, professora aposentada das séries iniciais, Geografia.

²⁴ Dados fornecidos por membros entrevistados mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

- Zelia Brandalise Fiori (secretária), 82 anos, professora aposentada, magistério, orientação educacional.
- Antelmo Costella, aprox. 82 anos, agricultor/operário.
- Aurora Boccalon Dugno, aprox. 78 anos, do lar.
- Dorvalina Ceccato Bristot, aprox. 77 anos, do lar.
- Eudes Franciscon, aprox. 60 anos, agricultor/pedreiro.
- Iliane Zanin Evangelista, aprox. 40 anos, funcionária em empresa de alimentos.
- Isabel Ferreira de Souza, aprox. 62 anos, do lar.
- Ires Duz Pessini, aprox. 85 anos, do lar.
- Ivone de Conto Furlan, aprox. 55 anos, do lar/agricultora/artesã.
- Jacir Iseo Ceccato, aprox. 74, oleiro.
- Julia Ferreto Franciscon, aprox. 22 anos, farmacêutica/estudante.
- Jualiana Furlan de Conto, aprox. 25 anos, fisioterapeuta.
- Lucinda Comachio Rigon, aprox. 85 anos, do lar.
- Luiza Boaretto Pessutto, aprox. 84 anos, do lar.
- Luiz Antonio Furlan, aprox. 64 anos, agricultor (agricultura familiar).
- Luiz Pessutto, aprox. 85 anos, agricultor, palheiro (trabalha em fábrica de manufatura de palha de milho).
- Levino Bristot, aprox. 80 anos, palheiro (trabalha em fábrica de manufatura de palha de milho).
- Ricardo Evangelista, aprox. 43 anos, mecânico, gaitero.
- Rovilio Dugno, aprox. 85 anos, agricultor.
- Terezinha Garda Furlan, aprox. 80 anos, do lar.
- Santina Detogni Roncatto, aprox. 80 anos, do lar.
- Zenor Boaretto, aprox. 82 anos, agricultor/motorista.

A maioria dos membros do grupo, com antepassados que vieram da região do Vêneto, Itália, são pessoas da terceira idade e atuam voluntariamente na performance do filó, exercendo também outras profissões, além de cozinheiras, gaiteros e seguranças que são contratados²⁵ para auxiliarem durante as performances realizadas aos turistas. Até mesmo o público visitante acaba sendo

²⁵ Além das despesas com os produtos alimentícios para o jantar durante o filó, de produtos de limpeza, de manutenção de custos do escritório, das despesas de locomoção, as cozinheiras, seguranças e gaiteros recebem honorários, motivo pelo qual, o Filó de Vila Flores é cobrado, uma vez que não há subsídio de outra fonte.

peessoas na mesma faixa etária dos atores. Nesse aspecto, destaca-se que o grupo também realiza o filó adaptado para crianças, com a colaboração das artesãs que realizam oficinas com as palhas. Conta-se a história dos imigrantes, das escolas e escolarização de antigamente, da religião, da catequese e da fabricação dos brinquedos, momento em que os anfitriões brincam com as crianças. As crianças recebem lanche e levam para casa uma pombinha feita de pão remetendo aos antigos costumes quando crianças recebiam pombinhas de seus pais/avós. Com aproximadamente dez filós anuais, adaptado para crianças, o público visitante das escolas costuma ser de Vila Flores e municípios próximos como Veranópolis, Flores da Cunha, Caxias do Sul, Antônio Prado e, inclusive, de Porto Alegre. No entanto, conforme relatado em entrevista sobre a manutenção da performance do filó a longo prazo, percebe-se que não há interesse de jovens, fato que pode ser motivado por eles não terem a vivência da cultura do filó. As entrevistadas Alide, Benedita e Zélia acreditam que os jovens não vão dar continuidade à performance do filó. Na opinião delas, a performance a longo prazo será viável se pessoas entre 40 ou 50 anos forem dar continuidade.

Por outro lado, o filó para adultos costuma ter uma demanda de aproximadamente dez filós por mês, recebendo grupos de diferentes etnias (poloneses, alemães, japoneses, quilombolas, indígenas) de diferentes regiões (São Paulo, Porto Alegre, Lajeado, Campo Bom, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Canoas, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande e diferentes municípios de Santa Catarina) e até do exterior (Uruguai, Itália, descendentes italianos que residem no Canadá).

Outro ponto a salientar que no início do filó um grupo do coral municipal passava nas comunidades (capelas) de Vila Flores a cada dois meses para realizar os encontros, que ocorriam no salão paroquial das comunidades, onde cada um levava um prato. No entanto, essa experiência acabou não sendo bem-sucedido, durando apenas um ano, por falta de interesse da população. A partir disso, o filó se transformou em evento turístico, constituído por uma sequência de representações culturais da matriz italiana, voltado para a história da imigração e colonização local. Analisando as características do filó como evento turístico, têm-se, por um lado, os atores sociais de transmissão do conhecimento que herdaram de seus

antepassados, e por outro lado, os atores sociais de contemplação podendo ser de diferentes grupos culturais.

3.2 A performance do Filó de Vila Flores

Nesta seção será trazida toda a contextualização do filó, registrado por meio de uma descrição densa (Geertz, 1989), a partir do processo de observação participante em 1º e 22 de abril de 2023. Com duração de 3 h, o filó segue uma sequência de representações culturais que são vivenciadas pelos visitantes. Recebidos com muita alegria pelo grupo em trajes típicos, somos recepcionados com cantos, histórias da imigração e colonização italiana, oferta de um jantar com polenta, brincadeiras e oração. Nessa experiência do filó, pude observar o quanto a religiosidade, as memórias relembradas são características que sobressaem em uma experiência que evoca as lembranças dos primeiros imigrantes que aqui chegaram. No primeiro momento, o grupo do filó vai ao encontro dos visitantes na parte exterior da casa do artesão, à luz de lampião, saudando os turistas com *buona sera* (boa noite) Filó de Vila Flores, e ao canto de *Il Sirio*. A cada visitante também é oferecido *grostoli*²⁶ antes da entrada no porão da casa do artesão.

Ilustração 19- Recepção aos turistas com lampião



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

A primeira canção entoada pelo grupo do Filó, *Il Sirio*, foi “registrado pela primeira vez por Michele Luigi Straniero (*Il trágico naufrágio della nave Sirio*), é uma canção típica dos contadores de história do norte da Itália [...]” (Balzan; Santos,

²⁶ Também conhecido por cueca virada.

2016, p. 40). Essa canção faz referência a um naufrágio do navio Sirio, ocorrido na costa espanhola em 04 de agosto de 1906, quando cerca de 500 pessoas morreram ou ficaram desaparecidos. O navio transportava “1700 emigrantes (provenientes das regiões do Vêneto e Trento) que saíram de Gênova com destino ao Brasil, Argentina e Uruguai” (Balzan; Santos, 2016, p. 40). *Il Sirio* é uma das canções lembradas pela memória coletiva dos ítalo-brasileiros e pode apresentar diferentes versões. A letra a seguir é a versão entoada pelo grupo do Filó.

<i>IL SIRIO</i>	
Quando da Genova il Sirio partiva per L'América al suo destino.	Quando de Gênova o Sirio partia para a América ao seu destino
Senza timore il Sirio correva legger leggero sul plácido mar.	Sem medo o Sírio corria leve e rápido no plácido mar
O Sírio, Sírio, la misera squadra per molta gente la misera fin.	Oh Sirio, oh Sirio oh equipe miserável para muita gente o miserável fim
Sull'Alto mare la nave s'infranse I ncontrando lo scoglio fatale.	Em alto mar o navio quebra de encontro à pedra fatal
Quattro barchette scorrevan sull'acqua va in soccorso dei nostri fratelli.	Quatro barcos na água corriam vão em socorro dos nossos irmãos
Tra quei naufraghi i preti pregavano e poi lor davano la benedizione	Entre aqueles náufragos os padres rezavam e depois lhes davam a bênção
Padri e madri bacciavano i figli poi sparivano tra le onde del mar.	Pais e mães beijavam seus filhos depois desapareciam nas ondas do mar.

Fonte: Balzan; Santos, 2016, p. 52

Já no interior da casa e acomodados nas cadeiras, somos convidados a conhecer a história da imigração e colonização italiana, por aproximadamente 1 h, contada por meio da história dos objetos e das canções entoadas. Objetos de trabalho, de fé, de artesanato são expostos ao olhar dos visitantes. O grupo intercala-se para contar as histórias, começando pela chegada dos imigrantes na serra gaúcha, a história do município, de Pinheiro Seco a Vila Flores, bem como, da história que dá à Vila Flores o título de Terra da fé, do pão e do Vinho. A fé, tão presente e característica marcante entre os italianos, representa a coragem dos primeiros imigrantes que aqui chegaram para enfrentar as dificuldades e sobreviver na nova terra. O pão é o simbolismo da terra fértil para o sustento da família, representa o alimento, a mesa farta, a *cucagna*²⁷. O vinho faz referência aos Freis Capuchinhos que produzem um vinho diferenciado, o vinho santo da missa.

Posteriormente, é contada a história da imigração italiana, da miséria que assolava a Itália, da travessia no mar, das dificuldades encontradas quando aqui chegaram e dos objetivos do governo brasileiro em colonizar o sul do Brasil para substituir os escravos nas fazendas de café e branquear a população brasileira. Nesse momento, o grupo apresenta um cartaz de propaganda brasileira utilizado na Itália para atrair imigrantes ao Brasil. Também somos convidados a conhecer o significado de filó, como explicam: são encontros entre famílias e, quando, nos tempos antigos, uma família deslocava-se à casa de outra à luz de lampião, cantavam alto pela estrada para assustar os animais da floresta e ao mesmo tempo convidar outras famílias pelo caminho a juntarem-se ao encontro.

Ilustração 20 – Propaganda de migração ao Brasil



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

²⁷ *Cucagna* tem o significado de abundância.

Na sequência, o grupo entoa as canções *Mérica Mérica* e *Quel Mazzolin Di Fiori*. Benedita Ceccato relata que a vida dos imigrantes não era “flores”, mas também não era difícil, contudo, muitas famílias caíam em “profunda tristeza”.

Faltava tudo, longe de todos. A saudade da Itália, enfim amontoava os problemas. Mas, os outros espertos levaram o remédio. Chegava na casa, batia e dizia assim, chega de tristeza pra mandar embora. Toda essa tristeza é só sair, trabalhar e cantar. Mas, vocês tem que cantar bem alto. Vocês vão ver que a vida de vocês vai mudar. E eles obedeciam, começavam a cantarolar, segundo dia melhoravam e terceiro dia já estavam cantando alto. Não é que a colônia vizinha ouviu e começou a cantar também? Tinha gente cantando em todas as direções. Que maravilha ouvir vozes humanas que atravessavam as matas e chegavam até as pessoas (informação verbal²⁸).

A canção *Mérica, Mérica* se tornou o símbolo da imigração italiana e “expressa a celebração da conquista da terra – de uma certa forma comemora-se o encontro da terra da *cucagna* [...]” (Beneduzi, 2004, p. 190). A canção expressa uma narrativa de epopeia do processo migratório, mas também passa a ser reconhecida como canção de autoidentificação dos descendentes italianos (Beneduzi, 2004). Em 2005, como parte das comemorações dos 130 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, a canção intitulada como *La Mérica*, de autoria do compositor Ângelo Giusti, ficou instituída como tema da colonização italiana no Rio Grande do Sul pela Lei nº 12.411, de 22 de dezembro de 2005.

<i>MÉRICA MÉRICA</i>	
<p>Dall' Italia noi siamo partiti siamo partiti col nostro onore trentasei giorni di macchina e vapore e in Mèrica noi siamo arrivà.</p> <p>Mèrica, Mèrica, Mèrica, Cosa sara la sta Mèrica Mèrica, Mèrica, Mèrica! L'è un bel mazzolino di fior.</p> <p>E nella Mèrica noi siamo arrivati non abbiám trovato né paglia e né fieno abbiám dormito sul nudo terreno come le bestie abbiám riposà</p>	<p>Da Itália nós partimos Partimos com a nossa honra Trinta e seis dias de máquina a vapor E na América chegamos.</p> <p>América, América, América, Que coisa será esta América? América, América, América, É um lindo ramalhete de flores.</p> <p>Na América nós chegamos Não encontramos nem palha e nem feno Dormimos sobre o terreno nu Como animais nós repousamos.</p> <p>A América é longa e é larga</p>

²⁸ Relato de Benedita Zandoná Ceccato durante a performance do Filo de Vila Flores em 22 de agosto de 2023.

<p>E la Mèrica l'è lunga e l'è larga l'è circondata di monti e di piani e con l'industria dei nostri italiani abbiam formato paesi e città.</p>	<p>Ela é formada de montes e de planícies. E com o esforço dos nossos italianos fundamos vilas e cidades.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Rio Grande do Sul, 2005

A canção *Quel mazzolin di fior*²⁹, é um canto campesino escrito em 1904, que narra o desejo de uma moça em oferecer um ramalhete de flores, colhido nas montanhas, ao seu amado. A moça entra em um estado de lamentações e choro quando descobre que foi traída (Gomes, 2008). Essa canção também é lembrada entre os descendentes italianos.

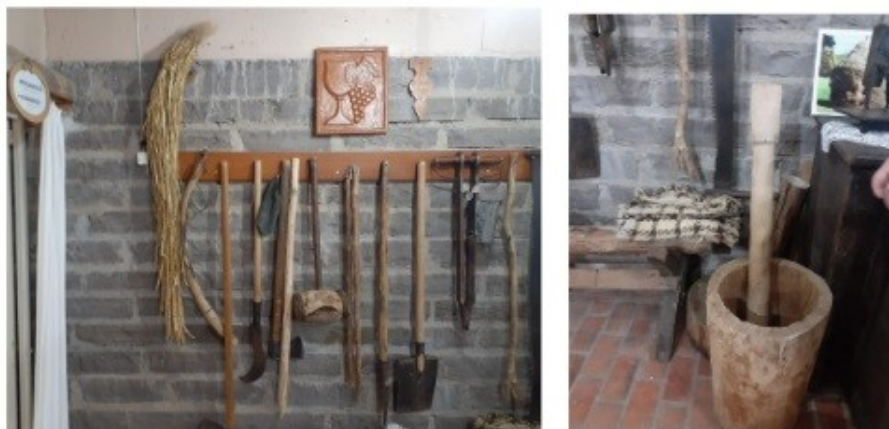
<p style="text-align: center;">QUEL MAZZOLIN DI FIOR</p>	
<p>Quel mazzolin di fiori, che vien dalla montagna. E bada ben che non si bagna che lo voglio regalar, e bada ben che non si bagna che lo voglio regalar.</p> <p>Lo voglio regalare, perchè l'è un bel mazzetto. Lo voglio dare al mio moretto questa sera quando vien, lo voglio dare al mio moretto questa sera quando vien.</p> <p>Stasera quando viene, sarà una brutta sera. E perchè lui sabato sera lui non è vegnù da me, e perchè lui sabato sera lui non è vegnù da me.</p> <p>Non l'è vegnù da me, l'è andà dalla Rosina. E perchè mi son poverina mi fa pianger e sospirar, e perchè mi son poverina mi fa pianger e sospirar.</p> <p>Fa pianger e sospirare, sul letto dei lamenti. E cosa mai diran le genti, cosa mai diran di me?</p>	<p>Aquele buquezinho de flores Que vem da montanha, Cuidado para não o molhar, Pois quero dá-lo de presente, Cuidado para não o molhar, Pois quero dá-lo de presente.</p> <p>Quero dá-lo de presente Porque é um lindo buquê. Quero dá-lo ao meu moreninho Quando ele vier hoje à noite, Quero dá-lo ao meu moreninho Quando ele vier hoje à noite.</p> <p>Quando ele vier hoje à noite A noite vai estar feia. E por que na noite de sábado Ele não veio à minha casa? E por que na noite de sábado Ele não veio à minha casa?</p> <p>Não veio à minha casa, Foi à casa da Rosina. Só porque sou pobrezinha, Ele me faz chorar e suspirar, Só porque sou pobrezinha, Ele me faz chorar e suspirar.</p> <p>Me faz chorar e suspirar Na cama das lamentações. O que é que o povo vai falar, O que é que vão falar de mim?</p>

<p>e cosa mai diran le genti, cosa mai diran di me?</p> <p>Diran che son tradita tradita nell'amore. E sempre a me mi piange il core e per sempre piangerà, e sempre a me mi piange il core e per sempre piangerà.</p>	<p>O que é que o povo vai falar, O que é que vão falar de mim?</p> <p>Vão dizer que sou azarada, Azarada no amor. Meu coração sempre chora E vai chorar para sempre, Meu coração sempre chora E vai chorar para sempre.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Gomes, 2008, p. 95

Mais histórias são contadas, agora das ferramentas de trabalho recebidos pelo governo na chegada dos imigrantes ao Brasil: foice, machado, enxada, picareta, traçador, semeadeira que serviram para derrubar a mata, produzir a agricultura e construir as primeiras casas. E não menos importante é a figura da mulher, que ajudava não apenas nas tarefas pesadas na lavoura, mas também era o ponto de equilíbrio da família, como conta Dona Benedita, presidenta do Filó de Vila Flores.

Ilustração 21 – Objetos de trabalho



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Quanto ao artesanato, inicialmente, com a falta de trigo, os imigrantes faziam os chapéus, chinelos, cestas, colchões e travesseiros com palha de milho. Logo, com a possibilidade de produção de trigo, os imigrantes passaram a fazer a *dressa*, trança de palha de trigo, para a confecção artesanal de chapéus, cestas, entre outros objetos. Então, Levino Bristot, começa a contar a história da fábrica da família Bristot, de seu tio, que produziu há mais de 60 anos, canudos feitos de palha de trigo, conhecidos por palheta, para a empresa Pepsi. Com orgulho, Benedita conta

que foram contactados novamente antes da pandemia pela Pepsi para produção de canudos de trigo, no entanto, explica que não foi viável atender ao pedido devido às mudanças na forma de plantio e colheitas atuais, que interfere na espessura e cumprimento do trigo para a produção dos canudos.

Ilustração 22 – Objetos feitos com palha de milho (cestas, chapéus e chinelo) e canudos de palha de trigo (palheta)



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Outra ferramenta importante no trabalho artesanal é a roda de fiar. Como explica Ceccato (2011, p. 26), uma das atividades desenvolvidas pelas mulheres nos filós “era a de extrair a fibra do linho para fazer o fio [...]. Essa atividade ficou conhecida como *filàre* o tecido, isto é, do italiano traduzido para o português, fiar o tecido filó. Segundo relatos orais dos imigrantes, esta é a origem da palavra filó[...].”

Ilustração 23 – Roda de fiar



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Importante destacar que em todo o momento do filó até o jantar, tem a figura da mulher em seu trabalho artesanal. Como nos filós tradicionais, o artesanato era a principal atividade realizada pelas mulheres nos encontros. Na ocasião das entrevistas, o passo a passo da *dressa* foi demonstrado por Zelia Brandalise Fiori, com a técnica da trança de sete palhas, sendo a melhor técnica segundo a entrevistada. Antes de iniciar o processo de trança é necessário que as palhas estejam umedecidas para que as mesmas não se quebrem durante o trabalho artesanal. A técnica é realizada da seguinte forma: primeiro pega-se 2 palhas de trigo, dobra ao meio e vai emendando as outras palhas, de palha a palha, até ter quatro palhas de um lado e três palhas de outro. A primeira palha é trançada por trás da segunda e as outras duas pela frente, primeiro de um lado (com quatro palhas) e depois pelo outro lado (com três palhas) e, assim sucessivamente, até finalizar o processo da *dressa*.

Ilustração 24 – Mulher em seu trabalho artesanal



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Assim como o artesanato, a reza, a religiosidade constituem práticas que sempre estiveram presentes na cultura italiana e nos filós. Durante o primeiro momento das histórias, Benedita relata sobre a reza do terço e do rosário e, em seguida, o grupo faz uma oração como demonstração de fé. Conforme narrativa de Benedita Ceccato, o terço era rezado todas as noites:

Imagina quanto árduo era todo o trabalho braçado. Pesado, difícil. Gente, chegavam a noite, estavam cansados, mas eles tinham que rezar porque só trabalhar, não. Eles tinham que alimentar a sua alma, seu espírito. Eles tinham fé em Deus, tinham que rezar. Se pegassem no sono na cadeira, não se preocupe que a avó estava de alerta. Aí ela dava uma sacudida na criatura e dizia assim; Reza! (informação verbal³⁰).

Ilustração 25 – Demonstração da fé



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Em segundo momento somos convidados para o jantar com a canção *La Bella Polenta*, enquanto a polenta é mexida e, posteriormente, servida à mesa. Durante o jantar, outras canções populares e gaúchas são entoadas. A gaita ou gaita de boca são os instrumentos utilizados. À mesa são servidos polenta com molho de carne ou frango, salame, queijo, pastel, *grostoli*, canudinho, bolo, cuca, pão sovado, suco e vinho. Também somos convidados a comer pinhão cozido na chapa do fogão a lenha, após o jantar, e tomar um chá ou café com bolo.

30 Relato de Benedita Zandoná Ceccato durante a performance do Filo de Vila Flores em 22 de agosto de 2023.

Ilustração 26- Polenta sendo servida ao cantar de *La Bella Polenta*



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Assim como *Mérica, Mérica, La Bella Polenta*, canto popular Vêneto de 1919, também se tornou um símbolo de identidade étnica da cultura de matriz italiana. A canção narra todo o processo da polenta, desde o plantio até a preparação do prato: “[...] a polenta é plantada, cresce, floresce, é cozida, cortada, consumida, saboreada e terminada” (Giordani, 2020, p. 156). A polenta apresenta um modo especial de preparo::

A “caldrola” especial, a **mêscola** e a chaleira para reserva da água quente são os instrumentos necessários para iniciar a polenta. **Fervida a água**, a técnica mais difícil é deitar a farinha, deixando-a escorrer entre os dedos e mexer simultaneamente a água e a farinha para misturá-la. **Depois de bem cozida** e evaporada a água, a polenta é deitada em um tabuleiro de madeira, chamado **panaro** ou **taier**. **Bela polenta** é aquela que ficou bem consistente e cozida, sem torrões de farinha, chamados de **gnochi** ou **munari**. A dona da casa admira a arte de uma polenta bem-feita [...] **Um fio de linha nº 16**, é usado para cortar a polenta que é servida pela dona de casa diretamente no prato (Costa, 1976, p. 181, destaque do autor).

Na gastronomia ocorrem as hibridações por força de adaptar receitas aos ingredientes locais. A semente do milho, originária da América, foi levado pela expedição de Cristóvão Colombo para toda a Europa. Os italianos passaram a cultivar o milho, tornado-se esse o principal produto para a polenta (Battistel, 2013). No início da imigração no Rio Grande do Sul, a farinha de milho era feita com pilão (um dos utensílios usados pelo grupo do filó para narrar a história da imigração). Essa farinha era misturada com a casca, pois, não tinham como peneirar.

Posteriormente, foram construídos os moinhos para moer grãos de trigo e milho para a produção de farinha (Battistel, 2013).

<i>LA BELLA POLENTA</i>	
<p>Quando si pianta la bella polenta La bella polenta si pianta così Si pianta così, si pianta così</p> <p style="text-align: center;">Oh, oh, oh</p> <p style="text-align: center;">Bella polenta così Cia cia pum, cia cia pum Cia cia pum, cia cia pum</p> <p>Quando la cresce la bella polenta La bella polenta la cresce così Si pianta così, la cresce così</p> <p style="text-align: center;">Oh, oh, oh</p> <p style="text-align: center;">Bella polenta così Cia cia pum, cia cia pum Cia cia pum, cia cia pum</p> <p>Quando fiorisce la bella polenta La bella polenta fiorisce così Si pianta così, la cresce così Fiorisce così</p> <p style="text-align: center;">Oh, oh, oh</p> <p style="text-align: center;">Bella polenta così Cia cia pum, cia cia pum Cia cia pum, cia cia pum</p> <p>Quando si smissia la bella polenta La bella polenta si smissia così Si pianta così, la cresce così Fiorisce così, si smissia così Oh, oh, oh</p> <p style="text-align: center;">Bella polenta così Cia cia pum, cia cia pum Cia cia pum, cia cia pum</p> <p>Quando si taglia la bella polenta La bella polenta si taglia così Si pianta così, la cresce così Fiorisce così, si smissia così Si taglia così</p>	<p>Quando se planta a bela polenta A bela polenta se planta assim Se planta assim, se planta assim.</p> <p style="text-align: center;">Oh, oh, oh</p> <p style="text-align: center;">Bela polenta assim. Cia cia pum, cia cia pum. Cia cia pum, cia cia pum.</p> <p>Quando cresce a bela polenta, a bela polenta cresce assim, se planta assim, cresce assim.</p> <p style="text-align: center;">Oh, oh, oh</p> <p style="text-align: center;">Bela polenta assim. Cia cia pum, cia cia pum, Cia cia pum, cia cia pum.</p> <p>Quando floresce a bela polenta, a bela polenta floresce assim, se planta assim, cresce assim, floresce assim.</p> <p style="text-align: center;">Oh, oh, oh</p> <p style="text-align: center;">Bela polenta assim. Cia cia pum, cia cia pum, Cia cia pum, cia cia pum.</p> <p>Quando se mescla a bela polenta, a bela polenta se mescla assim, se planta assim, cresce assim, floresce assim, se mescla assim. Oh, oh, oh</p> <p style="text-align: center;">Bela polenta assim. Cia cia pum, cia cia pum, Cia cia pum, cia cia pum.</p> <p>Quando se corta a bela polenta, a bela polenta se corta assim, se planta assim, cresce assim, floresce assim, se mescla assim, se corta assim.</p>

<p>Oh, oh, oh</p> <p>Bella polenta così Cia cia pum, cia cia pum Cia cia pum, cia cia pum</p> <p>Quando si mangia la bella polenta La bella polenta si mangia così Si pianta così, la cresce così Fiorisce così, si smissia così Si taglia così, si mangia così</p> <p>Oh, oh, oh</p> <p>Bella polenta così Cia cia pum, cia cia pum Cia cia pum, cia cia pum</p> <p>Quando si gusta la bella polenta La bella polenta si gusta così Si pianta così, la cresce così Fiorisce così, si smissia così Si taglia così, si mangia così Si gusta così</p> <p>Oh, oh, oh</p> <p>Bella polenta così Cia cia pum, cia cia pum Cia cia pum, cia cia pum</p> <p>Quando fénisce la bella polenta La bella polenta fénisce così Si pianta così, la cresce così Fiorisce così, si smiscia così Si taglia così, si mangia così Si gusta così, fénisce così</p> <p>Oh, oh, oh</p> <p>Bella polenta così Cia cia pum, cia cia pum Cia cia pum, cia cia pum</p>	<p>Oh, oh, oh</p> <p>Bela polenta assim. Cia cia pum, cia cia pum, Cia cia pum, cia cia pum.</p> <p>Quando se come a bela polenta, a bela polenta se come assim, se planta assim, cresce assim, fioresce assim, se mescla assim, se corta assim, se come assim.</p> <p>Oh, oh, oh</p> <p>Bela polenta assim. Cia cia pum, cia cia pum, Cia cia pum, cia cia pum.</p> <p>Quando se saboreia a bela polenta, a bela polenta se saboreia assim, se planta assim, cresce assim, fioresce assim, se mescla assim, se corta assim, se come assim, se saboreia assim.</p> <p>Oh, oh, oh</p> <p>Bela polenta assim. Cia cia pum, cia cia pum, Cia cia pum, cia cia pum.</p> <p>Quando acaba a bela polenta, a bela polenta acaba assim, se planta assim, cresce assim, fioresce assim, se mescla assim, se corta assim, se come assim, se saboreia assim, acaba assim.</p> <p>Oh, oh, oh</p> <p>Bela polenta assim. Cia cia pum, cia cia pum, Cia cia pum, cia cia pum</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Gomes, 2008, p. 99

No início da colonização, pela falta de acesso a outros alimentos, a polenta foi o principal prato dos imigrantes: comia-se polenta no café da manhã, no almoço e no

jantar. A polenta acabou se tornando um prato emblemático, com propriedades simbólicas que reforçam os sentimentos de pertença, memória e identidade. Um prato que foi por muito tempo associado à pobreza, passa por uma ressignificação e torna-se um dos principais símbolos identitários e de luxo dos descendentes italianos (Giordani, 2020). Como Prats (1998) salienta, os elementos culturais associados a uma determinada identidade e os valores atribuídos a esses elementos sacralizam os discursos identitários.

Após o jantar, os visitantes conhecem a parte superior da casa, onde fica a loja de venda de artesanato. Na sequência, o grupo do filó conta algumas anedotas e realiza brincadeiras como o chinelo de três pés, que conta com a participação dos turistas, ou o jogo da mora.

Ilustração 27- Brincadeira do chinelo de três (à esquerda) e jogo da mora (à direita)



Fonte: Fotografia de Sandra B. Rathke, 2023.

Como explica Costa (1986):

A mora era um dos esportes preferidos, que marcava os 'filós' e encontros. Todos sabiam jogá-la com maestria. Aos domingos, à tarde, após a reza do terço, nas capelas, reuniam-se em torno a uma mesa e o anoitecer colhia-os gritando: 2, 2, 2, 2, 3, 3, 3, 3, 6, 6, 6, ... batendo na mesa. Fazia ponto quem somasse o número certo proposto, somando os dedos estendidos e os do adversário. É esta também uma das explicações à ligeireza do imigrante em 'fazer as contas de cabeça' (Costa, 1986, p. 66-67).

O grupo segue com sorteio de brindes para os turistas (pão filó, vinho dos Freis Capuchinhos). Por fim, o filó é encerrado com a canção "Querência amada" e com uma oração para que todos voltem para casa em segurança.

4 PATRIMÔNIO E TURISMO: UMA DELICADA RELAÇÃO

Tratar sobre temas que envolvem práticas tradicionais e patrimônio suscita debates, por vezes, controversos e sensíveis quando tais enfoques envolvem o turismo. A relação entre turismo e patrimônio pode caracterizar-se tanto como uma oportunidade quanto uma ameaça. Como observam Oliveira e Durán Rocca (2020), os impactos da prática turística podem ser positivos ou negativos, e quando associados ao patrimônio “não deixa de produzir um ‘mercado patrimonial’” (Oliveira; Durán Rocca, 2020, p. 39). Neste cenário, considerando que o Filó de Vila Flores integra a rota turística Termas e Longevidade reservou-se esta seção para discutir conceitos sobre patrimônio e turismo cultural, trazendo recomendações nacionais e internacionais para as boas práticas turísticas no campo patrimonial, além da compreensão sobre debates teóricos sobre turismo de experiência na serra gaúcha.

4.1 O patrimônio cultural

O conceito de patrimônio, como observam Desvallées e Mairesse (2013), é bastante antigo, sendo que, no direito romano designava o conjunto de bens, a herança familiar, que passava de pais para filhos, “reunidos pela sucessão” (Desvallées; Mairesse, 2013, p.73). Durante o século XIX, o termo patrimônio foi essencialmente utilizado para designar conjunto de bens imóveis, “confundindo-se geralmente com a noção de *monumentos históricos*” (Desvallées; Mairesse, 2013, p.73). Sob este aspecto, Choay (2001; 2015), faz uma análise crítica sobre a preservação do patrimônio edificado na história ocidental e as transformações dos conceitos monumento e monumento histórico desde a Antiguidade até o período pós-moderno da revolução industrial. O monumento, como explica Choay (2015, p. 12-13), pode ser caracterizado por todo artefato ou conjunto de artefatos intencionais que tem relação com a “memória viva, orgânica e afetiva” de uma comunidade. O monumento histórico, por sua vez, está relacionado com o “valor abstrato do saber” e da “construção intelectual” na perspectiva histórica, e de seu valor estético no campo das artes, a partir de um conjunto de edificações preexistentes (Choay, 2015, p. 12-13).

A noção do patrimônio cultural esteve por muito tempo associado aos monumentos edificados de caráter histórico e artístico, como pode ser observado na Carta de Atenas de 1931. A Carta de Veneza de 1964, incluiu em seu escopo, além dos monumentos, a conservação e restauração de sítios rurais e urbanos. A Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, ampliou a noção do patrimônio, incluindo bens culturais tanto de caráter monumental quanto natural, de valor universal excepcional e em ameaça de destruição. A partir da conferência geral realizada pela Unesco em 1989, que resultou na Recomendação de Paris, a cultura tradicional e popular passou a ser considerada como patrimônio universal da Humanidade como “[...] parte integrante do patrimônio cultural e da cultura viva” (Unesco, 1989, p. 1-2):

A cultura tradicional e popular é o conjunto das criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos, e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação, ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (Unesco, 1989, p. 1-2).

Logo, o patrimônio cultural pode ser entendido na perspectiva de representações que simbolizam crenças, tradições, saberes, fazeres, materialidades e histórias que estão relacionados com a memória social dos sujeitos na comunidade em que se inserem. As memórias representam grupos sociais que têm em seu passado o ponto de referência identitária, vivenciada e lembrada no presente. Essa relação traz aspectos fundamentais em que o sujeito é parte integrante de um grupo por meio dos valores que compartilham e das memórias que os identificam como indivíduos sociais. Conforme orientações do Iphan (2016):

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações (Iphan, 2016, p. 7).

No contexto brasileiro, a política do patrimônio cultural brasileiro remonta aos idealizadores da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Iphan. Em 1936, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto de

proteção do patrimônio artístico nacional a pedido do então Ministro de Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, que fundamentou o Decreto-Lei nº 25 de 1937. O anteprojeto de Mário foi inovador ao incluir a proteção de bens imateriais na categoria de bens culturais, destacando a arte arqueológica e ameríndia com o tema “folclore ameríndio” e na categoria arte popular com o tema folclore (Silva, 2002, p. 133). De 1937 até 1969, Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu o cargo de diretor do Sphan. Em sua gestão, Rodrigo dedicou-se exclusivamente para a preservação do patrimônio histórico brasileiro. De 1969 a 1979, Renato Soeiro assume a direção, mas sem uma mudança significativa na política oficial do patrimônio. Em 1979, Aloísio Magalhães assume o Sphan. Em sua gestão, Aloísio substitui a noção de patrimônio histórico e artístico de Rodrigo pela noção de bens culturais (Gonçalves, 2002).

Segundo a visão de Aloísio, os “bens culturais” são concebidos como “indicadores” a serem usados no processo de identificação de um “caráter” nacional brasileiro, definido não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma estratégia histórica norteada pelo futuro. O passado é visto como uma referência que deve ser usada pelo futuro. O passado é visto como uma referência que deve ser usada e reinterpretada no presente e com propósitos futuros. Em oposição ao enredo da narrativa de Rodrigo, articulado pelas idéias de “civilização” e “tradição”, a estória narrada por Aloísio é articulada pelas noções de “desenvolvimento” e “diversidade cultural” (Gonçalves, 2002, p. 51).

A narrativa de Aloísio estava, sobretudo, baseada em um discurso de perda da identidade cultural, entendendo que a cultura brasileira é diversa e heterogênea, existente na vida cotidiana da população, constituindo assim um importante recurso da nação brasileira, enquanto Rodrigo valorizava o passado e a tradição como processo de civilização e proteção do patrimônio como parte de um patrimônio universal (Gonçalves, 2002). Outro importante marco é a Constituição de 1988, que no artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio, estabelecido anteriormente pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, incluindo como patrimônio cultural os bens intangíveis, como as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver (Brasil, 1988). Decorrente de políticas públicas culturais, cabe ressaltar como importantes instrumentos de reconhecimento e preservação de bens imateriais o Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000 que “instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) –

e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR)” (Iphan, 2014, online). O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, incluindo os saberes, as celebrações, as formas de expressão, os lugares, que compõem práticas culturais coletivas, da vida cotidiana e social nas comunidades (Brasil, 2000). Fonseca ressalta que a publicação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, insere-se numa trajetória que incluem reivindicações dos “excluídos” da preservação do patrimônio cultural brasileiro (Fonseca, 2003, p. 62). Nesse sentido, as políticas patrimoniais de tombamento por muito tempo privilegiaram bens edificados de grupos sociais elitistas, das classes dominantes e de tradição europeia.

Além disso, a noção de entendimento sobre o conceito de patrimônio pode trazer diferentes abordagens. A abordagem apresentado por Prats (1998), define o patrimônio cultural como uma “invenção e construção social”, em que:

[...] nenhuma invenção adquire autoridade até que seja legitimada como construção social e que nenhuma construção social ocorre espontaneamente sem um discurso previamente inventado (seja em seus elementos, em sua composição e/ou em seus significados) pelo poder. Pelo menos, repito, no que diz respeito ao patrimônio cultural (Prats, 1998, p. 116).

Prats afirma que: “[...] a construção social da realidade não pode ser entendida em nenhum caso sem a intervenção, mais ou menos direta, de uma hegemonia social e cultural” (Prats, 1997, p. 20). A invenção da realidade, por sua vez, refere-se a composição de elementos culturais, que em um novo contexto cria outra realidade, com outro significado”, sendo que “[...] a invenção é principalmente sobre processos de manipulação pessoais e conscientes, enquanto a construção social é principalmente associada a processos inconscientes e impessoais de legitimação” (Prats, 1997, p. 21). O autor considera que o processo de construção social na acepção contemporânea do patrimônio cultural não difere de outros processos de “representação e legitimação simbólica das ideologias” (Prats, 1998, p. 116). Os elementos culturais, materiais e imateriais, associados a uma determinada identidade e os valores atribuídos a esses elementos sacralizam os discursos identitários. No entanto, Prats (1997; 1998) observa que os elementos ou referentes

culturais necessitam ser ativados para se tornarem patrimônios, que perpassa pelos poderes político, econômico e científico. Destarte, os “repertórios patrimoniais” são ativados pelos poderes constituídos: “Sem poder, poderíamos dizer em termos gerais, não há patrimônio” (Prats, 1998, p. 124).

A categoria patrimônio também é debatido por Hartog (2006), na perspectiva do “regime de historicidade”, do tempo passado, presente e futuro, cuja expansão patrimonial contemporânea acontece pela “[...] rapidez de sua extensão, a multiplicidade de suas manifestações e seu caráter fortemente presentista, quando o presente tomou uma extensão inédita” (Hartog; 2006, p. 272). O autor complementa que o patrimônio deve ser analisado como categoria de ação do presente e sobre o presente. Analisando a expansão patrimonial na França, de 1980 a 2000, recenseou-se 2241 associações, cujo objeto declarado é o “pequeno patrimônio”. Conforme Hartog:

Pois, para elas, o valor dos objetos que elas elegeram reside, parcialmente, no fato de que estão elas mesmas na origem do seu reconhecimento. Trata-se, em suma, mais de patrimônio local, associando memória e território e de operações visando a produzir território e continuidade para aqueles que lá habitam, hoje (Hartog; 2006, p. 270).

Varine (2013) em seu livro “As raízes do futuro” propõe que o desenvolvimento local, com base no patrimônio cultural e natural, deve ser fundamentada em ações de educação e gestão participativa, realizada pela e para a comunidade para o desenvolvimento territorial e comunitário. Dessa forma: “[...] o “desenvolvimento local deve contar com o patrimônio, ou seja, o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, [...]” (Varine, 2013, p. 18).

Por outro lado, Pérez (2009, p. 142-145), apresenta algumas aproximações teórico-metodológicas sobre as “posturas que incidem nos processos de interpretação, recuperação e conservação do patrimônio cultural”, a saber: a) tradicionalista ou folclorista: o patrimônio cultural é visto sob o aspecto do conjunto de objetos materiais e imateriais a serem conservados que representam as sociedades populares pré-industriais; b) construtivista: o conjunto de bens culturais é entendido como um processo de construção social, de representação simbólica e ideológica que formam a identidade de certos grupos sociais, essencialmente, dominantes, como instrumento de coesão e disputa ideológica; c) patrimonialista: o

patrimônio cultural é tido como um processo de interpretação e representação do passado, no momento presente em uma perspectiva do futuro; refere-se ao uso social do passado que adquire um novo valor, um novo uso por meio de um processo de “patrimonialização”, em geral, baseados em critérios de escassez, singularidade, raridade e sobrevivência no tempo; d) produtivista ou mercantilista: o patrimônio cultural é visto na lógica de mercado para satisfazer o consumo contemporâneo, transformando “recursos em produtos ou mercadorias necessárias para o funcionamento de um sistema de produção pós-industrial nos quais espaços como os rurais deixam unicamente de produzir alimentos para as cidades pela produção de lugares de memória patrimonial” (Pérez, 2009, p. 144). Nessa perspectiva, os critérios de seleção patrimonial são os de espetáculo, consumo, estética, atrativo turístico e comercialidade; e) participacionista: essa abordagem se relaciona com a participação social, em um processo democrático de seleção dos bens culturais a serem conservados. Nesse sentido, o patrimônio cultural constitui-se em “um instrumento de autodefinição e autoconhecimento identitários que promove as chaves de compreensão da cultura e o fortalecimento da auto consciência sobre a diversidade cultural” (Pérez, p. 145).

Gonçalves (2003), por outro lado, designa o patrimônio como categoria de pensamento, essencial para a “vida social e mental de qualquer coletividade humana” (Gonçalves, 2003, p. 22). O processo de formação do patrimônio também relaciona-se com a atividade de colecionismo, sendo que todo e qualquer grupo social coleciona objetos móveis e imóveis, demarcando um “domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’” (Gonçalves, 2003, p. 22). Gonçalves esclarece que, do ponto de vista dos modernos, a categoria patrimônio aparece em delimitações precisas (economia, cultura, natureza, etc), em divisões resultantes de processos de transformações e construções históricas, e que os patrimônios materiais ou imateriais podem ser identificados como patrimônio cultural quando um grupo ou, eventualmente, o Estado, reconhece como tal, associado à história e expressão ou representação da identidade de grupos e segmentos sociais, bem como, pode constituir-se em estratégia turística, de formação de subjetividades individuais e coletivas, de reivindicações de natureza política e econômica, associados a “modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e

futuro” (Gonçalves, 2015, p. 218). Para ampliar essa discussão, trataremos sobre a relação do patrimônio e turismo cultural na seção que segue.

4.2 Patrimônio e turismo cultural

As viagens de interesse cultural são antigas e, na história contemporânea, entre os séculos XVIII e XIX, sobretudo na Europa, a origem do turismo cultural remete às viagens realizadas por aristocratas, nobres e burgueses, como viagens de estudo ou de formação, que ficou conhecido como o *Grand Tour* (Brasil, 2010; Pérez, 2009). Desses primórdios até atualidade e, durante muito tempo, as viagens turísticas culturais tiveram como destino de interesses “[...] os grandes conjuntos arquitetônicos, os museus e os lugares que abrigavam os tesouros materiais de culturas passadas” (Brasil, 2010, p. 14). No entanto, mudanças conceituais sobre o entendimento de cultura e do patrimônio cultural, bem como, das diretrizes de proteção influenciaram na caracterização do turismo cultural e do perfil dos turistas culturais e das relações entre turismo e cultura. Nesse sentido: “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura³¹” (Brasil, 2010, p. 15).

O turismo cultural implica promover experiências positivas, interativas, participativas, contemplativas, interpretativas, valorativas e de entretenimento, contribuindo para a preservação e difusão do conhecimento sobre bens culturais locais, que simbolizam a memória e identidade de uma comunidade ou grupo social. Torna-se, portanto, fundamental a participação da comunidade local como protagonista no processo de desenvolvimento turístico e fruição dos resultados. “O envolvimento da comunidade é uma das premissas para o desenvolvimento sustentável do Turismo Cultural” (Brasil, 2010, p. 61). A sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional constituem princípios norteadores para a valorização e preservação do patrimônio cultural, além de potencializar os

³¹ Em parceria, o Ministério do Turismo, o Ministério da Cultura e o Iphan, realizaram uma releitura das atividades culturais e suas características, com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo, para definir e conceitar o turismo cultural.

impactos positivos e minimizar possíveis impactos negativos. Portanto, a relação entre turismo e patrimônio deve prever estratégias de gestão equilibrada e desenvolvimento sustentável com a coparticipação de poderes públicos, agentes culturais, e, sobretudo, com a participação da população local. Como alerta Silva (2000, p.221):

O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem.

Nessa conjuntura, esforços têm sido amplamente discutidas em encontros internacionais com Icomos, Unesco, Organização Mundial do Turismo (OMT), e chefes de Estados. Em 1962, a Organização dos Estados Americanos (OEA) realizou em Punta Del Leste, a reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico, resultando, posteriormente, nas Normas de Quito (1967). Tal documento propõe medidas reguladoras de defesa, conservação, revalorização e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico, face à destruição e degradação progressiva acelerada do patrimônio monumental em virtude do progresso urbano e de vandalismos. O documento orienta para a formulação de planos nacionais e multinacionais de curto e longo prazo dos Estados-Membros, buscando equilíbrio, investimento e cooperação técnica para o desenvolvimento econômico e turístico.

Em 1976, a Carta de Turismo Cultural assinada por entidades de organizações mundiais e regionais, reunidos no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo em Bruxelas, destaca o turismo “como um feito social, humano, econômico e cultural irreversível” (Icomos, 1976, p. 1). Assim, a referida carta orienta para posturas básicas que visam à preservação de monumentos e sítios frente a influência massiva do turismo, assegurando-se a adoção das proposições apresentadas na Convenção Internacional para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), e a Recomendação de Nairóbi (1976) para a salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais. A carta também propõe a educação patrimonial para crianças e adolescentes, e da formação de uma

consciência universal sobre preservação pelos meios de comunicação escrita, falada e visual.

Na 12ª Assembleia Geral realizada na cidade do México em 1999, o Icomos adotou uma nova carta internacional sobre o turismo cultural para gestão patrimonial, visando à proteção, conservação, interpretação e divulgação do patrimônio natural e cultural, incluindo a paisagem, conjuntos históricos, sítios naturais e construídos, a biodiversidade, os acervos culturais, as práticas culturais, tradicionais ou atuais e a diversidade cultural, de cada lugar e região, diante da crescente globalização.

Em 2013, foi realizado na cidade de Hangzhou, China, o Congresso Internacional da Unesco, que resultou no documento final “Colocando a Cultura no Centro das Políticas de Desenvolvimento Sustentável”. A declaração de Hangzhou apresenta nove ações que abordam “[...] a contribuição da cultura para os pilares do desenvolvimento social, ambiental e econômico do desenvolvimento sustentável, bem como para o fortalecimento da paz e da segurança” (Unesco, 2013, p. 3), a saber: a) integrar sistematicamente a cultura em todas as políticas e dos programas de desenvolvimento sustentável; b) mobilizar a cultura e a compreensão mútua para promover a paz e a reconciliação; c) garantir a todos os direitos culturais para o desenvolvimento social inclusivo; d) alavancar a cultura para a redução da pobreza e desenvolvimento econômico inclusivo; e) construir a cultura para promover a sustentabilidade ambiental; f) fortalecer a resiliência aos desastres e combater as mudanças climáticas por meio da cultura; g) valorizar, salvaguardar e transmitir a cultura às gerações futuras; h) aproveitar a cultura para alcançar o desenvolvimento e gestão urbana sustentável; i) aproveitar a cultura para fornecer modelos de cooperação inovadores e sustentáveis.

Em outro encontro, a Unesco e a Organização Mundial do Turismo (OMT), se reuniram em 2015, na Conferência Mundial sobre o Turismo e Cultura, em Camboja, apresentando a Declaração de Siem Reap, que orienta para a criação de novos modelos de parceria e governança entre organizações governamentais, privadas, comunitárias e indústrias criativas, de forma que o turismo contribua para a proteção do patrimônio cultural e regeneração de espaços urbanos, trazendo impactos positivos para as comunidades locais e para a experiência do turista.

Em 2017, foi realizada a II Conferência Internacional em Omã, com a apresentação da Declaração de Mascate para reforçar a cooperação entre turismo e cultura para a Agenda 2030 e o Desenvolvimento Sustentável, na construção da paz e proteção do patrimônio, especialmente zonas afetadas por conflitos; promover a gestão responsável e sustentável do patrimônio cultural e natural através do turismo e incentivar uma abordagem criativa e inovadora para o desenvolvimento urbano sustentável através do turismo cultural (OMT; Unesco, 2017, p. 2-4). A Declaração de Istambul de 2018, reafirmou os compromissos das declarações anteriores, destacando o protagonismo das comunidades locais, a promoção de cidades sustentáveis e criativas por meio do turismo cultural e o impulso do turismo com inovações tecnológicas e de inclusão social por meio da transformação digital.

As cartas e declarações promulgadas pelas organizações internacionais (OMT, Unesco, Icomos) apresentam diretrizes importantes que visam a uma cultura da paz, de inclusão social e de igualdade, de promoção da diversidade cultural, sustentabilidade e cooperação no âmbito do turismo cultural, que assegure e estimule a valorização e a preservação patrimonial de todos os grupos sociais, essencialmente, grupos étnicos e os afetados por guerras e catástrofes. O turismo, portanto, deve promover uma economia que traga desenvolvimento territorial, regional e local, mas sem afetar os patrimônios culturais das comunidades locais.

Apesar dos impactos positivos que o turismo pode trazer para o contexto do patrimônio cultural e das comunidades locais como a valorização do patrimônio pela sociedade, a possibilidade de conservação, a geração de investimentos e empregos para as comunidades de acolhimento, Yáñez (2019, p.76), salienta a revisão da carta do Icomos de 1999, tendo em vista os impactos negativos causados pelo turismo:

Entre seus efeitos adversos, cabe destacar: a deterioração física devido ao uso descontrolado e massivo dos bens culturais; as restaurações, reconstruções e intervenções de todos os tipos, muito inadequadas, às quais os locais são frequentemente submetidos para adaptar-se a determinadas expectativas turísticas, por vezes medíocres, às custas de sua autenticidade e integridade; a crescente banalização, reificação, comercialização e homogeneização cultural e patrimonial como resultado da exploração econômica; a superação da capacidade de carga e degradação do entorno dos bens culturais; a gentrificação, elitização, museificação e perda da diversidade econômica nos centros e cidades históricas, resultado do foco turístico dos destinos, entre outros.

Yáñez (2019), ressalta a importância da Carta de 1999 estar alinhada com os demais regulamentos internacionais. Nesse sentido, para minimizar esses impactos, devem ser estabelecidas ações concretas com medidas preventivas de respeito e acompanhamento constante da capacidade de carga/acolhimento dos fluxos de visitação aos bens culturais, bem como, diálogos eficazes com a indústria do turismo.

Em sítios urbanos de pequeno porte verificam-se potencialidades em torno à identificação e gestão do patrimônio, tais como a relação estreita entre meio natural e áreas rurais circundantes, o espaço construído, o patrimônio imaterial e as referências culturais, a transmissão contínua de valores culturais e de sentimentos, de geração a geração, e a existência de um capital social expresso nas relações de proximidade, solidariedade e confiança entre os habitantes (Schneider, 2017). A resistência à globalização e ao modo de vida nas grandes cidades termina favorecendo a formação de um imaginário e o desejo por conhecer e experienciar esses lugares. Conforme recomenda Varine (2013), esses fatores, quando bem equalizados, podem contribuir com a fruição democrática e o desenvolvimento sustentável desse patrimônio local, que gerenciado de baixo para cima se torna um recurso patrimonial ao serviço do desenvolvimento sustentável.

Porém, os sítios urbanos de pequeno porte apresentam vulnerabilidades que podem oscilar entre extremos como: lugares descontextualizados, estagnados, à margem das dinâmicas socioeconômicas ou em declínio populacional e que não têm capacidade de reter a população jovem pela falta de ofertas de desenvolvimento pessoal; locais que perderam seus valores identitários ainda que apresentem dinamismo e, aparentemente, conservam seu patrimônio em decorrência de processos de êxodo da população e/ou gentrificação, causados entre diversos fatores como o turismo predador e a subsequente especulação imobiliária. Esse problema já pode ser verificado no município vizinho de Vila Flores, onde várias casas com estrutura arquitetônica singular acabam dando lugar a prédios comerciais. Casas que poderiam ter sido preservadas para fins de interesse público, com a criação de centros culturais ou centros de economia criativa. À vista disso, deve-se evitar a gentrificação, ou seja, a transformação de áreas urbanas pela saída da população local, e facilitar a permanência da população com oferta de moradia e

serviços acessíveis para o dimensionamento do turismo em proporção adequada com o uso residencial. Também deve existir controle das residências temporárias destinadas ao turismo buscando que os ganhos dessa atividade revertam na preservação do patrimônio e dos valores ambientais e culturais que o fundamentam. A denominada arquitetura do espetáculo (Jacques, 2003) tem grande responsabilidade neste aspecto.

Ainda que o turismo cultural enfatize seu compromisso com a sustentabilidade – econômica, ambiental e sociocultural – na prática, não deixa de produzir um mercado patrimonial cujos impactos sobre a localidade receptora e sobre o patrimônio podem ser tanto positivos como negativos (Silva, 2000). As consequências negativas têm a ver com a massificação turística capaz de intensificar adversidades como a deterioração do patrimônio material, a perda de identidade cultural e do patrimônio imaterial, e como mencionado, da especulação imobiliária, do aumento do custo de vida e a conseqüente saída da população local. A mercantilização da cultura sem ter em consideração seu impacto nas localidades receptoras têm sido associada ao enobrecimento de zonas históricas e à *McDonaldização* da sociedade (Ferreira, 2013). Patrimônio e turismo é uma combinação frágil e complexa porque em muitos casos o turismo passa de agente de desenvolvimento a ameaça ao objeto que o motiva.

Em vista disso, dentre as cartas patrimoniais e convenções da Unesco encontram-se suficientes fundamentos conceituais para a gestão patrimonial de sítios urbanos de pequeno porte. A valoração e proteção de sítios urbanos em geral adquiriu relevância a partir da Carta de Veneza (Icomos, 1964). Sua maior contribuição foi passar da escala arquitetônica individual e monumental, consagrada na Carta de Atenas (Icom, 1931), ao âmbito do conjunto e do entorno, seja modificado ou natural. Em 1972, a Convenção de Patrimônio Mundial, Natural e Cultural (Unesco, 1972), além da universalização do patrimônio institucionalizado, teve o grande mérito de relacionar em um mesmo documento a conservação da natureza e a preservação dos bens culturais. Posteriormente, houve avanços significativos, ao incorporar o conceito de paisagem cultural nas guias operacionais, pelo entendimento da paisagem como um processo dinâmico e histórico.

Em 2011, com a Recomendação da Paisagem Histórica e Urbana (Unesco,

2011) foi salientada a natureza sistêmica dos sítios urbanos, indissociáveis de seu substrato natural. A Recomendação de Nairóbi, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea adotada pela 19ª Conferência Geral da Unesco em 1976, comenta da importância das atividades humanas pela relação que têm com o espaço físico, e avisa do risco da uniformização dos assentamentos a partir da universalização de técnicas construtivas e de formas arquitetônicas contemporâneas em detrimento de valores específicos das arquiteturas tradicionais (Unesco, 1976).

A Declaração de Tlaxcala (1982), documento resultante do 3.º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações”, destaca que a conservação e reabilitação de pequenas aglomerações é “uma obrigação moral e uma responsabilidade dos governos de cada Estado e das autoridades locais” (Cury, 2004, p. 266) e “um direito das comunidades participarem das decisões que dizem respeito à conservação do seu habitat, intervindo diretamente no processo de realização” (Cury, 2004, p. 266). Com a mesma importância da Convenção de Patrimônio Mundial, em 2003, foi proposta a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003), que permite identificar e proteger práticas culturais como “fonte de diversidade cultural e garantia o desenvolvimento sustentável” (Unesco, 2003, p. 3), em estreita relação com os lugares aonde ocorrem. Esta perspectiva em parte é um desdobramento da Conferência de Nara (Unesco; ICCROM; Icomos, 1994) que relativiza a questão da autenticidade. Por último destacamos a Declaração de Quebec sobre a preservação do espírito do lugar (Icomos, 2008) porque sublinha o papel das comunidades e da vida social e a integração entre os elementos tangíveis e intangíveis.

Como observado nos documentos supracitados, pela integração de diferentes escalas, dimensões e o dinamismo inerente, o patrimônio passou a ser incorporado ao paradigma da sustentabilidade em todas as suas variáveis: ambiental, econômica, cultural e social. Da relação entre patrimônio e turismo, o marco referencial inicial ao nível internacional é o relatório conhecido como Normas de Quito, resultado da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967. O documento centrou-se na valorização do patrimônio

cultural como insumo para o turismo, a partir de medidas legais e técnicas para a destinação turística dos lugares com valor patrimonial. A ideia fundamental era lograr que investimentos econômicos favorecessem simultaneamente a conservação do patrimônio e o desenvolvimento turístico, contribuindo para a melhoria das comunidades. O que na época foi uma solução tomou rumos e dimensões impensáveis, pois o turismo passou, em duas décadas, a representar uma ameaça para o patrimônio, chegando aos extremos que acompanhamos atualmente em locais de interesse cultural e escala mundial (Oliveira; Durán Rocca, 2019).

Por outro lado, o turismo permite que o patrimônio cultural seja mediador no processo educativo, facilitando sua apropriação e a conseqüente elevação na autoestima da comunidade local. Outro parecer decorrente das Normas de Quito é o que apresenta o turismo como fonte de divisas para o patrimônio e a infraestrutura da localidade. Essa ideia aparece precedida pela suposição de que a conservação e preservação do patrimônio é uma carga econômica pesada para o Estado e para os proprietários (Rodrigues; Vieira; Teixeira, 2014). Assim, o lado incômodo do patrimônio cede ante a possibilidade de motivar o interesse turístico, favorecendo os serviços e a infraestrutura, beneficiando tanto os visitantes como a população local. O almejado equilíbrio entre turismo e patrimônio somente é possível quando o desenvolvimento não agride o objeto de interesse e facilita as ações de preservação, conservação e interpretação de forma integrada, visando “um real entendimento da importância do significado desses bens, para evitar que o patrimônio se torne um mero objeto de consumo” (Scifoni, 2006, p. 65).

Prats (2006), no entanto, faz uma análise crítica do patrimônio turístico baseado em dois tipos básicos de consumo: aquele que tem o patrimônio como motivo principal de consumo e compra, habitualmente, identificado como turismo cultural, e aquele baseado em visitaçãõ a determinadas ativações patrimoniais³², como motivo secundário e complementar a outros motivos principais de consumo (praia e sol). Prats (1997, 1998) descreve que os efeitos de mercantilização do

32 Como explica Prats (2006, p. 75): “O patrimônio ativado (o único que conta de fato) é composto por um conjunto de representações mais ou menos enviesadas da realidade, mas não é a realidade. Independentemente das ativações de ativos, as sociedades vivem e evoluem, elaboram e reelaboram, compartilham e discordam de versões de identidade 2. As ativações patrimoniais, bem como o próprio turismo, se for o caso, fazem parte dos ingredientes com os quais a identidade se constrói e se reconstrói contemporaneamente. Os efeitos da mercantilização do patrimônio na população deve, portanto, ser medido em termos turísticos”.

patrimônio na população devem ser medidos em termos turísticos. Em uma cidade histórica de larga escala como destino turístico, a exemplo de Paris, é necessário investir em uma grande infraestrutura para acomodar um grande número de visitantes, incluindo restaurantes, hotéis, museus, transportes, etc. Tais destinos conseguem investir em marketing e atrair as operadoras turísticas. O turismo rural de pequena escala, a exemplo do conjunto de estabelecimentos na Serra de Castellallat trazido por Prats, necessita de uma infraestrutura modesta para atrair um número modesto de visitantes, mas, que seja suficiente para viabilizar a economia local. O turismo de pequena escala não costuma ser atrativo às operadoras turísticas, muitas vezes, necessitando meios alternativos de atração e divulgação, como a internet, centrais de reserva e boca a boca. A mercantilização do patrimônio, ou dos ativos patrimoniais, podem suscitar alguns problemas questionados pelo autor: quando os fluxos turísticos estão abaixo do esperado para a restituição econômica; quando os desconfortos da carga de capacidade dos destinos turísticos devido à alta frequência dos turistas superam os benefícios percebidos; quando a mercantilização pode levar a problemas de identidade devido à banalização excessiva. O turismo cultural, no entanto, é uma forma de subsistência dos grupos sociais e tais problemas necessitam ser ajustadas e minimizadas.

Por outro lado, para uma gestão inteligente entre setores da política pública, do patrimônio cultural e do turismo, Brito (2019), apresenta parâmetros para a certificação de destinos patrimoniais que visa à qualificação do turismo cultural, tomando como referência cidades históricas. Como destaca Brito (2019, p. 35), deve-se avaliar até que ponto os atrativos justificam preparar um território para acolhida turística, levando-se em consideração a possibilidade dos fluxos de visitantes a partir desses atrativos culturais; analisar a situação do destino na perspectiva dos atores sociais internos (residentes, agentes locais, administração, setor empresarial local) e externos (turistas, excursionistas, operadores de turismo etc.); preparar o local para a cidadania com uma infraestrutura de hospitalidade (sinalização; centro de visitantes; centro de interpretação de monumentos; zonas de estacionamento etc); e tornar o patrimônio cultural acessível a todos, tanto aos residentes quanto aos visitantes. Brito ainda ressalta que “[...] a atividade turística,

em qualquer campo que se realize, cada vez mais, deve estar pautada na chamada 'experiência' naquilo de que o turista se apropria a partir do que vivência" (Brito, 2019, p. 37). Portanto, o processo de certificação de destinos patrimoniais torna-se fundamental para proporcionar aos visitantes uma experiência "divertida, prazerosa e enriquecedora" (Brito, 2019, p. 37), além de oportunizar a satisfação de todas as partes envolvidas na gestão patrimonial turística local e territorial. As variáveis de análise para um sistema de certificação de destinos patrimoniais, denominada de sistema "P"⁵ envolvem:

[...] reconhecimento oficial; patrimônio cultural preservado; patrimônio cultural imaterial salvaguardado; infraestrutura de acolhida em pleno funcionamento; sistema de informação qualificada implantado; programa de promoção, difusão e marketing implementado; infraestrutura de gestão permanente adequada; e base logística turística de qualidade em pleno e adequado funcionamento em seu entorno (Brito, 2019, p. 47).

Nesse sentido, estabelecendo o alinhamento com as recomendações e os parâmetros apresentados, pode-se traçar alguns indicadores de análise no campo do turismo cultural, quais sejam: a cooperação entre poder público, privado e a comunidade local, verificando como essa relação contribui para a valorização e preservação das tradições, das heranças culturais e do patrimônio local por meio do turismo; os benefícios, diretos ou indiretos, que o turismo proporciona para a comunidade local; as estratégias de sustentabilidade e promoção da inclusão e diversidade cultural; a carga de acolhimento dos fluxos de visitantes aos pontos turísticos; a infraestrutura local para receber turistas, levando em consideração meios de transporte, hospedagem, serviços de informação e comunicação, acessibilidade, etc; os meios de divulgação e marketing. Esses indicadores podem ser ampliados, dependendo do campo de análise, das características locais, territoriais e regionais. Por outro lado, vale analisar de que forma o patrimônio cultural, ou as ativações patrimoniais (Prats, 1997, 1998), são interpretadas e transmitidas aos visitantes.

No contexto de Vila Flores, duas importantes leis foram aprovadas em 2023: a Lei Municipal nº 2.618, 09 de maio de 2023, que reestrutura o Sistema Municipal de Cultura de Vila Flores, o Conselho Municipal de Política Cultural, o Fundo Municipal de Cultura e estabelece diretrizes para políticas públicas de cultura dá outras

providências; e a Lei Municipal nº 2.625, de 30 de maio de 2023, que institui o plano municipal de cultura de Vila Flores para o decênio 2023-2033 (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023a). As metas e estratégias propostas no plano municipal de cultura de Vila Flores são resultados de propostas que foram discutidas na I Conferência Intermunicipal da Cultura, realizada na cidade de Nova Prata em 2009, norteando 5 eixos temáticos: Eixo I - Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Eixo II - Cultura, Cidade e Cidadania; Eixo III - Cultura e desenvolvimento sustentável; Eixo IV - Cultura e Economia Criativa; Eixo V - Gestão e Institucionalidade da Cultura (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023b, p.5). Cabe destacar algumas metas importantes deste plano do eixo II, a saber :

2.1 Promover a utilização turística do espaço urbano e rural de Vila Flores, por meio de parcerias público/privadas, almejando a requalificação urbana da área central da cidade e do espaço rural, tornando-os pólos de atração e irradiação do turismo cultural. **2.2. Estruturar e implementar o Circuito do Turismo Cultural de Vila Flores**, tendo como ponto de referência central os roteiros históricos, religiosos, gastronômicos, manifestações populares, arquitetura colonial, arquitetura contemporânea, artes cênicas, moda, artesanato, entre outros. **2.3. Desenvolver uma política de valorização dos monumentos e espaços públicos do Centro Histórico de Vila Flores, assim como das paisagens rurais**, que integram o patrimônio material e imaterial, onde suas ruas, praças, pátios e espaços rurais sejam utilizados, no dia a dia, como palco para diversas manifestações culturais, artísticas e educacionais. **2.4 Realizar estudos para viabilizar a candidatura de Vila Flores, junto ao IPHAN, a chancela de Paisagem Cultural;** [...] **2.6 Realizar o inventário do Patrimônio material e imaterial ainda existente em Vila Flores**, com vistas a possíveis registros e tombamentos. **2.7 Promover ações de reconhecimento, através do registro e tombamento municipal, dos bens culturais (materiais e imateriais) da cidade de Vila Flores, destacando a possibilidade de receber a chancela de paisagem cultural**, bem como consolidar ações de Salvaguarda, em parceria com o Governo Estadual e iniciativa privada. [...] **2.12. Fomentar, no município, a criação de museus e centros culturais que trabalhem no campo da memória**, com a intenção de promover ações de preservação e dinamização dos bens patrimoniais locais. [...] **2.14. Implementar o Arquivo Público de Vila Flores** [...] **2.15. Implantar um Programa Municipal de Educação Patrimonial** [...] (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023b, p. 8-10).

O plano municipal de cultura de Vila Flores prevê várias outras ações, a exemplo, da criação de polos culturais e artísticos nas capelas do município. Referente ao Eixo I - Produção Simbólica e Diversidade Cultural, destaca-se a meta que visa ao alcance do fortalecimento do Filó de Vila Flores, assim definido:

Implementar uma política de fortalecimento dos artistas e grupos ligados às diversas manifestações da cultura popular local, como por exemplo, o Filó de Vila Flores – uma festa temática de época que conta a saga da imigração italiana, através de histórias encenadas, gastronomia, artesanato, brincadeiras e outros, fomentando sua estruturação para que tenham maior autonomia criativa e econômica. Suas sedes poderiam ser incluídas em roteiros turístico-culturais para que ganhem ainda mais visibilidade e tenham assim uma fonte extra de recursos que contribuam para sua sustentabilidade, através da comercialização de materiais destinados aos visitantes (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023b, p. 7-8).

O turismo cultural de Vila Flores, portanto, tem buscado fomentar ações e estratégias de preservação, manutenção e difusão do patrimônio local, em cooperação com instâncias públicas regionais, estaduais, federais e privadas e a sociedade civil, alinhado ao desenvolvimento econômico. O turismo cultural em Vila Flores conta com a base conceitual e legal para se formalizar. No entanto, a depender das interpretações a esse marco, pode-se criar uma política centrada na comunidade ou, ao contrário, focada em uma forma de turismo de espetacularização cultural (Carvalho, 2010).

4.3 O turismo de experiência na serra gaúcha

Complementarmente, ao conceito de turismo cultural, tratar-se-á sobre turismo de experiência, tendo em vista que o Filó de Vila Flores tem por finalidade proporcionar uma experiência compartilhada (Ceccato, 2011). Nesse contexto, foi desenvolvido e implementado de forma pioneira no Brasil de 2006 a 2007, o projeto Economia da Experiência, na Região da Uva e Vinho na serra gaúcha pela parceria entre Ministério do Turismo (MTur), SEBRAE, Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), sob a gestão do Instituto Marca Brasil, criando a marca comercial “Tour da Experiência” (Manual [...], 2010, p.18), envolvendo ao todo sete municípios: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Cotiporã, Garibaldi, Nova Prata, Veranópolis e Vila Flores. Como destacado no Manual:

O objetivo da aplicação do conceito de Economia da Experiência no seu negócio é atrair novos clientes a partir da oferta de acontecimentos exclusivos e eternamente memoráveis, tendo como referência os saberes locais, como a cultura, as lendas, o artesanato, a gastronomia, entre outras manifestações materiais e imateriais únicas e peculiares (Manual [...], 2010, p.7).

A ideia de implementação do projeto de Economia da Experiência na Região da Uva e do Vinho teve seu aporte teórico fundamentado na obra “Sociedade dos sonhos”, de Rolf Jensen (1999)³³, em que o elemento emocional e o valor contido nas histórias locais são vistos como componentes agregadores na oferta de serviços e produtos. Outra obra que fundamentou o projeto foi “Economia da Experiência” de Pine II e Gilmore (1999)³⁴, cujo cerne centra-se em proporcionar experiências únicas e memoráveis aos turistas, em uma abordagem empresarial (Souza; Saad, 2010). Como destacam os autores: “Uma experiência ocorre quando uma empresa usa intencionalmente serviços como palco e mercadorias como acessórios para engajar clientes individuais de forma a criar um evento memorável” (Pine II; Gilmore, 1998, p. 99).

Assim, o turismo de experiência é um nicho de mercado que apresenta uma nova forma de fazer turismo, onde existe interação real com o espaço visitado, mesmo que não seja o ideal, é o real e é o que o turista está em busca. Esta prática turística está relacionada com as aspirações do homem moderno, cada vez mais conectado e em busca de experiências que façam sentido. É uma maneira de atingir o consumidor de forma mais emocional, por meio de experiências que geralmente são organizadas para aquele fim. A ideia é estimular vivências e o engajamento em comunidades locais que gerem aprendizados significativos e memoráveis (Sebrae, 2015, p. 8).

Carù e Cova (2003), analisam a concepção da palavra experiência no contexto de marketing experiencial e de experiência de consumo em diferentes domínios do conhecimento. No campo da ciência, a experiência, sobretudo, científica baseia-se em fatos e dados objetivos que fornecem conhecimento universal e generalizado. Na filosofia, uma experiência é associada à acumulação de experiência que o indivíduo adquire e se traduz em conhecimento pessoal (senso comum). Na sociologia e psicologia, a experiência é uma atividade cognitiva e subjetiva que permite o desenvolvimento do indivíduo. Já no campo da antropologia e etnologia, a experiência é a forma como os indivíduos vivem a sua própria cultura. A experiência, nesse caso, é singular, interno ao indivíduo, não é diretamente acessível ao pesquisador, que só pode “interpretar o que os sujeitos exprimem oralmente, por escrito ou no seu comportamento” (Carù, Cova, 2003, p. 5). Cada vez

33 JENSEN, R. **The dream society**: how the coming shift from information to imagination will transform your business. New York: McGraw-Hill, 1999.

34 PINE II, B. J.; GILMORE, J. H. **The experience economy**: work is theatre & every business a stage. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

mais, o consumidor contemporâneo tem procurado por destinos turísticos que permitam uma imersão em experiências variadas e estimulem emoções, sentidos e sensações para além de apenas consumir um produto material ou uma marca. “O consumidor é assim visto como um indivíduo emocionalmente envolvido num processo de compra, no qual os aspectos multissensoriais, imaginários e emotivos, em particular, são procurados e apreciados” (Carù, Cova, 2003, p. 6).

Schmitt (2015), apresenta quatro características de marketing experimental que difere da abordagem do marketing tradicional, a saber: a) experiências do consumidor, que proporcionam “experiências sensoriais, emocionais, cognitivas, comportamentais e relacionais, que substituem valores funcionais do marketing tradicional”; b) a concepção do marketing experimental voltada para uma visão holística da experiência de consumo; c) clientes movidos por escolhas tanto racionais quanto emocionais d) métodos e ferramentas de análise multifacetados, podendo-se utilizar diferentes técnicas. No campo de estratégias para a gestão de experiências, Schmitt (2015), discorre sobre o Módulo Estratégico de Experiência (SEMS) que incluem experiências sensoriais (SENSE), experiências afetivas (SENTIR), experiências cognitivas e criativas (THINK), experiências físicas, comportamentais e de estilos de vida (ACT), e experiências de identidade social que resultam da relação com um grupo ou cultura de referência (RELATE).

Para Larsen (2007), a experiência turística relaciona-se com as expectativas do indivíduo que apresentam fenômenos como “motivação, sistemas de valores e atitudes, traços de personalidade, autoestima e estados de afeto como humor e emoções” (Larsen, 2007, p. 9). A experiência turística pode ser analisada como uma função de processos psicológicos individuais, altamente complexos, principalmente, quando se refere a processos de memória, de percepção e de expectativas. A experiência turística é, portanto, um evento passado que foi suficientemente significativo para ser armazenado na memória de longo prazo (Larsen, 2007). Uma experiência memorável ou extraordinária diferencia-se de uma experiência ordinária, essa correspondente à rotina da vida quotidiana e de mera aceitação passiva dos acontecimentos (Carù, Cova, 2003).

Gao, Scott e Ding (2016), analisam como os atributos de um destino se ligam para expressar um tema e como estes atributos criam valor para um turista, tendo

como base o quadro da experiência de Pine II e Gilmore (1998) e seus elementos temáticos: atmosfera, interação e recordações. Como afirmam Gao, Scott e Ding (2016, p. 4): “Um tema eficaz é dramático e pode ser uma ideia, um assunto ou um ‘algo’ subjacente e permeável que determina os elementos aplicados para criar o contexto da experiência”. Para Pine II e Gilmore (1998), o tema deve direcionar todos os elementos de design e de eventos de forma a criar um enredo unificado de experiência que cativa o cliente.

A concepção física da atmosfera de um local de destino turístico pode influenciar a experiência do turista no sentido temático. Atributos do ambiente podem incluir temperatura, cheiro, ruído, música, iluminação, design, arquitetura. “Num ambiente experiencial, tanto os aspectos tangíveis como intangíveis do espaço visitado podem ser construídos simultaneamente através do ‘olhar’ do turista, da sua percepção e da experiência” (Gao, Scott e Ding, 2016, p. 6). O elemento interação pode proporcionar experiências agradáveis tanto na relação do turista com os receptores/residentes locais e guias de um destino turístico quanto na interação turista-turista. Experiências agradáveis são lembradas e armazenadas na memória pelo turista e adquiridas para recordar com a compra de um artefato cultural ou representações do ambiente visitado. O marketing experimental, portanto, concentra-se em proporcionar experiências memoráveis para os consumidores de forma a gerar uma conexão emocional com marcas de produtos e serviços turísticos.

Em uma revisão de literatura, Cutler e Carmichael (2010), apresentam os elementos que influenciam a experiência turística. Os elementos exteriores ao indivíduo envolvem os ambientes físicos, espaciais e geográficos do destino; os aspectos sociais da experiência como as interações com outros turistas e a relação hóspede e anfitrião; e a influência dos produtos e serviços que incluem a qualidade dos serviços, atividades de lazer e tipos de produtos disponíveis. Os elementos no domínio pessoal e interior ao indivíduo envolvem aspectos como motivação e expectativa, conhecimento, memória, percepção, emoção e autoidentidade. Tanto elementos exteriores quanto pessoais influenciam na satisfação ou insatisfação de uma experiência turística. As motivações podem estar associadas, principalmente, à fuga da rotina diária e do estresse ou pelo fator de atração dos destinos como as paisagens e atividades oferecidas, além de outros fatores motivacionais como

aventura, relaxamento, lazer, exploração de si próprio, prestígio, interações pessoais, novidade, aprendizagem, etc. Por sua vez, o conhecimento relaciona-se com o aspecto cognitivo da experiência turística que envolve aprendizagem e educação. Cutler e Carmichael (2010, p. 18), sintetizam quatro categorias de aprendizagem e de desenvolvimento de competências na experiência turística:

- Desenvolvimento Cognitivo: descoberta de conhecimentos e competências mentais.
- Desenvolvimento afetivo: descoberta de sentimentos ou respostas emocionais.
- Desenvolvimento psicomotor: descoberta de habilidades manuais ou físicas
- Desenvolvimento pessoal: descoberta do eu.

Já a memória é o aspecto mais influente da experiência turística e pode ter relação com outros fatores como a percepção e a emoção, bem como, com a interpretação da experiência por meio do discurso narrativo turístico e atribuição de significado, que influencia na avaliação de uma experiência, assim como, pode moldar a autopercepção e autoidentidade do turista na relação do indivíduo com a sociedade e outras culturas (Cutler e Carmichael, 2010).

Pine II e Gilmore observam que as experiências são inerentemente pessoais para o indivíduo, que se envolve em um nível físico, emocional, intelectual ou espiritual nas experiências turísticas. “Assim, duas pessoas não podem ter a mesma experiência, porque cada experiência deriva da interação entre o evento encenado (como uma peça teatral) e o estado de espírito do indivíduo” (Pine II; Gilmore, 1998, p. 99). Os autores definem a experiência em quatro categorias: entretenimento, educação, escapismo e estética. Experiências de entretenimento implicam uma participação mais passiva e de absorção; educação implica experiência ativa e de absorção; escapismo proporciona experiência ativa e de imersão; e estética, passiva e de imersão. Pine II e Gilmore (1998), ainda apresentam cinco principais princípios de design de experiência para criar experiências memoráveis: ter um tema bem definido associado ao design de experiência que proporcione resultados duradouros e memoráveis; criar impressões positivas que forneçam pistas memoráveis, baseadas no tema do design; eliminar sinais negativos que diminui, contradiz ou desvia a atenção do tema; criar demandas de recordações memoráveis das

experiências positivas como cartões postais, camisetas, etc; envolver os cinco sentidos em uma experiência turística (tato, cheiro, som, visão, sabor).

Ademais, da concepção convencional, os serviços turísticos foram ampliados, incorporando experiências baseadas em características territoriais que envolvem a cultura, o patrimônio, a paisagem e as populações anfitriãs. Turistas estão cada vez mais exigentes e vêm procurando cada vez por experiências memoráveis, emocionais, sentimentais, sensoriais, espirituais, intelectuais que incluem lazer, cultura, educação e interação social. “O turista que busca experiências é aquele que quer fugir, descobrir, curtir e se conectar com a população local e seus costumes; mais do que comprar pacotes turísticos, compram-se histórias para viver e contar” (Rivera Mateos, 2013, p. 200). A experiência turística, portanto, é pessoal que interfere no cotidiano do sujeito e impacta em acontecimentos únicos e memoráveis. Rivera Mateos (2013), observa a importante contribuição que o turismo experiencial pode proporcionar aos turistas de forma satisfatória e enriquecedora por meio das relações sociais e interculturais, capaz de promover a diversidade, o autoconhecimento e o conhecimento do outro.

Por fim, cabe salientar que a metodologia do Projeto de Economia da Experiência implementado na Região da Uva e Vinho foi expandida na nova fase, em 2008 e 2009, para outros destinos turísticos brasileiros como Belém (PA); Bonito (MS); Costa do Descobrimento (BA) e Petrópolis (RJ). O projeto baseia-se uma rede de cooperação de empreendimentos inovadores, incluindo a valorização das peculiaridades históricas e culturais de cada região. Como destacado:

Um dos maiores desafios, portanto, foi propor que os empresários passassem a se sentir parte da história de sua região e, acima de tudo, que se sentissem valorizados e motivados a aumentar sua competitividade, pois determinadas peculiaridades regionais só podem ser vivenciadas ali, no seu destino, tornando-os personagens de um espetáculo único, no qual o cliente deve ser o protagonista (Souza; Saad, 2010, p. 140).

Em uma pesquisa realizada com turistas, foram destacados como fatores determinantes de uma experiência turística memorável a “interação com a população local; abstração = desligar-se de tudo; sentidos e emoções; vivência da cultura; contemplação e interação com a natureza; pequenas experiências = grandes momentos; crescimento pessoal; autoconhecimento” (Souza; Saad, 2010, p. 33). A

Região da Uva e Vinho foi incluída na fase de continuidade do projeto de Economia da Experiência, para retomar etapas anteriores e implementar novas etapas como a gestão mercadológica e a sustentabilidade, com o tema “Um brinde à natureza e à cultura. Experimente...” (Souza; Saad, 2010, p. 121). As etapas metodológicas do projeto incluíram: 1. ações preparatórias de sensibilização e mobilização com lideranças regionais, governança local e possíveis parceiros como grupos culturais, artesãos e associações de profissionais; 2. reconhecimento da situação atual que “buscou a identificação das principais características do destino, tais como seus aspectos sócio-culturais, seu patrimônio natural, seu sistema de organização, assim como o nível de seu desenvolvimento turístico” (Souza; Saad, 2010, p. 29); 3. apresentação e desenvolvimento do conceito de economia de experiência com “palestras, workshops e uma viagem técnica para *benchmarking* dos empresários envolvidos” (Souza; Saad, 2010, p. 35). Essa etapa incluiu palestra de história e cultura, workshop de criatividade, inovação ou tematização; palestra de tematização na gastronomia e oficina de como encantar clientes contando histórias; 4. aplicação do conceito com encontros individuais entre consultores e empreendedores que resultou no Plano de Inovação; 5. gestão mercadológica com “estratégias de comercialização e divulgação dos novos produtos e serviços” (Souza; Saad, 2010, p. 37); 6. definição de ações de sustentabilidade do projeto com a criação de um Comitê Gestor Nacional e Comitês Locais. Nesse contexto, portanto, se insere o Filó de Vila Flores com outros empreendimentos locais como Casa do Artesão, Pousada dos Capuchinhos, Vila do Pão, L’Arte Ceccato Artesanato e restaurantes temáticos, em uma estratégia de proporcionar uma experiência memorável com base na história e cultura de matriz italiana. Contudo, vale ressaltar que o turismo de experiência fundamenta-se em uma abordagem teórica mercadológica que pode trazer problemas ao patrimônio cultural como a massificação do turismo e, principalmente, a espetacularização cultural (Carvalho, 2010) voltada ao consumismo e a conseqüente perda de autenticidade das práticas culturais.

5 MUSEOLOGIA SOCIAL & DESENVOLVIMENTO LOCAL

O entendimento de conceitos museológicos e patrimoniais, especificamente, de museologia social e da musealização, contextualizados em uma dinâmica de território patrimonial serão apresentados nesta seção como conceitos norteadores para uma proposta reflexiva sobre a contribuição da museologia como disciplina teórica para entrelaçar percursos práticos possíveis no contexto social e cultural do Filó de Vila Flores, RS. Parte-se de entender o próprio conceito de museu, a partir da definição atual e recente, aprovada em 24 de agosto de 2022, pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), durante a 26ª Conferência Geral do ICOM em Praga:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM Brasil, 2022, online).

A nova definição de museu traz mudanças significativas incluindo termos como inclusão, acessibilidade, diversidade, sustentabilidade, ética, além de trazer a dimensão social da museologia com a participação da comunidade. O modelo de museu clássico, ou museu tradicional, centrado na coleção, no prédio e no visitante, e, que foi por um longo tempo permeado por decisões de classes hegemônicas, “sofreu duras críticas no final do século e novos formatos de museus, pautados no princípio da participação dos agentes sociais no ambiente museológico, ganharam destaque, tais como o museu de território e os museus comunitários” (Alves; Scheiner, 2012, p. 56).

Scheiner (1999), esclarece que pensar o museu na contemporaneidade implica em admitir o museu como fenômeno “capaz de assumir diferentes formas e apresentar-se de diferentes maneiras, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento de cada sociedade” (Scheiner, 1999, p.162). Alves e Scheiner (2012) destacam que hoje há vários modelos de museus que coexistem: museus tradicionais, comunidades musealizadas e museus virtuais. As comunidades

musealizadas, “onde o patrimônio é operado como um valor-refúgio, por meio do qual certos grupos sociais reportam ao passado para reforçar a ancoragem identitária” (Scheiner, 2012, p. 59), constituem modelos contemporâneos de museus.

A museologia social, conforme apresentado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), evidencia o caráter coletivo e participativo de pesquisa, compreensão, salvaguarda, preservação e divulgação das memórias que sejam relevantes para determinada comunidade ou grupo social detentora de seus referenciais culturais “[...] de forma que cada comunidade possa controlar a narrativa sobre si mesma, fortalecendo sua identidade ao estabelecer as conexões críticas entre o passado, o presente e os futuros desejados” (Ibram, 2023, online). Além disso, a museologia pode centrar seu objeto de estudo em patrimônio cultural, arquitetônico e natural, em contexto externo a uma instituição museológica: “Em outras palavras, há também uma museologia extra-museus” (Mensch, 1994, p. 7).

Para Chagas e Gouveia (2014) toda a museologia e todo museu acontece em sociedade, no entanto, o que caracteriza a museologia social é seu compromisso ético com as dimensões políticas, científicas e poéticas, de perspectiva libertária e comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais. Nesse cenário, o despertar da museologia social veio acompanhado pelos movimentos sociais da década de 60 (Chagas; Gouveia, 2014; Leite, 2015). Como observa Leite (2015, p. 8): “De alguma forma estes movimentos estão a reinventar a prática da discussão democrática e o exercício e a experimentação de novas formas de democracia. Estão a reinventar a democracia participativa”. O propósito da museologia social, assim se insere nessa dimensão democrática e participativa, pensado, problematizado e desenvolvido, com e para a comunidade, em um processo de preservação e comunicação das memórias e heranças culturais, mas também de inovação e transformação social das realidades e dos territórios, que estiveram por muito tempo às margens de processos museológicos hegemônicos.

A Mesa Redonda de Santiago do Chile promovida pelo ICOM/UNESCO em 1972, constituiu um importante marco para a concepção do museu integral e debates sobre a necessidade dos museus tomarem consciência para buscar soluções e atuarem com educação permanente frente aos problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, como condição de integração

à sociedade (Declaração [...], 1973). Tolentino comenta que esse encontro “se tornou, entre muitos profissionais dos museus da América Latina, símbolo da ruptura de uma museologia tradicional, centrada no objeto e que seguia um modelo de museu e de musealização tipicamente europeus” (Tolentino, 2016, p.35). O panorama para uma museologia social também advém da instauração do Comitê Internacional de Museologia (Icofom) em 1976, vinculado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM) fundado em 1946, e associado a Unesco. No contexto do Icofom, passaram a se desenvolver pesquisas, debates e uma ampla divulgação teórica sobre a museologia, deslocando os estudos de uma museologia tradicional para estudos teóricos que levassem em consideração a relação mediadora do homem em seu contexto social, surgindo conceitos como nova museologia, ecomuseus, museologia social ou sociomuseologia (Chagas, Gouveia, 2014; Cerávolo, 2004).

Moutinho (2014, p. 427) esclarece que a Sociomuseologia “assume-se como uma nova área disciplinar que resulta da articulação entre a demais áreas do saber que contribuem para o processo museológico contemporâneo”. A Sociomuseologia, como área disciplinar, preocupa-se com práticas museológicas que são orientadas para o desenvolvimento da sociedade e da humanidade, diferente, das práticas tradicionais dos museus voltadas apenas para as técnicas operacionais das coleções e acervos. Tolentino (2016), no entanto, alerta que a museologia social e a sociomuseologia não podem ser confundidas. A sociomuseologia, de natureza interdisciplinar e teórica, dialoga com outras áreas do conhecimento e a própria Museologia (Moutinho, 2014), e tem como objeto de análise e reflexão as práticas no campo da museologia social, mas também “sobre a atuação dos museus de uma forma geral (Tolentino, 2016, p. 31). A museologia social, por sua vez, relaciona-se com a própria prática da função social das comunidades e territórios aos quais os museus estão integrados.

A museologia social, por sua vez, é uma prática museológica que tem como pressupostos uma museologia que desloca seu foco do objeto para o homem, considerando-o como sujeito produtor de suas referências culturais, e engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades a que serve o museu. Para a museologia social, nas funções básicas de um museu, como preservar, pesquisar e comunicar, que devem ser executadas de forma participativa, os sujeitos sociais são a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural (Tolentino, 2016, p. 31-32).

Moutinho (1993, p. 5) explica que “O conceito de Museologia Social, traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”. E acrescenta:

A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo. O alargamento da noção de património, é a conseqüente redefinição de ‘objecto museológico’, a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das “novas tecnologias” de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada (Moutinho, 1993, p. 5).

Logo, o desenvolvimento cultural e patrimonial emerge para uma dimensão social da museologia, que tem como princípio a participação da comunidade na preservação de sua singularidade, de seus fluxos culturais e de suas memórias.

O propósito do novo museu é nada menos do que recuperar o patrimônio do esquecimento cultural de todos os povos, convidando-os a comprometer-se com a tarefa de preservá-lo, valorizá-lo, usá-lo e divulgá-lo para que todos possam ter acesso a ele” (Hernandez, 2006, p. 107).

A inquietação por um novo pensar e fazer museológico, repercute, igualmente, após a publicação do livro “Os museus no mundo³⁵” (1979), principalmente, com a entrevista³⁶ concedida por Hugues de Varine, no mesmo livro, em que critica a abordagem colonialista da origem e do desenvolvimento dos museus em países não europeus (Chagas, Gouveia, 2014).

Esse diagnóstico elaborado com frieza por um intelectual europeu que tinha (e continua tendo) centralidade no mundo dos museus trazia, especialmente para os mais jovens, um conjunto de desafios que passavam pela construção de uma nova ética e de uma nova política museológica, pela produção de novos saberes e fazeres museais, incluindo aí uma nova abordagem historiográfica, uma nova construção teórica, uma nova

35 ROJAS, R.; Crespán, J. L.; Rallero, M. **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979. 143p.

36 VARINE-BOHAN, H. Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. In: ROJAS, R.; Crespán, J. L.; Rallero, M. **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979. 8-21p., 70-81p.

configuração museográfica e uma nova forma de lidar com as pessoas (Chagas, Gouveia, 2014, p. 10).

Hugues de Varine esteve diretamente envolvido com a criação e o desenvolvimento do Ecomuseu *Le Creusot Montceau*, na França, na década de 1970. Citando Paulo Freire como “um dos melhores pedagogos do mundo atual”, Varine menciona que a museologia deve ser libertária (Chagas; Varine, 2014, p. 242). Referenciando suas experiências práticas com a nova museologia, Varine explica que a museologia comunitária “[...] preocupa-se em libertar as próprias pessoas da alienação cultural, ou liberar sua capacidade de imaginação ou iniciativa, ou liberar a consciência dos seus direitos de propriedade sobre seu patrimônio, tanto material quanto imaterial” (Chagas; Varine, 2014, p. 32). Para o autor, a comunidade deve estar diretamente envolvida com o processo de tomada de decisões, de identificação e administração dos recursos locais, sejam econômicos, naturais, patrimoniais (Chagas; Varine, 2014), ou seja, “mais do que existirem para os objetos, os museus devem existir para as pessoas” (Guarnieri, 2010, p. 145).

Tais iniciativas, mobilizadas por uma transformação no campo museal, contribuíram para o surgimento de ecomuseus, museus comunitários, museus territoriais, museus de favela, museus de percurso (Chagas, Gouveia, 2014), museus de identidade, museus de consciência, museus sem objetos, dentre outros (Leite, 2015), e a consolidação de redes de museologia social no Brasil (Chagas, Gouveia, 2014). Criado em 2013, no Museu da República, a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS-RJ), contou com a participação de diferentes instâncias como museus, ecomuseus, pontos de cultura, pontos de memória, organizações não governamentais, instituições de ensino, profissionais, estudantes e pesquisadores, que teve como norte a XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), realizada em agosto do mesmo ano, no Rio de Janeiro (Chagas; Lardosa; Calixto, 2015; Silva; Januário, 2014).

Leite (2015), relembra a ‘Declaração do Rio’ aprovada no XVI encontro Internacional do MINOM, em 2013:

[...] que defende uma Nova museologia com base nos afetos, na formação de narrativas construídas pelos protagonistas, nos museus como processos políticos, poéticos e pedagógico que sejam simultaneamente protagonistas e cenários de construção de memórias e de sonhos que levam a reconstrução da realidade (Leite, 2015, p. 10-11).

A ampliação no campo museológico, especialmente, da consolidação da museologia social no Brasil, em parte, também ocorreu a partir de políticas públicas decorrentes da Política Nacional de Museus – PNM (2003), do Estatuto de Museus (2009), do Plano Nacional Setorial (2010), e da criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2009, e como decorrência da instituição do Ibram, a criação do Programa Pontos de Memória (Gouveia; Pereira, 2016). “Na estrutura do Ibram, a museologia social inaugurou a correspondência em termos de administração pública, representada por uma coordenação de Museologia Social e Educação e, dentro desta, uma divisão de Museologia Social” (Gouveia, Pereira, 2016, p. 735).

Em suma, a museologia social, como campo de desenvolvimento para a transformação social e sustentável, apresenta características essenciais que norteiam a dinâmica social da relação do homem com museus e patrimônio: a) o museu integral/integrado à comunidade, onde o museu é um agente social e político que interage com a comunidade sobre “os temas de seu interesse atual, evidenciando problemas e potencialidades de solução, e atuando como instrumento dinâmico de mudança social”; b) o desenvolvimento comunitário/local como objetivo de ação museológica, a noção de desenvolvimento comunitário relaciona-se com a “inclusão das comunidades nos trabalhos de preservação e interpretação do patrimônio e à compreensão de que a preservação não é um fim em si mesma, mas um meio, e que seu foco não deve ser o objeto, mas a significação por meio da qual ele se torna herança, posta a serviço do presente”; c) a participação como meio de atingir o desenvolvimento, requer a cooperação entre especialistas de museu e a comunidade, de forma que as comunidades façam parte das tomadas de decisão e sejam capazes de exercer a autogestão e protagonismo de suas heranças culturais; d) a ação em um território, “onde a prática museal é baseada em ações sobre o território de uma comunidade e a totalidade do seu patrimônio. Isso permite interpretar as relações do ser humano com o seu ambiente e a influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e grupos”; e) o patrimônio global (natural, cultural, material, imaterial), “meio fundamental de desenvolvimento, deve ser gerenciado no interesse de todos. A memória coletiva, no museu, é ponto de partida para a transformação da realidade”; f) a educação libertária, “como

apropriação e re-apropriação permanente do patrimônio e como socialização da preservação, é a essência mesma do processo museológico”; g) a dimensão comunicativa, onde “o museu, vivo, também é espaço de construção de experiência por meio do diálogo e exercício da comunicação. É lugar de reconhecimento e recriação das identidades e das culturas dos múltiplos grupos humanos” (Museologia social [...], [2013], online).

Outra importante reunião internacional realizada do I Atelier Internacional Ecomuseus/ Nova Museologia em Quebec, Canadá resultou na Declaração de Quebec de 1984, que retoma os princípios da Mesa Redonda de Santiago do Chile para a nova museologia, “e que daria origem ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia que, a rigor, contribuiu para a produção de um divisor de águas no campo museal (Chagas; Gouveia, 2014, p. 12). Em 2008, foi realizada outra reunião em Quebec na ocasião da 16ª Assembléia Geral do ICOMOS, que resultou “em princípios e recomendações para a preservação do *spiritu loci* através da proteção do patrimônio tangível e intangível, considerado uma forma inovadora e eficiente de assegurar o desenvolvimento sustentável e social no mundo inteiro” (Icomos, 2008, p. 1). O espírito do lugar é assim definido como:

[...] os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar (Icomos, 2008, p. 2).

Essa definição se torna essencial para o delineamento de uma reflexão de espírito do lugar no contexto das memórias coletivas, que tem como base as heranças e práticas culturais tradicionais, no caso, da presente pesquisa, em refletir como a prática do filó relaciona-se com o território de Vila Flores em uma perspectiva de espírito do lugar. Tal perspectiva é retomada na proposta de musealização e desenvolvimento local.

5.1 Conceituando a musealização

O conceito de musealização relaciona-se com a atribuição de valor a objetos que passam a ser musealizados e/ou pela transformação de lugares em museus.

“Segundo o sentido comum, a musealização designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu” (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 56). O termo patrimonialização descreve melhor essa ideia de preservação de objetos e espaços, quando não se trata de um processo museológico. Porém:

De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 57).

O objeto deslocado de seu contexto de origem passa a servir como documento de representação e testemunho de uma realidade. A transferência de um objeto para um contexto museológico por si só não caracteriza a transformação do objeto em musealia³⁷. Um objeto quando separado de seu contexto de origem constitui a primeira etapa de seleção e, por conseguinte, de substituição de uma realidade. Desvallées e Mairesse (2013, p. 58), destacam que a musealização como processo científico envolve o conjunto de atividades de um museu que começa com o “trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.)”. É a partir desse conjunto de atividades que podemos pensar a transformação do objeto em musealia. Nessa compreensão, Brulon (2015) enfatiza que os documentos que acompanham os objetos nos museus atestam as evidências do real e as possibilidades de fala com o público, ou seja, “atestam aquilo que essas evidências podem narrar” (Brulon, 2015, p. 59). Os museus também são discursos que fizeram parte de um processo de construção de autoridade e atribuição de valores. No contexto histórico ocidental, Brulon analisa a criação dos museus como instrumento de disseminação de valores fundamentais de uma cultura hegemônica. A musealização, assim, era a finalidade a ser alcançada pelos processos ideológicos que constituíram as identidades dominantes e, logo, transmissoras do patrimônio

37 Zbyněk Stránský propôs, em 1970, o termo musealia “para designar as coisas que passam pela operação de musealização e que podem, assim, possuir o estatuto de objetos de museu” (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 57).

musealizado (Brulon, 2015, p. 59). Essa cultura de criação de museus hegemônicos e nacionais, transforma-se, como visto, com o advento da museologia social.

Cury (1999), por sua vez, apresenta quatro conceituações sobre o termo musealização: uma delas centra-se na seleção de objetos pela sua valorização que pode ocorrer pela “transferência do objeto de seu contexto para o contexto dos museus ou, ainda, a sua valorização *‘in situ’*, como ocorre nos ecomuseus” (Cury, 1999, p. 52). Essa valorização de objetos, segundo a autora ocorre em quatro momentos. A primeira refere-se à seleção dos objetos para integrarem a uma coleção ou acervo, ou da seleção para a criação de uma “política de formação e definição de critérios de aquisição. É a seleção efetivada pelo ‘olhar museológico’ sobre as coisas materiais” (Cury, 1999, p. 52). O segundo momento de valorização dos objetos dá-se quando os mesmos são inseridos em um contexto museológico. “Nesse segundo momento, musealização é um **processo** que se inicia na valorização seletiva, mas continua no conjunto de ações que visa a transformação do objeto em documento e sua comunicação” (Cury, 1999, p. 53, destaque do autor). Assim, esse processo de musealização refere-se a um conjunto de procedimentos que institucionaliza os objetos selecionados por meio do tratamento museológico ou museal que envolvem a aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação. O terceiro momento da musealização é quando o objeto serve como suporte material de uma ideia. Aqui Cury faz referência aos objetos selecionados para uma exposição, nos quais são escolhidos pelos valores e significados presentes em uma exposição, ou, seja, é a materialização de uma ideia. O quarto momento da musealização é quando os objetos são associados “a outros objetos e recursos sensoriais e organizados em um espaço arquitetônico com vistas à comunicação” (Cury, 1999, p. 54). Assim, como argumenta Cury, a musealização apresenta vários sentidos, como os quatro momentos apresentados, mas que se relacionam entre si. Corresponde “ao processo global que parte da aquisição, chegando à comunicação” (Cury, 1999, p. 55).

A musealização caracteriza-se também como conceito social pela ressignificação e ressocialização de objetos em coleções e museus (Brulon, 2016), adquirindo uma função singular quando “expostos ao olhar” (Pomian, 1984). Brulon

(2016) realiza uma análise teórica da musealização discutidas por Maurice Godelier³⁸ a partir da obra de Marcel Mauss³⁹ (Ensaio sobre a dádiva) permeando relações entre o dar e o receber no contexto museológico e, por sua vez, das trocas culturais e simbólicas que se estabelecem entre objetos musealizados e as pessoas. Os objetos que não podem ser vendidos ou doados, mas, que devem ser guardados, como os objetos sagrados, são apresentados como dádivas e “se apresentam e são vividos como elementos essenciais das *identidades* dos grupos e dos indivíduos que o receberam (Brulon, 2016, p. 45, destaque do autor). Na cadeia museológica, os objetos adquiridos e guardados, são construídos socialmente pelas trocas sociais e culturais e pelo próprio processo de musealização. A performance museal nesse contexto transmite o valor dos objetos cujo artefato desempenha uma ação performática por meio do discurso narrativo que representa e, ao mesmo tempo, pelo valor atribuído pelo olhar do outro. Entre o dar e o receber, os museus:

[...] são apresentação e performance, mais do que um agrupamento de objetos mortos para a sociedade. Essa *performance*, que em contextos museológicos pode ser entendida como fundada na *musealidade* – uma espécie de sacralidade, ou teatralidade produzida nas coisas do real a partir de um olhar exterior –, é um modo de se olhar para as coisas familiares como se elas fossem estranhas, ou, diferentemente, um modo de fazer com que coisas que parecem exóticas e deslocadas aparentem ser familiares (Brulon, 2016, 52).

Oliveira (2015), por outro lado, discorre sobre a musealização do território como estratégia de administração da memória e instrumento de desenvolvimento social para a preservação do patrimônio. Essa proposta de musealização requer a participação ativa da comunidade local para a valorização dos aspectos culturais que formam o conjunto de patrimônio de um local. Oliveira (2015) traz a noção de um conjunto de lugares ou espaços que apropriados e articulados constituem um território. A perspectiva política de território relaciona-se com uma ou várias relações espaciais de poder (pessoa, corporação, Estado). Na perspectiva cultural, o território é uma manifestação simbólica e de construção da identidade de uma comunidade local a partir de seus referenciais culturais. “Nessa linha há uma apropriação social

38 GODELIER, M. *L'énigme du don*. Paris: Flammarion, 2008.

39 MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac. Naify, 2005. p. 185-314.

do espaço por um grupo que estabelece vínculos com ele através de um processo de vivência e conseqüente valorização cultural” (Oliveira, 2015, p. 38).

O processo de musealização de um território compreende o patrimônio inventariado que passa a constituir um acervo museológico. Uma importante etapa nesse processo é a pesquisa que permitirá um conhecimento mais aprofundado das relações sociais da comunidade com determinado patrimônio. Oliveira (2015), salienta que:

A adoção de inventários e de políticas patrimoniais permite que um patrimônio seja conservado ainda que permaneça em uso. Aliás, algumas formas de patrimônio necessitam permanecer em uso para que sejam preservadas, é o caso do patrimônio imaterial (como hábitos alimentares, danças, cantos, ritos, etc.) (Oliveira, 2015, p. 41).

Um território musealizado também necessita ser comunicado por meio de exposições, ações educativas, publicações, ou de mediações aos visitantes sobre os referenciais culturais de uma determinada comunidade. Oliveira (2015), no entanto, alerta que este processo de comunicação patrimonial deve proporcionar uma reflexão crítica para a produção de conhecimento, caso contrário, haverá apenas uma transmissão e “a comunidade acabará servindo ao turista, sendo que a prática museológica perde o sentido para o próprio local em que foi estabelecida” (Oliveira, 2015, p. 41).

Diante da contextualização, o grande desafio que se coloca é pensar a musealização de um ato performático que se tornou um produto turístico. E a partir desta problematização, venho a entrelaçar caminhos possíveis para uma proposta alternativa pela perspectiva museológica e patrimonial.

5.2 Construindo memórias para o desenvolvimento local: contribuições da museologia social

A partir de discussões teóricas relacionados a conceitos museológicos propõe-se a algumas ações educativas referentes ao Filó de Vila Flores, RS sendo, a casa do artesão e o acervo de bens móveis, um espaço potencializador de preservação das memórias de uma prática tradicional e cultural revivificada por membros da comunidade local.

Início por retomar a Lei Municipal nº 2.625, de 30 de maio de 2023, que institui o plano municipal de cultura de Vila Flores para o decênio 2023-2033, em que consta como metas **“2.12 Fomentar, no município, a criação de museus e centros culturais que trabalhem no campo da memória, com a intenção de promover ações de preservação e dinamização dos bens patrimoniais locais”** (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023b, p. 9), **“5.7. Criar e estruturar o Museu da Voz da Cidade de Vila Flores, com a devida qualificação dos espaços físicos, acesso para portadores de necessidades especiais, estruturação de reserva técnica, espaço para pequenas oficinas, palestras e galerias para exposições temporárias, para que ele cumpra suas funções de conservação, pesquisa e difusão da memória cultural da cidade e “5.12. “Criar quadros de funcionários especializados nas instituições culturais municipais visando o pleno funcionamento de museus, arquivos, centros culturais e bibliotecas”** (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023b, p. 14-15).

Essas metas evidenciam a articulação política e cultural de preservação das memórias coletivas e dos recursos patrimoniais no município. Trago para reflexão sobre a prática do filó que abarca um conjunto de referenciais culturais que se relacionam com as memórias coletivas, as lembranças individuais, o cotidiano e o próprio território. Prática originária da conjuntura de organização social dos imigrantes italianos. É no “seio” da comunidade que o filó nasce, se preserva e se comunica por meio daqueles que detém os saberes que foram herdados de gerações passadas. Essa singularidade de preservação das memórias pela continuidade no tempo presente caracteriza-se como um processo de ação museal, ou seja, entendida a partir de uma perspectiva de museologia social e, ao mesmo tempo, alinha-se com a perspectiva de espírito do lugar. Como relatado por Benedita Ceccato, o jeito de ser dos ítalo-brasileiros, por exemplo, de falar com mãos, das festas nas comunidades, pelo seu próprio estilo de ser transmitem o espírito italiano e, conseqüentemente, o espírito do lugar.

A Declaração de Québec (Icomos, 2008), que visa à proteção do espírito do lugar, por meio dos referenciais materiais (artefatos expostos) e imateriais (memórias, conhecimento e valores transmitidos), alinha-se com a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (Unesco, 1989) e a

Convenção de Paris para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003), incluindo expressões artísticas. A Declaração de Québec recomenda o envolvimento das gerações mais novas para a gestão do espírito do lugar, no entanto, esse aspecto se apresenta como frágil para a manutenção do Filó de Vila Flores a longo prazo. Uma das estratégias de envolvimento dos jovens pode ser pela transmissão formal do espírito do filó considerando o engajamento deles com as tecnologias e mídias digitais.

O espírito de lugar pode ser analisado a partir da correlação dos referenciais culturais presentes no filó e o próprio território, a exemplo: da relação das histórias relembradas sobre a imigração e colonização italiana com a preservação das comunidades interioranas ou núcleos coloniais; do mito do colono trabalhador; da manifestação da fé com a Vila Capuchinhos, as celebrações religiosas, as capelas tombadas como patrimônio histórico e os capiteis; das canções entoadas e relembradas em festas e eventos culturais; da polenta presente nos buffets dos restaurantes; do artesanato produzido e vendido na Casa do Artesão e na L'Arte Ceccato; dos momentos de lazer com torneios municipais. Alguns municípios próximos como Vista Alegre do Prata, Protásio Alves, Bento Gonçalves, Caxias do Sul costumam realizar campeonatos do jogo de mora, em geral, com envolvimento de pessoas com mais idade. Esse dado reflete a importância de jovens aprenderem a arte da mora, um jogo que ainda se mantém vivo em virtude do saber de pessoas de mais idade, mas que corre o risco de extinção. No caso de Vista Alegre do Prata, há mais envolvimento de jovens em campeonatos de mora porque no município este saber é ensinado desde a escola.

No entanto, entende-se que a preservação e proteção legal de uma prática tradicional precisa ser pensada em sua concretude, com a adoção de consultorias e reuniões de diferentes especialistas e, sobretudo, do envolvimento da comunidade local, para programas de treinamentos e políticas jurídicas (Icomos, 2008), tanto quanto de políticas culturais e inventário participativo. Ademais, a comunicação interativa e envolvimento dos grupos culturais tradicionais da comunidade constituem os melhores meios de preservação do espírito do lugar (Icomos, 2008, p. 4). Há também de se levar em conta que, atualmente, a transmissão da tradição do Filó de Vila Flores é realizada por um grupo de pessoas de terceira idade. A questão

que se coloca é como engajar os jovens para a comunicação de uma herança para o futuro? Nesse sentido:

Reconhecendo que a transmissão intergerações e transcultural desempenha um papel importante na disseminação sustentada e na preservação do espírito do lugar, recomendamos a associação e o envolvimento das gerações mais novas, bem como de grupos culturais diferentes associados ao lugar, na tomada de decisões políticas e gestão do espírito do lugar (Icomos, 2008, p. 4).

Varine (2013) observa que “todo plano patrimonial que não inclua de maneira estrutural os jovens da comunidade, de modo igual ao das outras classes de idade, está condenado ao fracasso em longo e em muito longo prazo” (Varine, 2013, p. 125). Por outro lado, é necessário problematizar a performance do filó como meramente um produto turístico. Compreende-se a importância do turismo para o desenvolvimento local, de geração de renda, e mesmo como meio de preservação do patrimônio cultural, porém, exige uma gestão equilibrada de modo a não transformar o Filó em um produto artificial. Essa cautela se faz bastante necessária, pois o artificialismo cultural acarreta perda de significado e valores simbólicos presentes na materialidade e imaterialidade das heranças culturais e, portanto, de risco de perda do sentido de espírito do lugar.

Logo, a musealização do filó vem como proposta alternativa em face ao turismo. Aqui não se propõe a extinção da performance para os turistas, mas, complementarmente, a aplicação de um projeto de museu de memória no espaço da Casa do Artesão em que ocorre a performance. Além disso, entende-se que os filós adaptados para as crianças poderiam ser de fruição gratuita para o público-alvo, sendo os custos subsidiados pelo poder público e/ou privado. O próprio espaço do filó possui objetos dotados de significados e valores que se relacionam com manifestações culturais italianas e seu território. Musealizar esses espaços, por sua vez, requer o processo de ações museológicas de pesquisa, conservação, documentação e comunicação, além de servir como espaços de ações educativas que envolvam os jovens na produção do conhecimento por meio de educação patrimonial. Nesse contexto, salienta-se ações de educação patrimonial que vem sendo desenvolvido por meio do projeto “Pulando janelas”, com envolvimento de escolas dos municípios da serra gaúcha (Menin; Spagnolo, 2018).

A musealização da performance do Filó de Vila Flores pode ser efetivada por meio de registros textuais, fotográficos e/ou audiovisuais, baseada em rodas de memórias e realizada por jovens e demais habitantes de Vila Flores com supervisão e mediação de um museólogo, alinhando assim, a documentação com educação patrimonial. Complementarmente, pode ser realizado o registro da documentação das canções italianas e sua interpretação e do processo manual da arte de fazer *dressa*. A proposta de musealização do filó vai muito além de tornar a Casa do Artesão em um espaço estático. Antes de mais nada, como lugar de memória, deve servir como um espaço de problematização e reflexão, com ações contínuas de educação museal com o envolvimento de jovens e demais grupos sociais e culturais. Isso também implica considerar a inclusão e a diversidade cultural do território, de grupos sociais de diferentes etnias. Conforme relato de Benedita sobre o público visitante do filó:

A maior parte do público é de classe média alta, que vem de todas as partes do estado e do Brasil. Além disso, percebe-se que é um acontecimento não restrito somente à cultura italiana, pois já passaram por lá pessoas de diferentes etnias e origens culturais, como por exemplo: japoneses, alemães, poloneses, argentinos, portugueses, negros quilombolas, italianos da Itália. Hoje, a maior procura é a dos descendentes de imigrantes italianos brasileiros (Ceccato, 2011, p. 42).

Assim, algumas dinâmicas museais e educativas podem ser propostas para tornar o espaço do filó em um centro ativo de atividades culturais para problematizar a invisibilidade dos demais grupos étnicos na serra gaúcha. Varine (2013) sugere que:

O patrimônio pode ser também utilizado, no plano local, para ajudar no acolhimento e na integração de populações marginalizadas, imigrantes, refugiados, pela confrontação entre o patrimônio próximo ao lugar de acolhimento e de vida e o patrimônio de origem, trazido ao menos virtualmente de outros lugares (Varine, 2013, p. 95).

Além disso, pode se pensar em ações como: catalogar e classificar os objetos com descrição em *talian* e tradução para o português; ministrar aulas de *talian* aos jovens; realizar torneios de bisco, *trissete*, quatrilha e escova; ensinar aos jovens a arte do jogo da mora, de fazer *dressa*, de fazer polenta (tendo em vista que o local conta com uma estrutura de cozinha em um segundo ambiente); promover rodas de

lembranças gravadas e trocas de saberes sobre o patrimônio imaterial com os atores locais (Varine, 2013); envolver a população em criação de curtas sobre o patrimônio cultural de Vila Flores, enfim, entre tantas outras possibilidades que podem tornar o espaço dinâmico. Projetos podem ser retomados com trabalhos que já foram realizados anteriormente como: a) Projeto Tecendo histórias que levaria até as escolas e as comunidades do interior, histórias, anedotas, curiosidades sobre a imigração italiana e seus costumes, e criação de concurso de poesias e versinhos sobre o Filó, em italiano ou mesmo, dialeto vêneto; b) Uma tarde no filó: que contaria com visitas à Casa do Artesão e ao filó, direcionada especificamente para as crianças do município, incluindo a arte de fazer a *dressa* e jogar o jogo da mora; c) Final da semana do filó com jogos e brincadeiras como jogo da mora, a brincadeira do chinelo de três, brincadeira do trenzinho, entre outros; d) Filó Itinerante que seria levado para as comunidades; e) Experiência virtual: participação dos jovens para divulgar o filó nas redes sociais e criação de uma rede de Filós (Ceccato, 2011).

Outro importante projeto a ser retomado e que consta como uma das metas do plano municipal da cultura é o museu da voz, que tem por propósito registrar depoimentos de pessoas idosas sobre a história da vida deles e do próprio município (Fiori, 2024). Esse tipo de ação museal torna-se relevante no sentido de compreensão da memória coletiva (Halbwachs, 1990). Os registros já realizados necessitam ser tratados e convertidos de disquetes para mídias tecnológicas duráveis, além de se realizar a coleta de novos depoimentos para a salvaguarda da memória social da população de Vila Flores. Esse trabalho requer o envolvimento de profissionais como museólogos.

Salienta-se também a importância que o trabalho no campo patrimonial envolva a comunidade local e especialistas do patrimônio. A designação de título ao município de Vila Flores de Capital Estadual do Filó, instituída na esfera da Assembleia Legislativa, sem o envolvimento de profissionais do patrimônio torna a designação apenas uma decisão política. Para Benedita Ceccato, o Filó de Vila Flores é original porque inclui a história de Vila Flores, diferente de outros filós que tem apenas música, janta, sem muita história local, sendo apenas uma festa, como ela comenta. Tal percepção torna-se significativo se formos avaliar a integração dos elementos culturais com seu contexto histórico de localização para o

desenvolvimento local. E uma importante ferramenta no processo de identificação e reconhecimento das referências culturais presentes em determinados territórios é o inventário participativo:

O **Inventário Participativo** é uma ferramenta de **Educação Patrimonial** com objetivo de estimular as discussões sobre patrimônio cultural, assim como, fomentar que as próprias comunidades busquem identificar e valorizar suas referências culturais. Por meio desse instrumento, a comunidade é **protagonista** para inventariar, descrever, classificar e definir bens culturais, além de levar o tema da preservação do patrimônio cultural a um entendimento mais amplo. Dessa forma, abrange territórios, sociabilidades e o direito ao espaço público como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, democracia, participação social e melhoria de qualidade de vida (Iphan, [20--], online, destaque do autor).

O trabalho do inventário participativo requer uma ampla pesquisa de campo para identificação, registros audiovisuais, fotográficos, anotações em cadernos de campos e preenchimento das fichas de inventário que são compostas por: ficha do projeto, ficha do território, fichas das categorias (lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes), ficha das fontes pesquisadas, ficha do relatório de imagem e ficha do roteiro de entrevista (Iphan, 2016). O inventário é um das etapas essenciais para encaminhamento de requerimento para o reconhecimento e registro de bens culturais imateriais junto a instituições como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) e/ou Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por fim, considerando que a técnica do trabalho artesanal é singular para cada grupo cultural, e que alguns saberes são únicos para determinado grupo como os descendentes italianos, recomendo o início de novas pesquisas para encaminhamento de registro da *dressa* e do jogo da mora como patrimônio imaterial.

5.3 Gestão cultural e turística do Filó de Vila Flores para o desenvolvimento local

O Filó de Vila Flores, como demonstrado, é uma prática teatralizada artística e reveste-se em uma nova abordagem que visa à transmissão de uma prática tradicional que proporciona aos turistas uma experiência memorável no contexto da economia de experiência. Logo, a perspectiva de uma governança sustentável para

a preservação e valorização de tradições culturais no contexto do turismo cultural e de experiência, sobretudo, de projetos pioneiros como *Tour da Experiência*, prevê uma gestão estratégica integrada e articulada, em uma rede de cooperação entre poderes público, privado e a comunidade local, consolidando um verdadeiro ecossistema regional de turismo. É, portanto, basilar que grupos sociais como os membros atuantes no Filó de Vila Flores estejam inseridos em uma abordagem participativa, desde a fase de planejamento, da gestão econômica de transmissão de seus saberes, fazeres e práticas culturais. Salete Fiori⁴⁰ relata que a consolidação do turismo em Vila Flores iniciou em 1997, quando ela esteve à frente do turismo, e a prefeitura municipal se associou à Atuaserra. Na época foram realizadas diversas capacitações e reuniões com empreendedores, poder público e a população, inclusive comunidades do interior. Foi realizado um levantamento das potencialidades culturais e naturais de Vila Flores. Algumas pessoas que tinham interesse em desenvolver o turismo em suas propriedades acabavam não tendo condições, enquanto outros que tinham condições não se interessaram. É dessa época que o Filó se consolida como evento turístico e impulsiona o turismo no município. “Filó foi o pioneiro que começou a atrair por ser uma vivência cultural histórica cultural” (Fiori, 2024). Salete explica que Vila Flores está em primeiro lugar de atração turística dos municípios que integram o roteiro Termas e Longevidade. Tal fato se dá, principalmente, pelos elementos históricos culturais associados ao turismo.

Por outro lado, tendo em vista que o turismo experiencial é norteado por marketing, design e economia da experiência, faz-se necessário que o uso do patrimônio histórico, natural, cultural e das tradições estejam alinhadas com as boas práticas de preservação e políticas culturais. Ressalta-se, dessa maneira, que a relação entre turismo e patrimônio deve ser avaliada com cautela, de modo a considerar os riscos dos destinos turísticos produzirem experiências artificiais que possam descaracterizar a essência dos fluxos culturais⁴¹ locais, transformando

40 Entrevista realizada com Salete Fiori em 17/04/2024. Salete esteve à frente do turismo em 1997, quando se consolidou o roteiro turístico Termas e Longevidade na serra gaúcha e o município se associou à Atuaserra.

41 Conforme salienta Albuquerque Jr. (2007): “O que chamamos de cultura, conceito que por seu uso no singular já demonstra sua prisão à lógica da identidade, é na verdade um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitaram fronteiras, que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo, da irrupção, do acasalamento. Na verdade nunca temos cultura:

patrimônios e tradições em uma espécie de “Disneylandização” (Silva, 2000). Varine (2013) saliente que:

Uma utilização turística com motivação unicamente econômica pode alienar por longo tempo uma parte importante do patrimônio comum. Uma utilização artística no quadro de atividades culturais pode gerar deformações do patrimônio ou de sua significação para as pessoas. É preciso, assim, ver além da pura programação em curto e médio prazos e se perguntar quais serão as consequências da ação empreendida (Varine, 2013, p. 122).

Se, por um lado, o turismo cultural e de experiência fomenta a possibilidade de obter recursos financeiros para a preservação e difusão dos recursos patrimoniais, imateriais e materiais, por outro, o patrimônio como recurso turístico pode acarretar espetacularização cultural (Carvalho, 2010), a exemplo do que ocorre com o turismo em Gramado⁴². Salette Fiori (2024) concorda que o perigo do turismo é quando este se intensifica como Gramado e pode trazer uma série de problemas. Alguns desses problemas, já existentes em Gramado, estão relacionados à massificação do turismo que aumenta o fluxo turístico e, conseqüentemente, a capacidade de sobrecarga da estrutura urbana, a degradação ambiental, a desvalorização e deterioração do patrimônio cultural, a especulação imobiliária e o alto custo de vida (Oliveira; Durán Rocca, 2020).

Para que os esforços na preservação do patrimônio cultural tenham sentido, o contato do visitante com o recurso patrimonial deve transcender a superficialidade fugaz das *selfies*. É importante que o patrimônio cultural seja usufruído de maneira contextualizada, com informação precisa e responsável, sem ser entregue, vendido e consumido nos termos de um turismo que o “despoja de significância” e nega sua impreterível dimensão crítica (Oliveira; Durán Rocca, 2020, p. 60).

Embora os orçamentos municipais sejam limitados, deve-se priorizar a manutenção e qualificação de espaços e equipamentos culturais de propriedade pública. No que refere-se aos serviços de comunicação turística, destacam-se as

temos trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais. As classes ou grupos sociais hegemônicos é que, muitas vezes, querem fazer de suas manifestações culturais a cultura” (Albuquerque Jr., 2007, p. 17).

42 Gramado tornou-se o principal destino turístico do estado do Rio Grande do Sul e, inclusive, uma das cidades mais visitadas a nível nacional. Contudo, a cidade foi criando novos atrativos turísticos sem conexão autêntica com a história e cultura local. Uma das principais críticas a Gramado é justamente essa criação artificial de cenários, eventos, lugares e museus com o único objetivo de atrair turistas.

placas de informações turísticas que acompanham os principais pontos turísticos de Vila Flores, disponibilizando, dessa forma, uma infraestrutura adequada de sinalização. No entanto, algumas placas necessitam ser trocadas devido ao desgaste das informações fixadas com a exposição ao sol e à chuva. No que refere-se aos eventos culturais e religiosos, essas contam com ampla divulgação dos meios de comunicação regionais, como rádios e jornais. Porém, observou-se que no site da Prefeitura de Vila Flores, essencialmente, no menu do turismo, as informações são bastante limitadas, não contemplando boa parte dos principais pontos ou patrimônios históricos culturais. É necessário considerar que para pesquisadores e turistas, o sítio da prefeitura é o primeiro ponto de partida de busca por informações. Por outro lado, sites de serviços turísticos como da Atuaserra e Termas da Longevidade oferecem informações turísticas locais e regionais mais completas. Quanto aos serviços de transporte, verificou-se que tanto os serviços rodoviários quanto os serviços de táxi podem gerar imprevistos indesejáveis, principalmente, aos turistas que não utilizam as agências de viagens que realizam excursões para grandes grupos. Não existe uma rodoviária formal, apenas um local de parada para os ônibus intermunicipais, que exige que o viajante já tenha comprado sua passagem antecipadamente em plataformas online. Do mesmo modo, os serviços alternativos de transporte, como táxi, operam em horários limitados. Dificilmente, consegue-se um taxista que faça viagens à noite. Tais fatos, também dificultam que os turistas possam tirar um melhor proveito de destinos patrimoniais mais distantes da região central de Vila Flores, como a visitação às capelas. Desta forma, além da criação de espaços coletivos atrativos à demanda turística, os investimentos devem beneficiar principalmente a população local. A existência de recursos patrimoniais não implica necessariamente que haja uma relação positiva entre turismo e patrimônio, porém, este deve ser o objetivo a ser almejado. Nesse sentido, aos gestores culturais, portanto, cabe a importante missão em articular o equilíbrio entre patrimônio e turismo, de forma a avaliar e mitigar os possíveis riscos, levando em consideração as recomendações das cartas e declarações patrimoniais propostas por instituições e organizações nacionais e internacionais como Iphan, Icomos e Unesco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou entrelaçar reflexões sobre a potencialidade do Filó de Vila Flores, RS como recurso patrimonial para o desenvolvimento local desde uma perspectiva museológica e do espírito do lugar. Para tanto, a metodologia fundamentou-se em pesquisa etnográfica, complementado com pesquisa de campo, observação direta e entrevistas. O tema centrou-se na abordagem de memórias coletivas que tem as tradições inventadas (Hobsbawm; Ranger, 2008) como fio condutor da preservação de heranças culturais da prática cultural do Filó de Vila Flores. Dessa forma, os valores culturais comuns no imaginário coletivo dos descendentes italianos baseiam-se, principalmente, na construção étnico cultural da memória coletiva (Halbwachs, 1990) do mito da italianidade (Beneduzi, 2004). As lembranças rememoradas pelos membros do filó em sua performance narrativa, que compõe uma memória comum aos seus membros, e aos demais sujeitos da sociedade, como uma construção social, entrelaçam uma memória de pertencimento identitária, uma memória coletiva.

O Filó de Vila Flores traz referentes culturais que são transmitidos aos visitantes por meio da imaterialidade das canções italianas, do simbolismo da polenta, das histórias de imigração e colonização italiana, do tecer de uma cesta, da demonstração de fé, cujos saberes, afazeres e tradições são compartilhadas e reconhecidas pela comunidade local. O campo de análise das práticas tradicionais dos imigrantes e descendentes italianos permite refletir como as mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas ressignificam os modos de fazer e interpretar os elementos culturais para a manutenção e integração dos grupos. Na avaliação do Filó de Vila Flores, a fé, o trabalho, as histórias contadas e a mesa farta, sem faltar o prato principal, a polenta, e a canção *La Bella Polenta*, e a canção *Mérica Mérica*, reforçam sentimentos identitários. A pausa para o jantar é a característica marcante do filó. É o momento de maior interação e socialização, representando a família reunida pra confraternizar. Em seu sentido simbólico representa a *cucagna* e a liberdade que os imigrantes sonharam em encontrar logo que aqui chegaram nos primeiros tempos da migração. O alimento também desempenha uma importante função de intercâmbio cultural e carrega o poder

simbólico de unir pessoas. O alimento também se caracteriza como uma expressão de amor (Salette Fiori, 2024). Esses saberes e valores culturais foram analisados como recursos patrimoniais imateriais que mantêm integração com o território e, principalmente, com o contexto histórico das capelas e dos capiteis como elementos sociais da manifestação da fé, característica marcante dos ítalo-brasileiros. A organização social em torno das capelas apresenta relações simbólicas com os referenciais culturais locais. Destaca-se a presença da Vila Capuchinhos; a produção de artesãos locais representando os saberes e os modos de fazer da comunidade local; a preservação da paisagem natural; além dos referenciais culturais presentes nas canções italianas e gauchescas (hibridismo cultural) e das histórias lembradas na performance do Filó de Vila Flores. Tais recursos patrimoniais dialogam com o contexto da cultura de matriz italiana, entrelaçados com o patrimônio tangível e intangível, de modo a favorecer o turismo local.

Nessa perspectiva, sendo o Filó de Vila Flores parte do roteiro turístico Termas e Longevidade, da microrregião da serra gaúcha, em filiação com a Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), foram discutidos conceitos sobre turismo e patrimônio e suas relações, tratando sobre pontos positivos e negativos que o turismo pode acarretar ao patrimônio cultural. Se, por um lado, o turismo cultural e de experiência fomenta a possibilidade de obter recursos financeiros para a preservação e difusão dos recursos patrimoniais, imateriais e materiais, por outro, o patrimônio como recurso turístico pode acarretar espetacularização cultural (Carvalho, 2010). Para embasar o corpo teórico de temas tão sensíveis buscou-se avaliar cartas e declarações patrimoniais propostas por instituições como Icomos, Iphan, Unesco.

Por fim, o entendimento de conceitos museológicos e patrimoniais, especificamente, de museologia social e da musealização, contextualizados em uma dinâmica de território patrimonial foram apresentados como conceitos norteadores para uma proposta reflexiva sobre a contribuição da museologia como disciplina teórica para entrelaçar percursos práticos possíveis no contexto social e cultural do Filó de Vila Flores. Assim, avaliou-se a casa do artesão, local de performance do Filó de Vila Flores, como espaço de museu de memória viva, em que proponho algumas ações de educação patrimonial que podem ser articuladas para o

desenvolvimento local. Saliento a relevância do inventário participativo para a identificação e reconhecimento de referenciais culturais, essencialmente, da realização de pesquisas aprofundadas para o encaminhamento de registro da *dressa* e do jogo da mora como patrimônio imaterial da cultura de matriz italiana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. *In*: MARCHIORI, G. (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

ALVES, V. M. S.; SCHEINER, T. C. Museu, musealidade e musealização: termos em expansão e construção. *In*: ENCONTRO REGIONAL ICOFOM LAM: termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral, 21., 2012, Petrópolis, RJ. **Anais [...]**. Petrópolis, RJ: ICOFOM LAM, 2012.

ATUASERRA. **Capitel Divino Pai Eterno**. [20--]. Disponível em: https://www.serragaucha.com/estabelecimento_detalhes.php?slug=87_capitel-divino-pai-eterno. Acesso em: 12 jun.2024.

ATUASERRA. **Governança regional uva e vinho**. 2022. Disponível em: <https://www.atuaserra.com/governanca>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BALZAN, C. F. P.; SANTOS, R. J. dos. O cancionero da emigração italiana: poesia oral ressignificada na performance. **Texto Poético**, v. 12, n. 21, p. 9–26, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25094/rtp.2016n21a362>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BAO, C. E. A invenção da italianidade no Brasil: contribuição para um olhar descontínuo. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 27 a 31 de julho de 2015. **Anais [...]**. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434420372_ARQUIVO_BAO,CarlosEduardo__AinvencaodaitalianidadenoBrasil__ANPUH2015.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

BATTISTEL, A. I.; COSTA, R. **Assim vivem os italianos**: vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.

BATTISTEL, A. I.; COSTA, R. **Assim vivem os italianos**: religião, música, trabalho e lazer. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1983a.

BATTISTEL, A. I.; COSTA, R. **Assim vivem os italianos**: a vida italiana em fotografia. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1983b.

BATTISTEL, A. I. **Retratos da colônia**: tomo 2. 2.ed. rev. e ampl. Caxias do Sul: Ed. do autor, 2013.

BNDigital do BRASIL. **Planta das ex-colônias Conde d'Eu, Da. Izabel e novo núcleo Alfredo Chaves**. Autor Júlio da Silva Oliveira, 1885. 1 mapa col. (64 x44 cm). Rio de Janeiro: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, [1992]. Disponível em:

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/44821>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BENEDUZI, L. F. **Mal di paese**: as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'eu (1884-1925). 2004. 324 fl. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14417>. Acesso em: 08 maio 2023.

BENEDUZI, L. F. Nostalgia, alegoria e restus: processos de desconstrução na elaboração identitária vêneta no Rio Grande do Sul. **Textura**, Canoas, n. 11, p. 11-19, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/753/575>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BENEDUZI, L. F. Caminhos de memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 40-55, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2009.1.5791>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BENEDUZI, L. F. Bens culturais, mercado e italianidade: memórias da imigração no Rio Grande do Sul. **Em questão**, Porto Alegre, v. 26, edição especial. Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, p. 93-120, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245260.93-120>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BERGAMASCHI, H. D. E. Propriedade: identidade e cultura regional. *In*: GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (Org.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Educus, 2007.

BERNINI, I. M. **Ndemo far la Mérica**: a contribuição do talian para o patrimônio cultural brasileiro. 2021. 128 fl. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/232163>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOUDON, R.; BESNARD, P.; CHERKAOUI, M.; LÉCUYER, Bernard-Pierre. **Dicionário de sociologia**. Tradução de António J. Pinto Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. p. 7-16. (Coleção Memória e Sociedade).

BRASIL. Congresso. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3551 de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Tour da experiência**: cartilha completa. Brasília: Instituto Marca Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br> Acesso em: 25 jul. 2023.

BRITO, M. A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil. *In*: BRITO, M. (Org.). Dimensão turística no Brasil e Região Sul: oportunidades e desafios para a gestão patrimonial. **Revista do Patrimônio do IPHAN**, Brasília, DF, n. 40, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revistadopatrimonio40web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRULON, B. Caminhos modernos da musealização: a fabricação da musealia no Ocidente. **Revista Tempo Amazônico**, v. 3, n. 1, jul. a dez. 2015, p. 42-61. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1790. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRULON, B. Entendendo a musealização como conceito social: entre o dar e o guardar. *In*: MENDONÇA, E. De C. (Org.). **Museologia, musealização e coleções**: conexões para reflexão sobre o patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO: Escola de Museologia: Secretaria Municipal de Cultura: Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, 2016. p. 38-54. Disponível em: <http://www.ecomuseusantacruz.com.br/uploads/Publicacoes/06c6bb6680c8ad7ff11a7b7ea462ce9e.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CARVALHO, J. J. de. 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. **ANTHROPOLÓGICAS**, v.21 n. 1, p. 39-76, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/23675>. Acesso em: 31 dez. 2024.

CARÙ, A.; COVA, B. Revisiting consumption experience: a more humble but complete view of the concept. **Marketing Theory**, v.3, n.2, p. 267–286, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14705931030032004>. Acesso em: 10 set. 2023.

CECCATO, M. Z. **Tecendo histórias**: o filó de Vila Flores como uma experiência turística compartilhada. 2011. 127 fl. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Design Estratégico) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Caxias do Sul, RS, 2011.

CECCATO, M. Z. **[Anexos tombamentos]**. WhatsApp. 27 mar. 2023. 13:31. 1 arquivo enviado por mensagem de WhatsApp.

CECCATO, B. Z.; LUZZATO, A. G.; FIORI, Z. B. **Entrevista sobre o filó** [ago. 2024]. Entrevistadora: Sandra Beatriz Rathke. Vila Flores, RS. 1 arquivo .mp3 (1h 30 min.).

CERÁVOLO, S. M. Delineamentos para uma teoria da museologia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v.12. jan./dez. 2004. p. 237-268. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5409/6939>. Acesso em: 01 jan. 2024.

CHAGAS, M. de S.; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM - Museologia Social**, Chapecó: Unochapecó, ano 27, n. 41, p.9-24, dez. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CHAGAS, M. S.; VARINE, H. Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas. **Cadernos do CEOM - Museologia Social**, Chapecó: Unochapecó, ano 27, n.41, p. 239-248, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2605>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CHAGAS, M. de S.; LARDOSA, N.; CALIXTO, L. Rede de museologia social do Rio do Janeiro: uma experiência de diagnóstico e cartografia. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS, 5., 2015. **Caderno de Resumos**: experiências e pesquisas, Juiz de Fora, 2015, p.95-96.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, F. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. São Paulo: Fino Traço, 2015.

COSTA, R. **Antropologia visual da imigração italiana**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1976.

COSTA, R. **Imigração Italiana**: vida, costumes e tradições. Porto Alegre: EST, 1986.

COSTA, R. **Raízes de Veranópolis**. Porto Alegre: EST, 1998.

COSTA, R.; COSTELLA, I.; SALAME, P. A; SALAME, P. J. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**: vida, costumes e tradições. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1986.

CURY, I (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CURY, M. X. Museu, filho de Orfeu, e musealização. *In*: ENCUESTRO REGIONAL DEL ICOFOM LAM: Museología, Filosofía e identidad en América Latina y el Caribe = Museologia, Filosofia e identidade na América Latina e no Caribe, 8., 1999, Coro, Venezuela. **Anais [...]**. Coro, Venezuela: ICOFOM LAM, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001259399>. Acesso em: 27 fev. 2024.

CUTLER, S. Q.; CARMICHAEL, B. A. The dimensions of the tourist experience. *In*: MORGAN. M.; LUGOSIAN, J. R.; RITCHIE, B. J. R. (Ed.). **The tourism and leisure experience**: consumer and managerial perspectives. Bristol: Channel View Publications, 2010. p. 3-27.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

DECLARAÇÃO de Santiago. Princípios de base do museu integral. **Museum**. Paris, UNESCO, v. XXV, n.3, p.198, 1972.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Princípios básicos de uma Nova Museologia, 1984. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 15, p. 223-225, 1999. Disponível em: <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/3727>. Acesso em: 14 jan. 2024.

DECLARAÇÃO MINOM RIO 2013. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO MINOM, 15., 8 a 10 de agosto de 2013, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.minom-icom.net/2013-15th-internacional-conference-minom-icom-rio-janeiro-brasil>. Acesso em: 24 jan. 2024.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 4 jan. 2025.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013.

DOHMANN, M. Experiência material: a cultura do objeto. *In*: DOHMANN, M. *et al.* (Org.). **Experiência material**: a cultura do objeto. Rio de Janeiro, RJ, Rio Books, 2013. p. 31- 46.

DUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Trad. de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DUVIGNAUD, J. Prefácio. *In*: HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2.ed. São Paulo, SP: Edições Vértice, 1990. p. 9-17.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FAMIGLIA CARBONERA. **Álbum de fotos**. [2020]. Disponível em: <http://www.familiacarbonera.com.br/albuns-de-fotos/outras-imagens-3>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FAGGION, C. M. Bilinguismo precoce e estigma. *In*: GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (Org.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Educs, 2007.

FERREIRA, A. M. Turismo, cultura e regeneração urbana: o renascimento das pequenas e médias cidades. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 20, p. 31-39, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i20.12455>. Acesso em: 06 set. 2024.

FILIPPON, M. I. **A casa do imigrante italiano**: a linguagem do espaço de habitar. 2007. 153 fl. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/241>. Acesso em: 15 maio 2023.

FIORI, S. **Entrevista sobre turismo de Vila Flores, RS**. [abr. 2024]. Entrevistadora: Sandra Beatriz Rathke. Vila Flores, RS. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GAO, L.; SCOTT, N.; DING, P. Attributes, theme, and value of a visit to Zhouzhuang, China. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 5, n. 3, p. 239-248, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2016.01.001>. Acesso em: 17 set. 2023.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989. p. 15-54.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Barueri, SP: Atlas, 2021.

GIORDANI, L. **A alimentação como mecanismo de construção da identidade**: o caso dos imigrantes italianos no RS. 2020. 174 fl. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213001>. Acesso em: 23 maio 2023.

GIRON, L. S. Identidade: região e valores. *In*: GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (Org.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Educs, 2007.

GOMES, V. F. **Os filós comunitários e a cultura italiana**. 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/569>. Acesso em: 02 abr. 2024.

GOMES, V. F.; LAROQUE, L. F. da S. História e cultura dos italianos e seus descendentes: o costume do filó em localidades do Vale do Taquari, RS. **Destaques Acadêmicos**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/63>. Acesso em: 09 maio 2023.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761>. Acesso em: 07 jun. 2023.

GOUVEIA, I.; PEREIRA, M. A emergência da museologia social. **Políticas Culturais em Revista**, v. 9, n. 2, p. 726-745, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/pcr.v9i2.16794>. Acesso em: 28 jan. 2024.

GUARNIERI, W. R. C. **Textos e contextos de uma trajetória profissional**. Organização de Maria Cristina Bruno. Colaboração de Marcelo Mattos Araujo e Maria Inês Lopes Coutinho. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado / Secretaria de Estado de Cultura / Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/cat-WALDISA-volume-1-pags-simples.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 261-273, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLrpqw77Bgwq8Gv3wbRX4x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2.ed. São Paulo, SP: Edições Vértice, 1990.

HERÉDIA, V. B. M. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 94, v. 10, p. 1-10, ago. 2001. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/335>. Acesso em: 03 ago. 2024.

HERÉDIA, V. B. M. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/1225/848>. Acesso em: 03 ago. 2024.

HERNÁNDEZ, F. H. **Planteamientos teóricos de la museología**. Espanha: Ediciones Trea, 2006.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOFFMEISTER, G. **Campanário da Capela de São Lourenço**. 2017a. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/campanario-da-capela-de-sao-lourenco-vila-flores>. Acesso em: 19 mar. 2023.

HOFFMEISTER, G. **Sinos de Caravágio**. 2017b. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/sinos-de-caravagio-vila-flores>. Acesso em: 19 mar. 2023.

HOFFMEISTER, G. **Capela Sagrado Coração de Jesus**. 2017c. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/igreja-do-sagrado-coracao-vila-flores>. Acesso em: 19 mar. 2023.

HOFFMEISTER, G. **Cruz de ferro**. 2017d. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/cruz-de-ferro-vila-flores>. Acesso em: 19 mar. 2023.

HOFFMEISTER, G. **Igreja de Pedra de São Jorge**. 2017e. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/igreja-de-pedra-de-sao-jorge-vila-flores>. Acesso em: 01 abr. 2024.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vila Flores**. História e fotos. 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/historico>. Acesso em: 09 mar. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vila Flores**. Panorama: economia: PIB per capita. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/panorama>. Acesso em: 31 dez. 2024.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vila Flores**. População. 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/panorama>. Acesso em: 11 out. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vila Flores**. População residente: cor ou raça. 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 31 dez. 2024.

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museologia social**. Brasília, DF, Ministério da Cultura; Ibram, 29 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/museologia-social>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ICOM. **Carta de Atenas**. 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ICOM BRASIL. **ICOM aprova nova definição de museu**. 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ICOMOS. **Carta de turismo cultural**. ICOMOS: Bruxelas, Bélgica, 8 a 9 de novembro de 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ICOMOS. 3.º Colóquio Interamericano sobre Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações. **Declaração de Tlaxcala**. México: ICOMOS, 1982. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Tlaxcala%201982.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

ICOMOS. **Carta internacional sobre o turismo cultural: la gestión del turismo en los sitios con patrimonio significativo**. ICOMOS: Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999. Disponível em: https://icomos.es/wp-content/uploads/2020/01/tourism_sp.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

ICOMOS. **Declaração de Québec**. Sobre a preservação do "Spiritu loci". 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 06 maio 2024.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Língua Talian**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/183/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 03 set. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventários participativos**. [20--]. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/inventarios-participativos>. Acesso em: 13 out. 2024.

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 8, p.32-39, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229>. Acesso em: 06 set. 2024.

LARSEN, S. Aspects of a psychology of the tourist experience. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v.7, n.1, p.7-18, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15022250701226014>. Acesso em: 10 set. 2023.

LE GOFF, J. Memória. *In*: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Memória – História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da moeda, 1984. v. 1.

LE GOFF, J. Memória. *In*: LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 366-419. (Coleção Repertórios).

LEITE, P. P. A museologia social e os movimentos sociais no Brasil. **RECIL** - Repositório Científico Lusófona, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/5924>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LONGHI, O.; RIGO, A. **Pinheiro Seco**: os italianos de Vila Flores. Porto Alegre: EST, 1981.

LUZZATTO, D. L. **Dicionário talian-português**. Porto Alegre, RS: Ed. Sagra Luzzatto, 2000.

MANFROI, O. Emigração e identificação cultural da colonização italiana no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 1, n. 2, p. 227-274, 1975. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36220>. Acesso em: 26 fev. 2023.

MANFROI, O. Imigração e nacionalismo. *In*: DAL BÓ, J.; IOTTI, L. H.; MACHADO, M. B. P. (Org.). SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA E FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, 9., 24 a 27 de abril de 1996, Caxias do Sul. **Anais** [...]. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 44-54.

MANUAL Tour da Experiência 2010: conceituação. Guife Multicom, 2010. Disponível em: http://www.tourdaexperiencia.com.br/arquivos/manual_conceituacao.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.

MENIN, I. C. D.; SPAGNOLO, T. O poder público e o patrimônio material: o projeto pulando janelas e a inserção da educação patrimonial nas escolas municipais de ensino fundamental no município de veranópolis. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 14. 18 a 27 de agosto de 2018. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2018. 303 p. Tema: Democracia, liberdades e utopias. Disponível em: https://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=429. Acesso em: 05 nov. 2023

MENSCH, P. Van. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

MIGOT, A. F. Manifestações de sociabilidade entre imigrantes italianos e seus descendentes, no Rio Grande do Sul. *In*: SULIANI, Antônio (Org.). **Etnias e carisma**: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MOCELLIN, M. C.; MINCATO, R. Igreja católica e formação político-cultural de elites regionais. *In*: GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (Org.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Educs, 2007.

MOLON, F. A influência da imigração italiana na mesa do brasileiro. *In*: SULIANI, Antônio (Org.). **Etnias e carisma**: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MOUTINHO, M. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 1, n. 1, p. 7-9, 1993. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia,.

MOUTINHO, M. C. Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do CEOM - Museologia Social**, Chapecó: Unochapecó, ano 27, n.41, p.423-427, dez. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2617>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MUSEOLOGIA social: o papel dos museus na sociedade atual. [2013]. Disponível em: <https://conselhomis.wordpress.com/entendendo-o-mis/museologia-social-o-papel-dos-museus-na-sociedade-atual/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

NARDI, O. **O meio rural da Quarta Colônia de imigração italiana como tema e cenário turístico**. 2007. 187 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9271>. Acesso em 12 maio 2023.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OEA - Organização dos Estados Americanos. **Normas de Quito**. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, nov./dez. 1967. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 16 jul. 1967.

OLIVEIRA, C. A. de. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 34-51, jan./abr. 2015. Disponível em:
<https://doi.org/10.19177/memorare.v2e2201534-51>. Acesso em: 13 mar. 2024.

OLIVEIRA, L. V.; DURÁN ROCCA, L. Turismo e patrimônio em pequenos centros históricos: quatro casos sul-brasileiros. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, v. 10, n. 2, p. 36-60, nov. 2020. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217165/001120527.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jul. 2024.

OMT - Organização Mundial do Turismo; UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Siem Reap Declaration on Tourism and Culture**: building a new partnership model. 2015. Disponível em:
<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.2015.24.01>. Acesso em: 18 jul. 2023.

OMT - Organização Mundial do Turismo; UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Muscat Declaration on Tourism and Culture**: fostering sustainable development. 2017. Disponível em:
<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.2017.26.05>. Acesso em: 18 jul. 2023.

OMT - Organização Mundial do Turismo; UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaración de Estambul sobre Turismo y Cultura**: en beneficio de todos. 2018. Disponível em:
http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unw_tounescoistanbuldeclaration30119es.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023. .

PÉREZ, X. P. **Turismo cultural**: uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009.

PINE II, B. J.; GILMORE, J. H. Welcome to the experience economy. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 4, p. 97-105, 1998. Disponível em:
<https://hbr.org/1998/07/welcome-to-the-experience-economy>. Acesso em: 20 set. 2023.

POMIAN, K. Coleção. *In*: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Memória – História**. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. v.1.

PORTO, P. P. **O Cancioneiro popular da imigração italiana**: a leitura como processo de construção de sentidos na performance da canção. 2015. 221 fl. Tese (Doutorado em Letras)- Associação Ampla UCS/UniRitter, Caxias do Sul, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/1110>. Acesso em: 23 maio 2023.

POSENATO, J. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. (Assim vivem os italianos, v. 4).

POSENATO, J. Talian: língua e identidade cultural. *In*: DAL BÓ, J.; IOTTI, L. H.; MACHADO, M. B. P. (Org.). SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA E FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, 9., 24 a 27 de abril de 1996, Caxias do Sul. **Anais[...]**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 255-280.

POSSAMAI, P. **Dall'Italia siamo partiti**: a questão de identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

PRATS, L. **Antrología y patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, n. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4709>. Acesso em: 08 jun. 2023.

PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitárias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58, p. 72-80, 2006. Disponível em: <https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/2176>. Acesso em: 23 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. Serra Tour Virtual. **Centros comunitários**: São Caetano. [2020a]. Disponível em: <https://serratourvirtual.com/360/vilaflores/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. Serra Tour Virtual. **Centros comunitários**: São Roque. [2020b]. Disponível em: <https://serratourvirtual.com/360/vilaflores/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. Serra Tour Virtual. **Patrimônio histórico**: São Jorge. [2020c]. Disponível em: <https://serratourvirtual.com/360/vilaflores/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. Serra Tour Virtual. **Patrimônio histórico**: Campanário São Lourenço. [2020d]. Disponível em: <https://serratourvirtual.com/360/vilaflores/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. Serra Tour Virtual. **Patrimônio histórico**: Sagrado Coração de Jesus. [2020e]. Disponível em: <https://serratourvirtual.com/360/vilaflores/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. **Lei municipal 2541, de 05 de julho de 2022**. Institui o Talian, Vêneto Brasileiro, como a segunda língua oficial do município de Vila Flores. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/v/vilaflores/lei-ordinaria/2022/255/2541/lei-ordinaria-n-2541-2022-institui-o-talian-veneto-brasileiro-como-a-segunda-lingua-oficial-do-municipio-de-vila-flores>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. **Lei Municipal nº 2.618, 09 de maio de 2023**. Reestrutura o Sistema Municipal de Cultura de Vila Flores, o Conselho Municipal de Política Cultural, o Fundo Municipal de Cultura, estabelece diretrizes para políticas públicas de cultura e dá outras providências. 2023a. Disponível em: <https://www.vilaflores.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/legislacao-municipal/leis-2023/lm-no-2618.pdf/view>. Acesso em: 11 out. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. **Lei Municipal nº 2.625, de 30 de maio de 2023**. Institui o plano municipal de cultura de Vila Flores para o decênio 2023-2033. 2023b. Disponível em: <https://www.vilaflores.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/legislacao-municipal/leis-2023/lm-no-2625.pdf/view>. Acesso em: 11 out. 2023.

PRUDENCIO, A. V. **O tecer das mãos**: produção artesanal, design e sustentabilidade na serra gaúcha. 2012. 153 fl. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari (Univates), Lajeado, RS, 2012. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/288d3072-53a7-4bbd-ada1-35132af66d7b>. Acesso em: 23 abr. 2024.

RIBEIRO, C. M. P. J. O lugar do canto. *In*: RIBEIRO, C. M. P. J.; POZENATO, J. C. (Org.). **Cultura, imigração e memória**: percursos e horizontes. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.411, de 22 de dezembro de 2005**. Institui a música “La Merica”, de Ângelo Giusti, como tema da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa, RS, 2005. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/12.411.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.949, de 10 de novembro de 2016**. Declara o Município de Vila Flores Capital Estadual do Filó. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, RS, 2016. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.949.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RIVERA MATEOS, M. El turismo experiencial como forma de turismo responsable e intercultural. *In*: GARCÍA, L. R.; TAPIA, A. R. R. **Relaciones culturales en la**

diversidad. II Jornada sobre investigación e innovación para la interculturalidad. Córdoba, 2013. p. 199-217 Disponível em: <https://helvia.uco.es/handle/10396/14871>. Acesso em: 20 set. 2023.

RODRIGUES, A. P.; VIEIRA, I.; TEIXEIRA, M. S. Pequenas cidades históricas e seus visitantes: aplicação a uma cidade histórica do Norte de Portugal. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 3, p. 521-540, 2014. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/422>. Acesso em: 04 set. 2024.

SANTOS, M. M. C.; CAMILOTTO, S. Conhecimento científico entrelaçando prática sociocultural do filó e relações de hospitalidade: um estudo bibliográfico. **Ágora**, v. 19, n. 2, p. 68-77, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/agora.v19i2.10428>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, M. M. C.; CAMILOTTO, S. Laços sociais intracomunitários na prática sociocultural do filó doméstico. **MÉTIS: história & cultura**, v. 19, n. 37, p. 359-384, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9324>. Acesso em: 15 maio 2023.

SEBRAE. **Turismo de experiência**. Recife, PE, Sebrae, 2015. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/turismo_de_experiecia.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

SCAPIN, E. P. **Escola e o museu**: relação entre a educação e o patrimônio cultural, em Vila Cruz/RS, geoparque quarta colônia. 2022. 167 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/26803>. Acesso em: 23 maio 2023. de

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27122006-104748/publico/TeseSimoneScifoni.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

SCHEINER, T. C. As bases ontológicas do museu e da museologia. *In*: ENCUENTRO REGIONAL DEL ICOFOM LAM: Museología, Filosofía e identidad en América Latina y el Caribe = Museologia, Filosofia e identidade na América Latina e no Caribe, 8., 1999, Coro, Venezuela. **Anais [...]**. Coro, Venezuela: ICOFOM LAM, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001259399>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SCHMITT, B. Experiential marketing: a new framework for design and communications. **Design Management Review**, v. 25, n. 4, p. 19-26, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/drev.10298>. Acesso em: 17 set. 2023.

SCHNEIDER, C. S. **As cidades de tempos lentos**: o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172316>. Acesso em: 05 set. 2024.

SILVA, E. P. da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **ANTROPOLógicas**, n.4, p.217-224, 2000. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/issue/view/89>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, F. F. Da. Mário e o patrimônio: um anteprojeto ainda atual. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 30, p. 128-137, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf. Acesso em: 06 maio 2024.

SILVA, R. M.; JANUÁRIO, R. Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. **Cadernos do CEOM** - Museologia Social, Chapecó: Unochapecó, ano 27, n.41, p.415-420, dez. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2616>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SOUZA, A.; SAAD, M. **Tour da experiência**: estudo de caso. Ministério do Turismo (Brasil); Sebrae Nacional; Instituto Marca Brasil. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/economia-da-experiencia/estudo_de_caso_tour_experiencia.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

TERMAS E LONGEVIDADE. Roteiro Turístico Termas e Longevidade - Região Uva e Vinho - Serra Gaúcha. **Vila Flores**. 2017a. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/cidades/vila-flores>. Acesso em: 18 mar. 2023.

TERMAS E LONGEVIDADE. Roteiro Turístico Termas e Longevidade - Região Uva e Vinho - Serra Gaúcha. **Vila Flores**: L'Arte Ceccato. 2017b. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/larte-ceccato-vila-flores>. Acesso em: 25 mar. 2023

TERMAS E LONGEVIDADE. Roteiro Turístico Termas e Longevidade - Região Uva e Vinho - Serra Gaúcha. **Vila Flores**: Capitel Divino Pai Eterno. 2017c. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/capitel-divino-pai-eterno-vila-flores>. Acesso em: 01 abr. 2024.

TOLENTINO, A. B. Museologia Social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Museologia**, n. 8, p. 21-44, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15093>. Acesso em: 11 fev. 2024.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

UNESCO. **Recomendação de Nairóbi**. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Nairóbi: UNESCO, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

UNESCO. **Recomendação de Paris**. 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Imaterial**. 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 24 maio 2023.

UNESCO ¿**Qué es el patrimonio cultural inmaterial?** [2003]. Disponível em: <https://ich.unesco.org/es/qu-es-el-patrimonio-inmaterial-00003>. Acesso em: 24 maio 2023.

UNESCO. **Recomendação sobre a paisagem histórica urbana**. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

UNESCO. **The Hangzhou Declaration: placing culture at the heart of sustainable development policies**. 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221238>. Acesso em: 17 jul. 2023.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. **Conferência de Nara**. Conferência sobre autenticidade em relação a convenção sobre Patrimônio Mundial. Japão: UNESCO; ICCROM; ICOMOS, 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

VARINE, H de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VARINE, H de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM - Museologia Social**, Chapecó: Unochapecó, ano 27, n.41, p. 25-35, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595>. Acesso em: 14 jan. 2024.

VILA CAPUCHINHOS. **Complexo turístico**. 2023. Disponível em: <https://www.vilacapuchinhos.com.br/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

YÁÑEZ, C. M. Carta internacional de turismo internacional do ICOMOS de 1999: primeira aproximação para sua revisão e atualização. *In*: BRITO, M. (Org.). Gestão turística em sítios patrimoniais: boas práticas internacionais. **Revista do Patrimônio do IPHAN**, Brasília, DF, n. 39, 2019. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revistadopatrimonio39web.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ZANELLA, K. **Relações entre turismo de experiência e patrimônio cultural imaterial**: um estudo sobre as experiências memoráveis do Filó Talian. 2017. 172 fl. Dissertação (Mestrado em Hotelaria e Turismo) – Universidade do Vale do Itajaí, Camboriú, SC, 2017. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/K%C3%AAnia%20Zanella.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

APÊNDICE A - Termo de autorização para uso de imagens

Eu, _____ inscrito (a) no CPF sob nº _____ telefone _____ AUTORIZO a Mestranda Sandra Beatriz Rathke, neste Termo relacionado, do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de forma inteiramente gratuita, a título universal, a utilização de imagens do Filó de Vila Flores, RS para dissertação intitulada “Construindo memórias: o Filó de Vila Flores-RS como recurso patrimonial para o desenvolvimento local”, que tem por objetivo avaliar a potencialidade do Filó de Vila Flores-RS como recurso patrimonial para o desenvolvimento local desde uma perspectiva museológica e do espírito do lugar.

Dessa forma, reconheço expressamente, na qualidade de detentora dos direitos autorais, com a orientadora Profa. Dra. Luísa Gertrudis Durán Rocca, que as imagens poderão ser utilizadas para a Dissertação de Mestrado, bem como, em possíveis eventos ou publicações científicas, com finalidades estritamente acadêmicas.

Porto Alegre, RS,de..... de

De acordo:

Assinatura do(a) Presidente do Filó de Vila Flores, RS

Dados para contato

Sandra Beatriz Rathke

Telefone: (51) 998218931

E-mail: sandra.rathke@gmail.com

APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de Mestrado da Sandra Beatriz Rathke, orientada pela Profa. Dra. Luísa Gertrudis Durán Rocca, do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cuja dissertação intitulada “Construindo memórias: o Filó de Vila Flores-RS como recurso patrimonial para o desenvolvimento local”, tem por objetivo avaliar a potencialidade do Filó de Vila Flores-RS como recurso patrimonial para o desenvolvimento local desde uma perspectiva museológica e do espírito do lugar. De comum acordo, este termo declara o seu consentimento em participar da pesquisa, de forma livre e voluntária, para o embasamento dos resultados da pesquisa, bem como, de apresentação dos resultados em possíveis eventos ou publicações científicos, com finalidades estritamente acadêmicos.

Dessa forma, declaro que:

Eu,.....inscrito(a)
no CPF sob o nº.....telefone.....,declaro
ter recebido informações claras e detalhadas sobre a minha participação no projeto
de pesquisa de Mestrado acima relacionado.

- () Autorizo a divulgação de meu nome na dissertação
() Não autorizo a divulgação de meu nome na dissertação

Porto Alegre, RS,.....de..... de

De acordo:

Assinatura do Participante

Dados para contato

Sandra Beatriz Rathke
Telefone: (51) 998218931
E-mail: sandra.rathke@gmail.com

APÊNDICE C – Questões para entrevistas

Questões dirigidas aos membros do Filó de Vila Flores

1. Qual a perspectiva de manutenção do Filó de Vila Flores a longo prazo?
2. Vocês continuam a realizar eventos do filó para as escolas?
3. Quem é o público frequente do Filó de Vila Flores?
4. Por que o Filó é cobrado?
5. Porque o Filó de Vila Flores é original? O que torna o Filó de Vila Flores original em relação aos outros filós realizados em outros municípios?

Entrevista com Salete Fiori

1. Como se deu o processo de planejamento e consolidação do roteiro turístico Termas e Longevidade em Vila Flores?
2. Como se deu este processo com o Filó de Vila Flores?
3. O turismo de Vila Flores ainda integra o projeto *Tour* da Experiência?
4. Como você avalia os aspectos positivos e negativos do turismo em Vila Flores?

ANEXO A – Declara o Município de Vila Flores Capital Estadual do Filó



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

LEI Nº 14.949, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

(publicada no DOE n.º 215, de 11 de novembro de 2016)

Declara o Município de Vila Flores
Capital Estadual do Filó.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Fica declarado o Município de Vila Flores Capital Estadual do Filó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

FIM DO DOCUMENTO